



JULIANA MONTEIRO FERNANDES

**Violência e política: uma cartografia das ciborgues desde a
América Latina**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Isabel Rocha de Siqueira.

Rio de Janeiro
agosto de 2021



JULIANA MONTEIRO FERNANDES

Violência e política: uma cartografia das ciborgues desde a América Latina

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Isabel Rocha de Siqueira

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Andrea Browning Gill

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Letícia Maria Costa da Nóbrega Cesarino

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Juliana Monteiro Fernandes

Juliana Monteiro Fernandes é graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Por toda sua vivência e participação no movimento feminista desde a graduação, a partir de 2018 optou por desenvolver sua pesquisa em torno do ciberfeminismo nas Relações Internacionais. Esta dissertação é inspirada nas lutas das mulheres e população LGBTQI+ nos tempos de *big data* e pandemia.

Ficha Catalográfica

Fernandes, Juliana Monteiro

Violência e política : uma cartografia das ciborgues desde a América Latina / Juliana Monteiro Fernandes ; orientadora: Isabel Rocha de Siqueira. – 2021.

152 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2021.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais - Teses. 2. Ciberespaço. 3. Violência. 4. Gênero. 5. Cartografia. 6. Imaginários. I. Siqueira, Isabel Rocha de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Para minha mãe. Sempre.

Agradecimentos

A produção acadêmica já se consolidou nos imaginários como algo solitário. Teses e dissertações são entendidas (muitas das vezes dentro da própria Academia) como processos que encerram empreitadas individuais. A exitosa finalização desta dissertação realizada em tempos pandêmicos — o que, não por nada, parece reforçar a lógica de um movimento isolado — prova, na realidade, que o ato de pesquisar nunca será exclusivo de alguém. Agradecer, portanto, é o mínimo, mas garanto que nesses parágrafos está registrada a parte mais relevante de todo este trabalho, de tudo que caminhou comigo para que esta jovem pesquisadora fosse o que é e chegasse aonde chegou e de tudo que tenho para oferecer neste momento. Deixo nas próximas linhas o meu coração.

De maneira nenhuma começar agradecendo a minha família é para sustentar algum clichê (por mais que eu acredite que clichês existem por uma razão). Se cresci confiando no meu potencial e com a coragem para me descobrir, reinventar e enfrentar minhas batalhas, foi porque minha mãe, Odeilde, sempre confiou nas minhas escolhas e nos meus ambiciosos saltos; e que, apesar dos diversos percalços da vida, exemplifica o que é amor e apoio incondicionais. Obrigada por nunca ter me limitado. Ao meu irmão mais velho, Caio César, meu ídolo, minha maior inspiração, referência e orgulho, que ontem me mostrou tudo que eu poderia conquistar e que hoje junto da minha cunhada Amanda me mostra tudo de mais valioso que eu posso ter; obrigada pela nossa Mel e por manter minha fé nos homens. Ao meu pai, Paulo, meu exemplo de viver as batalhas com o coração na mão, obrigada por ter me estimulado, me protegido nas minhas quedas e me fazer de referência nos seus momentos de dúvida. Ao meu irmão mais novo, Davi, que, apesar da distância, é uma das grandes razões das minhas incessantes buscas por um futuro melhor. Às minhas avós, Idalice, Vergínia e Aurora, com suas contínuas reinvenções e demonstrações de força mesmo diante dos mais difíceis e pesados testes impostos pela vida, obrigada por serem fundação. Ao meu avô, Orlando, que, além de fonte do meu sobrenome, foi quem me mostrou a realidade do que é ser e viver em família, em seu máximo amor e seus grandes desafios. Às minhas tias Orleide e Odenize e tios Orlando e Osvaldo, que seguem a tradição de nossas e nossos ancestrais abrindo caminho e percorrendo seu curso, como a força das correntes do São Francisco que carregam no peito. À minha tia Márcia, que me ensinou a beleza de abraçar ser quem se é, que você siga emanando alegria, otimismo e bondade em nós de onde estiver. À minha madrinha Kelly, que nunca me deixou duvidar e a primeira a me admirar em aspectos que eu demoraria anos para acolher. Às minhas primas e primos com quem aprendi que dividir é multiplicar,

obrigada pelas trocas, confidências e irmandade. Às demais pessoas da minha família Monteiro e Fernandes que representam minha estrada: tudo que tenho à minha frente e para onde sempre voltar.

Também é preciso agradecer a um outro tipo de família, uma que pude escolher e que me escolhe a cada dia. Quem dera eu pudesse ter dividido mais deste processo em conversas nas mesas de bar e encontros nas ruas do Rio e de Nova Iguaçu, impossibilitados pela pandemia, mas cada uma dessas presenças foi essencial mesmo que só por conexões online (um dos objetos dessa dissertação, quem diria). Primeiramente, obrigada a minha pessoa, Roberta, pelo privilégio de ser enxergada como sou pelos seus olhos e que segue sendo a metade mais evoluída da minha alma andando por aí. Obrigada às primeiras irmãs que fiz e até hoje tenho – Carol, Rafa, Paula, Gabi, Marce, Milla e Dani –, cujo amor é escola e morada. Obrigada às amigas de faculdade que me acompanham apesar dos diferentes fusos e questões da vida. Themicas, Danda e Raísa, vocês também estiveram por aqui. Obrigada ao meu mais privado comitê, Pam, Nath e Bru, que entre tantos risos e choros dividiram cada peso desses tempos sombrios. Obrigada ao lindo grupo formado por pessoas que sábado de manhã ainda se propõem a serem estudantes, Bia, Ranuza e Vinicius, pelas risadas que foram sanidade. Obrigada também ao Mika e a Carol, que sem saber constituem grande prova dos argumentos dessa dissertação por serem minhas amizades de Orkut que se tornaram amizades de uma vida adulta que segue nos tombando (mas seguimos sobrevivendo).

À minha turma do mestrado do IRI ciclo 2019-2021, dedico um espaço em separado por todas as empreitadas que vivemos que me renderam tantas memórias, histórias e aprendizados. Especialmente, para dizer para Rafael, Rafa, Igor, Karla, Lu, Leo, Mateus, Gustavo e Gabi que vocês contribuíram diretamente para a conclusão dessa dissertação e para a conquista deste título. Não só pelos diversos questionamentos, debates e conversas, formais e informais, dentro e fora de sala, que me ajudaram a evoluir o pensamento que se apresenta nas palavras aqui escritas e me propuseram uma nova forma de consciência, agora impossível de voltar atrás; mas, mais importante, por todas as gargalhadas, lágrimas, abraços (quando estes ainda eram possíveis) e pelo compartilhamento das dificuldades deste processo e do nosso futuro tão incerto. Obrigada por estarem nesta construção e crença de que uma outra Academia é possível e necessária. O título é conclusão; a nossa amizade, o real prêmio. Nos esbarramos por aí em nossa solidariedade perigosa.

Vocês todas(os) são parte do que sou. Amo vocês com tudo que posso.

Imensamente ao Instituto de Relações Internacionais da PUC Rio, toda estrutura fornecida, corpo discente e docente, funcionárias e funcionários (sem os quais o Instituto não existiria) — beijos especiais para Lia Gonzalez que sempre me socorreu e me ajudou, principalmente no meu período como representante discente. Agradeço a este espaço todo conhecimento e apoio, todas as conversas acadêmicas e não acadêmicas, todo suporte, oportunidades e conexões que se abrem para quem percorre seus corredores. Principalmente, obrigada a minha orientadora, Isabel, uma mulher que mais do que um direcionamento intelectual me forneceu apoio e encorajamento quando investir e acreditar na ciência pareceram utopia. Obrigada por ter acreditado em mim e nesta pesquisa, quando eu mesma duvidei. Sem você, o resultado não seria tão admirável.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado. Registro aqui meu reconhecimento a quem acredita que só investindo em pesquisa e produção de conhecimento podemos mudar os rumos de um país e a vida de sua população. Obrigada a todos os governos que investiram e que não sucateiam, desestimulam e cortam verbas. Esta pesquisa só foi possível graças ao suporte financeiro recebido por mim do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq).

A todas e todos que lutam pelo nosso direito de que as salas de aula de todos os níveis sejam acessadas (e mantidas) para quem assim desejar e mais, para que o conhecimento seja livre e sem barreiras. Obrigada Alexandra Elbakyan, Aaron Swartz e muitas pessoas mais que enxergam a desigualdade e hostilidade que a Academia representa para muitos corpos. Agradeço, sobretudo, porque, para pessoas como eu do Terceiro Mundo, as fronteiras da ciência se transformam em impedimentos reais e pontos de partida desiguais. Sem suas plataformas e reflexões sobre o que estamos de fato construindo como sociedade no que tange a disseminação de conhecimento, esta dissertação não poderia ter sido escrita.

A todos canais da twitch e ao @ben_jamon no Discord pelos pomodoros que me faziam estudar quando não havia mais tanta energia.

Por último, mas não menos importante, a todas as mulheres e minorias de gênero que questionam os lugares em que nos fixaram e lutam para que possamos ultrapassá-los e superar as limitações impostas. Espero que essa dissertação seja mais uma maneira de reafirmar o que merecemos e que ajude na propagação da nossa potência.

Seguimos.

Resumo

Fernandes, Juliana Monteiro; Siqueira, Isabel Rocha de. **Violência e política: uma cartografia das ciborgues desde a América Latina**. Rio de Janeiro, 2021. 152 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação por meio do acompanhamento das iniciativas que versam sobre a violência de gênero no ciberespaço na América Latina busca se inserir no debate acerca (da necessidade) do alargamento e expansão do campo teórico das Relações Internacionais. Ao trazer o debate ciberfeminista sobre como o corpo ciborgue vive o ciberespaço na atualidade, utilizando da cartografia social como metodologia para mapear as ações dos grupos/coletivos/projetos/esforços dessas ciborgues acerca da violência de gênero online, esta pesquisa contribui para ampliação conceitual e metodológica de diversos tópicos das ciências humanas como território, fronteira, violência, segurança, direitos, política, sujeito e muitos outros da vida moderna. Mais que um mapeamento físico, trata-se de cartografar o percurso destas iniciativas, destes *imaginários sociotécnicos* como dito por Sheila Jasanoff (2015); que, ao se debruçar sobre tais violências executam duas funções primordiais nesta pesquisa: 1) perturbar as dicotomias e binários mais correntemente aceitos tanto nas Relações Internacionais como na teoria política no geral sobre humano/não-humano, masculino/feminino, público/privado, local/global, virtual/real, etc.; 2) atuar na co-produção de futuros desejáveis alcançados por meio da ciência e da tecnologia.

Palavras-chave

Ciberespaço; violência; gênero; cartografia; imaginários.

Abstract

Fernandes, Juliana Monteiro; Siqueira, Isabel Rocha de (Advisor). **Violence and politics: a cartography of cyborgs from Latin America**. Rio de Janeiro, 2021. 152 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This master thesis by following the initiatives that deal with gender violence in cyberspace in Latin America, seeks to insert itself in the debate about the expansion of the theoretical field of International Relations. By bringing the cyberfeminist debate about how the cyborg body experiences cyberspace today, using social cartography as a methodology to map the actions of groups/collectives/projects/efforts of these cyborgs about online gender violence, this research contributes to a conceptual and methodological expansion of various topics in the human sciences such as territory, borders, violence, security, rights, politics, subject, and many others of modern life. More than a physical mapping, it is about mapping the course of these initiatives, these *sociotechnical imaginaries* as stated by Sheila Jasanoff (2015); which, when approaching violence, perform two fundamental functions for this research: 1) disturb the dichotomies and binaries more commonly accepted both in International Relations and in political theory in general about human/non-human, male/female, local/global, virtual/real, public/private, etc.; 2) act on the co-production of desirable futures achieved through science and technology.

Keywords

Cyberspace; violence; gender; cartography; imaginaries.

SUMÁRIO

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
1. O CIBERESPAÇO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	24
1.1 Diário de campo	24
1.1.2 Sobre metodologia e método.....	29
1.1.3 O percurso cartográfico.....	31
1.1.4 O fazer da cartografia social.....	34
1.2 FAQ: POR QUE CIBERESPAÇO?	37
1.3 NUNCA ESTIVEMOS TÃO PRÓXIMOS: SITUANDO O INTERNACIONAL.....	40
1.3.1 A questão da política	42
1.3.2 A questão do território.....	43
1.3.3 A questão das teorias.....	46
1.3.4 A questão da epistemologia.....	49
CONCLUSÃO.....	53
CAPÍTULO 2: A CIBORGUE ATERRISA NO SÉCULO XXI	55
2.1 O dualismo cartesiano da modernidade e o lugar da mulher	56
2.2 A necessidade de ir além.....	60
2.3 As definições de violência foram atualizadas (com sucesso?).....	64
2.3.1 <i>Sexualidade e raça</i>	71
2.3.2 <i>Outras categorias sociais</i>	74
2.4. Ciberfeminismos contra os dualismos.....	76
2.5 Mergulhando na pesquisa.....	80
2.5.1 <i>o rastreio</i>	80
2.5.2 <i>o toque</i>	81
2.5.3 <i>o pouso</i>	81
2.5.4 <i>o reconhecimento atento</i>	82
CONCLUSÃO.....	82
CAPÍTULO 3: CARTOGRAFANDO OS IMAGINÁRIOS.....	84
3.1 Passados imaginados, futuros resgatados.....	86
3.2 Código: LATINAS.....	92
3.3 <i>Artifícios de Resistência</i>	99

3.4 <i>Segurança Digital</i>	103
3.5 <i>Pesquisa</i>	106
3.6 <i>Educacional</i>	108
CONCLUSÃO.....	111
CAPÍTULO 4: POR UMA CIBORGUE DO TERCEIRO MUNDO	113
4.1 Derrubando as ficções	115
4.1.1 <i>Corpo virtual x corpo real</i>	115
4.1.2 <i>Público x privado / global x local</i>	118
4.1.3 <i>“Mulher” e “gênero”</i>	119
4.1.4 <i>Subjetividade</i>	122
4.1.5 <i>Linguagem</i>	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	131

Lista de figuras

Figura 1: Maria Felipa. Fonte: Vedetas.org.....	53
Figura 2: Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil por raça.....	62
Figura 3: Mapeamento das iniciativas de gênero na América Latina.....	94
Figura 4: Total de iniciativas por país e categoria.....	95
Figura 5: Total de iniciativas por país em porcentagem.....	96
Figura 6: Iniciativas separadas por categoria quantidades por país em cada categoria.....	97
Figura 7: Total de iniciativas em porcentagem por categoria	98
Figura 8: Manifesto Ciberfeminista VNS Matrix.....	125

Se você não liga, não entendeu nada.

Flora Matos.

INTRODUÇÃO

As coisas que estão em jogo nessa guerra de fronteiras são os territórios da produção, da reprodução e da imaginação. Este ensaio é um argumento em favor do prazer da confusão de fronteiras, bem como em favor da responsabilidade em sua construção (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2009, p.37).

Palco fundamental através do qual se encenamam imaginários — utópicos ou distópicos — a favor e contra as diversas mudanças na tecnologia, cultura e mundo do trabalho ao final do século XX, o ciberespaço era por vezes visto como um ambiente de interação alternativo, simulado, distante, fantasioso e incorpóreo, frequentemente contraposto ao corpo e ao espaço offline. Visto ainda que rapidamente do nosso presente, no entanto, tal imagem idealizada se torna cada vez mais insustentável, hoje já é possível compreender este território como de experiências muito reais, materiais e geográficas (POWELL; HENRY, 2017).

Mark Graham (2013) argumenta que a separação entre espaço e ciberespaço prejudica o nosso entendimento sobre como as relações de poder se dão porque não é possível enxergar uma realidade onde estes dois mundos não estejam imbricados. Os limites de onde começa e termina o online e o offline não são mais facilmente reconhecíveis. Maiores explicações acerca do que compõe e dos debates teóricos sobre ciberespaço serão desenvolvidos ao longo deste trabalho, assim como a justificativa de sua relevância para o campo. É importante ressaltar desde já que o ciberespaço é uma estrutura muito mais complexa do que a Internet, simplesmente. A internet, na realidade, é uma entre várias Tecnologias da Informação e Comunicação (*TIC*, em inglês), junto com as redes wi-fi, blogs, e-mails e os dispositivos como celulares (LEINER et al, 2009), sendo, portanto, somente um pedaço da complexa estrutura que compõe o ciberespaço.

Por mais que sejam tratados de maneira intercambiável em grande parte dos estudos sobre tecnologia e comunicação digital (inclusive neste trabalho), o ciberespaço é formado pela Internet em conjunto com as Infraestruturas da Tecnologia da Informação, ou seja, seus componentes digitais e os físicos como hardware, roteadores e softwares. A internet é o que permite acesso a mídias sociais, plataformas e aplicativos de comunicação, como o WhatsApp, fóruns como o 4chan, redes sociais como Facebook e Twitter, sites, blogs e e-mails e muito mais (LEINER et al, 2009).

As duas últimas décadas foram acompanhadas de um processo de aumento considerável em quantidade e multidisciplinariedade acerca dos estudos sobre a relação entre

movimentos sociais, a tecnologia digital e as mídias alternativas. Os diversos usos das redes¹ se espalharam pelas formas como movimentos da sociedade civil estavam (e estão) experimentando e debatendo as questões de políticas pública e cotidiana por todo o globo.

Redes, no plural, porque segundo Stefano Quintarelli (2019) o funcionamento e estruturação da rede mundial de computadores é feita por múltiplas redes interconectadas, localmente configuradas e agregadas para produzir a rede global. Ao falar em redes consideramos formas de conexão e relações humano-máquina. Pensar é pensar em rede, é o que afirma André Parente (2007) para dizer que as redes se tornaram tanto uma espécie de paradigma quanto de personagem principal na estruturação na nova ordem mundial, definindo em outros arranjos a sociedade, o capital, o mercado, o trabalho, a arte, e até mesmo a guerra; e, que engloba também o espaço, o tempo e a subjetividade, fundamentais para este trabalho.

Algo que até duas décadas atrás era considerado como um nicho relativamente pequeno de interesse na academia, floresceu de maneira surpreendente na virada do século, mas que está há muito presente nas reflexões do movimento feminista. Elas foram responsáveis por, graças às suas proposições teóricas, alçar à frente da cena uma das principais figuras para pensar o mundo tecnológico: o ciborgue. Neste trabalho, a ciborgue, fruto do importante *Manifesto Ciborgue* de 1985 de Donna Haraway, definiu os rumos dos estudos sobre esse ser que vive no mundo embricado entre organismo e máquina.

Haraway abriu caminho para uma série de estudos e teorias, sendo responsável por influenciar a criação da corrente ciberfeminista na década de 90, abarcando também autoras como a inglesa Sadie Plant (1996) e o coletivo de artistas australianas VNS Matrix. A partir desse momento se inicia o esforço de colocar as TICs, a internet, o ambiente virtual² e a novas tecnologias como *locus* de ação e reflexão do movimento das minorias de gênero.

Iniciativas feministas e LGBTQI+ já há muito sabem da importância de se organizarem para defesa e ampliação de direitos por estarem muita das vezes à margem das políticas (e da política) do Estado e, ainda, de se aglutinarem diversas categorias e correntes para construção de um movimento cada vez mais plural e menos reprodutor de práticas violentas das estruturas de poder nos termos de gênero, raça e classe.

¹ Ao falar em redes consideramos formas de conexão e relações humano-máquina, e, especificamente neste trabalho, estamos considerando redes humanas com conexões digitais para dialogar com um campo que emerge em torno do termo ‘redes autônomas e comunitárias’ a partir de perspectivas e tecnologias feministas.

² Virtual é um termo que tem ficado e desuso e está sendo substituído por outros, como digital e ciberespaço, entretanto, ao fazer minha pesquisa, percebi que ele ainda é muito utilizado pelas iniciativas ciberfeministas que pesquisei. Sendo assim, optei por deixá-lo neste trabalho.

As redes se tornaram aliadas no fortalecimento das estratégias de ação política ao globalizar reivindicações e conexões por meio de mobilizações cada vez mais massivas que também instalam debates nos cenários jurídicos, legislativos e midiáticos (NATANSOHN, 2013), além de potencializar o estado de assembleia que já é parte da história dos feminismos que costumam e buscam por conciliação de suas pautas e práticas, muita das vezes com tensões, entre os grupos que os disputam e os compõem. Elas vão apontar que, nas redes, os sistemas de poder emulados possuem especificidades tanto no que diz respeito às suas capacidades emancipatórias, mas também repressivas.

Pudemos ver nos últimos anos a replicação de iniciativas feministas graças ao ciberespaço, algumas que se espalharam nos mesmos moldes e pleitos, outros que se atualizaram para suas necessidades locais. Na América Latina, vivemos desde a Marcha Mundial das Mulheres, passando pelos usos das *hashtags*³ como forma de divulgação das ideias, das lutas e dos movimentos, como o #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto, #NiUnaMenos, #VivasNosQueremos, #NãoMereçoSerEstuprada, #EleNão, entre muitos outros.

Esta manifestação e todas as outras mencionadas demonstram nossa capacidade de ação global que excede bastante a virtualidade em que se apoiam (NATANSOHN; ROVETTO, 2019). Algo que Manuel Castells já tinha chamado de redes de indignação e esperança (SILVEIRA, 2019) quando as manifestações de 2012 no norte da África se espalharam pelo mundo, na denominada Primavera Árabe.

Observando essas dinâmicas nos termos de gênero, ficou brevemente demonstrado nesta exposição que algumas das promessas positivas que acompanharam o espírito libertário dos anos 60 que sonhava com a revolução da tecnologia da informação se confirmaram e, em certa medida, foram ultrapassadas. A internet não apenas impacta vidas e relações, mas progressivamente apresenta-se como elemento constitutivo dos âmbitos sociais e subjetivos, com implicações importantes.

Talvez um dos exemplos mais significativos sejam candidaturas como a de Donald Trump e Jair Bolsonaro se concretizarem, nos Estados Unidos em 2016 e no Brasil em 2018 diretamente ligadas à replicação de mensagens políticas mentirosas, exageradas ou fabricadas na rede com o objetivo de manipular a opinião pública (SILVEIRA, 2019). A partir desse

3 Representado pelo símbolo cerquilha, ou, popularmente chamado de “jogo da velha” (#), ele vem acompanhado de alguma palavra-chave, que vira um hiperlink indexado pelos mecanismos de busca.

momento, diversos campos disciplinares passaram a se debruçar de maneira mais preocupada sobre o regime das tecnologias da informação. Neste sentido, questões envolvendo o ambiente digital hoje se desenrolam em todas as áreas das ciências sociais, principalmente as que versam sobre seu papel e uso para grupos minoritários e atuação política em geral (SILVEIRA, 2019). Dessa forma, conforme mais se desenvolvem as tecnologias de informação cibernética, adquirimos mais formas de enxergar as relações de poder que envolvem sua existência e proliferação.

Langdon Winner (2000) já tinha dito que as tecnologias podem conter certas propriedades políticas ao incorporar formas específicas de poder e autoridade. A utilização, ocupação e projeção cada vez maior alcançada pelas minorias de gênero no ciberespaço têm sido acompanhadas por discursos misóginos, racistas, lesbo e homofóbicos e outras formas de ataque e discriminação que surgem como tentativa de calar essas vozes (CODINRIGHTS; INTERNETLAB, 2017).

À medida que o feminismo avança, formas de violência que caracterizam o sistema patriarcal-capitalista também se alargam e se ramificam na virtualidade. As TICs podem ser utilizadas para (re)produzir ou perpetuar estereótipos e preconceitos de gênero que, inadvertidamente, exercem impactos negativos nas minorias de gênero (GING; SIAPER, 2019).

Esses discursos não são novidade, assim como as ações e métodos de ataque como ameaças, chantagens e perseguições. Entretanto, antes, restringidos a encontros pessoais tradicionais, com as redes, ganham em complexidade e na maioria das vezes resultam em uma matriz enredada de diversos tipos de danos morais, psicológicos e materiais (CODINRIGHTS; INTERNETLAB, 2017). E é para tentar desvelar um pouco mais essa complexidade que esta dissertação foi construída.

A jornalista Patrícia Campos Mello da Folha de São Paulo foi acusada por Hans River do Rio Nascimento, um ex-funcionário de uma agência de disparos de mensagens em massa por WhatsApp de ter tentado obter informações em troca de favores sexuais (CYPRESTE, 2020), o que levou o Presidente da República Jair Bolsonaro a dizer que ela queria “dar um furo jornalístico” (BOLSONARO..., 2020). Em questão de horas, Patrícia viu sua imagem envolvida em montagens de cunho sexual e sendo chamado de “Folha da Puta” nas redes sociais (MELLO, 2020).

Joice Hasselmann foi chamada de “gorda”, “porca”, “Peppa Pig” (JOICE..., 2019) — o que além de machista possui indicativos de gordofobia —, xingamentos vindos inclusive do filho do presidente, Eduardo Bolsonaro (COM..., 2020) que se proliferaram online. O ativista que abertamente advoga pelos direitos LGBT e ex-parlamentar brasileiro Jean Wyllys, já foi acusado diversas vezes de pedofilia (FAUSTO, AFFONSO, 2018) e de participar da articulação do ataque (SACONI; PIVA, 2020) ao então candidato à Presidência, Jair Bolsonaro, no período eleitoral de 2018. Thammy Miranda, homem trans, por estrelar uma campanha de Dia dos Pais na Natura (ATAQUES..., 2020) recebeu inúmeras mensagens transfóbicas nas redes sociais, assim como o perfil oficial da marca nas mais diversas plataformas.

No intuito de realizar este trabalho de investigação sobre o que esses acontecimentos revelam (e escondem) volto meu olhar privilegiando as experiências das minorias de gênero do Sul Global. Pensando sobre os contextos semelhantes experimentados por elas na América Latina, articulando em conjunto as suas experiências no ciberespaço tanto de violência quanto de resistência em suas particularidades histórico-geográficas, ao invés de pensar “todas em todo o mundo”.

Esta análise das violências de gênero se dará por meio de cartografia dos movimentos, agrupamentos, coletivos a partir da América Latina. Mapeando o que tais iniciativas, em sua maioria de feministas e ativistas de gênero versam sobre o tema no ciberespaço, procuro formular a imbricação entre teoria e prática deste problema específico no território latino-americano.

Com o método da Cartografia social me coloco junto aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas que não se ocupam de a priori, traçar mapas geográficos, mas sim, mapas dos movimentos, das relações e jogos de poder, dos encontros e lutas entre forças, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si, práticas de resistência e de liberdade (FILHO e TETI, 2013).

Mais especificamente, me inspiro em mapear aquilo que Sheila Jasanoff (2015) chamou de imaginários sociotécnicos. Ela diz que as possibilidades da ciência e da tecnologia são produtos de práticas sociais imaginadas por diversos atores — estado, corporações, movimentos sociais, entre outros — que trabalham na coprodução de diversas visões do “bem coletivo” em várias escalas.

O conceito de imaginários sociotécnicos foi desenvolvido nos Estudos de Ciência e Tecnologia⁴, um grupo composto por pessoas de diversas disciplinas já mencionadas neste trabalho como Wiebe E. Bijker, Judy Wajcman, Langdon Winner entre outras que investigam os impactos políticos e culturais da tecnociência. Tal quadro foi usado para analisar a relação entre inovações tecnológicas e poderes políticos, como a energia nuclear, nanotecnologia e sua relação com a sociedade — em suma, por que certos futuros são aceitos e outros rejeitados ou contestados, ou quais as lacunas entre as estruturas das políticas estabelecidas, a eficácia delas e seus resultados (JASANOFF, S; KIM, S, 2009).

Os imaginários sociotécnicos podem surgir de visões de pessoas individuais ou pequenos coletivos, no entanto, eles só ganharão o status de “imaginário” quando coletivamente adotados. Eles podem coexistir em multiplicidade na sociedade, seja em tensão ou em uma relação dialética produtiva, e vão se destacar predominantemente aqueles que contarem com a ingerência (para fins políticos) de instituições que já possuem algum poder, como tribunais e a mídia

Imaginários sociotécnicos são:

visões entendidas coletivamente, institucionalmente estabilizadas e publicamente desempenhadas de futuros desejáveis, movimentados por entendimentos compartilhados a respeito de formas de vida social e ordem social alcançáveis por meio de, e que estimulam, avanços na ciência e Tecnologia (JASANOFF; KIM; 2015, p. 4, tradução própria).

“Futuros desejáveis”, porque Jasanoff e Kim (2015) entendem que, de maneira geral, os investimentos em novos futuros sociotécnicos se dão por visões e expectativas positivas do progresso social. Não deixam de ressaltar, contudo, que este processo dialeticamente se relaciona com seu oposto, ou seja, com medos compartilhados de possíveis danos do processo inovativo, assim como das falhas em inovar.

Por isso, são a interação entre as imaginações positivas e negativas, utopia e distopia, expressando compreensões compartilhadas de uma sociedade, reajustando limites do tempo através da análise do imaginário social de comunidades, imaginando futuros (e passados) desejáveis ou indesejáveis relacionados aos avanços na ciência e tecnologia.

Em outras palavras, “imaginários sociotécnicos” como uma estrutura analítica podem ser usados para investigar o ciberespaço e entender como as visões futuras de sociedade são

4 Em inglês corresponde a sigla STS — Science and Technology Studies.

coproduzidas nos termos de inovação e tecnologia (JASANOFF, 2004) e isso envolve tanto as categorias que têm o maior poder de (re)produção quanto as que estão lutando para acessá-los, reivindicando as normas sociais sobre ciência e tecnologia.

Serão mapeados, portanto, o modo como estes imaginários sociotécnicos influenciam a formulação de políticas das novas plataformas digitais e de visões de futuros sob a realidade local e demonstram justamente essa intrincada relação entre os mundos online e off-line, com um olhar que parte da América Latina. Deste modo, este trabalho se localiza nas recentes produções que imbricam estas questões com os temas que dizem respeito ao movimento das minorias de gênero.

Com tais diagnósticos de vivências, impactos, práticas e representações se apresenta a oportunidade de olhar, no âmbito das Relações Internacionais, para as relações capilares de poder, ao invés de encarar o Estado-nação como o ator por excelência do Sistema Internacional. Este mapeamento dos imaginários sociotécnicos que versam sobre o âmbito digital e os processos sociais cotidianos tecnológicos ancorados na perspectiva de gênero sob a ótica da violência, pode resultar na produção de dados primários sobre a realidade da violência de gênero virtual na região da América Latina.

O que seriam os recursos empreendidos por estes grupos, senão eles mesmos mecanismos que atuam na construção instrumental e transformativa de futuros desejáveis alcançados por meio da tecnologia, visões que influenciam diretamente os entendimentos compartilhados de objetivos de vida e ordem social ao pensarem criticamente a construção de futuros tecnológicos?

Ao questionarem os paradigmas e entendimentos dominantes sobre ciberespaço, gênero, violência e tecnologia, essas militantes fornecem planos e contestações que produzem imaginários contra-hegemônicos e promovem “agendas de bem público”, produzindo significados que modificam nossos arcabouços e pressupostos da modernidade colonial que atuam na região latino-americana e, em última instância, articulam novos modos de potência coletiva.

A análise da imbricação da espacialidade digital e o chamado espaço físico enriquece nosso entendimento e nos permite ver e desconstruir as ideologias políticas que constituem historicamente a “diferença” e a violência sistêmica. Investir nesta cartografia dos imaginários sociotécnicos nos permite identificar as especificidades das capacidades repressivas e emancipatórias, impactados por outras configurações políticas (como a tecnologia) e pelas

maneiras como as multiplicidades (de raça, classe, localização, sexualidade e gênero) moldam as interações políticas na política global.

A partir deste panorama, é possível compreender a importância de mergulhar nos estudos sobre a “ciborguização” da vida nos termos de gênero para os estudos da política global. Se a construção das nossas vivências política e social passam por interagir e estar online a todo momento, somos então a ciborgue de Donna Haraway, “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2009, p. 36) cuja fronteira é uma ilusão de ótica. A ciborgue está aqui para confundir as fronteiras e demonstrar que os limites estão cada vez mais borrados.

Deste modo, esta dissertação pretende engajar — conceitual e metodologicamente — com as diversas iniciativas de minorias de gênero espalhadas pelos diferentes países da América Latina e investigar os aspectos dessa “ciborguização” nas suas vidas.

O principal questionamento que permeia o desenvolvimento deste presente trabalho vai envolver a busca pela compreensão de como estas ciborgues formulam através de sua vivência e prática novos imaginários sociotécnicos na fronteira entre gênero e ciberespaço. Navegando o modo como estes imaginários têm sido postulados, construídos e debatidos por diferentes grupos/coletivos/projetos/esforços que se formam em torno dessas questões, conseguimos esboçar caminhos para além de dualismos improdutivos, violentos e limitantes em particular o que separa as vidas online versus offline.

Algumas perguntas surgem no desenrolar da pesquisa: 1) qual a importância de inserir os estudos sobre o ciberespaço nas R.I sob uma perspectiva de gênero?; 2) o que se entende por “ciborguização” e quais estruturas implicadas na subjetivação nos termos de gênero no virtual?; 3) quais as relações de poder estão envolvidas nas violências de gênero no ciberespaço e como essas ciborgues são afetadas no seu corpo físico e subjetivo?; 4) como a cartografia social de imaginários sociotécnicos traz desafios de pesquisa a serem superados nas ciências humanas?

Na próxima seção desta introdução será analisado em detalhes o método da cartografia e sua relação com o objeto a ser estudado. Apresentando quais as possibilidades de fazer uma pesquisa cartográfica e do que já foi traçado até o momento, pretendo demonstrar quais as escolhas feitas para empregar esta metodologia na parte empírica do projeto, além do porquê determinados caminhos e métodos foram escolhidos para realização deste trabalho — e não

outros. De onde surgiu a cartografia? Onde se situam os debates sobre seu emprego? Quais seus conceito-chave? Por que tomei determinadas escolhas? Como e por que ela será empregada e onde me ajudará a chegar?

O primeiro capítulo traz a revisão bibliográfica que explora os conceitos de ciberespaço e qual sua relação com os estudos de gênero e de Relações Internacionais. Primeiro, busca-se traçar o histórico dos estudos sobre ciberespaço e onde ele se localiza na área das Relações Internacionais, apresentando dados relevantes sobre a inserção da virtualidade no cotidiano e na política global e debatendo o tema nos termos da política, território e das teorias de RI. Paralelamente, faço uma apresentação da epistemologia empregada para analisar todas essas questões. Tudo nos proporcionará a capacidade de entender de maneira mais consistente o território que exploraremos e a importância desta pesquisa. Em conjunto com o que já foi feito até aqui, pretendo demonstrar como esta pesquisa permite me afastar das dicotomias.

No segundo capítulo mergulho em uma análise da literatura feminista sobre violência de gênero no ciberespaço, guiada pela figura da ciborgue e suas facetas nas correntes ciberfeministas, localizo este arcabouço teórico como fundamental para o entendimento de meu objeto — mas também procurando demonstrar quais seriam seus desafios e limitações. Embora seja importante incluir o sexo e a diversidade de gênero, é igualmente importante não perder de vista as relações de poder no aspecto do racismo na região. Falar sobre violência de gênero virtual na América Latina passa por acompanhar o que os movimentos sociais e de luta das mulheres sob o guarda-chuva ciberfeminista no continente apontam sobre sua imbricação com a colonialidade e o capitalismo. Mantendo sempre um olhar crítico, principalmente ao conceito de gênero, e como isso se articula com raça, classe e sexualidade, pretendo construir um caminho para um ciberfeminismo de “Terceiro Mundo” e como elas buscam superar e denunciar estas violências atualizadas.

O terceiro capítulo será um momento prático no qual a cartografia e o arcabouço teórico debatido serão articulados com estudos empíricos sobre esses movimentos em torno da violência de gênero na internet. Nele, indicarei o mapeamento que realizei ao longo da pesquisa e no qual localizei trinta e duas iniciativas que agem sobre a questão da violência de gênero online na América Latina. Além de fazer essa localização, mais importante para esta cartografia será a categorização empregada para classificá-las, ao todo, essas trinta e duas iniciativas serão divididas entre: segurança digital, pesquisa, educacional e artifícios de

resistência. Essa divisão não implica um engessamento da atuação dessas iniciativas, cada uma delas pode (e em muitas ocasiões irá) atuar em mais de uma categoria. Para facilitar a compreensão da leitura do que cada categoria significa e porque elas são importantes, optei por designar somente uma categoria para cada iniciativa. Além disso, especificarei quais seus apontamentos, obstáculos e a compreensão que elas têm desses fenômenos. Parti principalmente das reflexões críticas sobre ciberfeminismo e do conceito de imaginários sociotécnicos elaborado por Sheila Jasanoff para demonstrar como essas iniciativas nos ajudam a modificar nosso entendimento sobre nossas condições presentes e a imaginar um futuro que vale a pena ser vivido.

Por fim, o último capítulo será a minha análise sobre as fronteiras que estão sendo derrubadas com a atuação dessas ciberfeministas no espaço latino-americano e como isso contribui para o cenário ativista da região — do passado, presente e futuro.

Reconhecendo que o ciberespaço evoluiu de um papel marginal no escopo geral das questões humanas para um central em um curtíssimo espaço de tempo (REARDON e CHOUCRI, 2012), busco enriquecer o entendimento que nós, acadêmicas e acadêmicos de RI, possuímos sobre como esse sujeito ciborgue vive o ciberespaço na atualidade, especialmente no que toca as relações e violências de gênero, o que nos provoca a pensar fronteiras, vivências, corpo, discursos estruturais e materialidade. A meu ver, existe uma conexão entre os debates sobre ciberespaço, gênero e o espaço público que merece ser explorada no campo de estudo das Relações Internacionais.

1. O CIBERESPAÇO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1.1 Diário de campo

Essa dissertação nasceu de um acumulado de experiências e processos por mim realizados ao longo dos últimos 10 anos. Alguns deles advindos da prática adquirida na participação de grupos feministas que construíram diversos movimentos na primeira metade da década de 2010; outros, da constante atualização nos debates e tensões teóricas que surgem nas mais diversas correntes que compõem a luta feminista e contribuem para a amplificação do escopo de suas reflexões.

A proliferação das redes sociais fez com que eu e diversas pessoas interessadas no debate sobre as questões de gênero no Brasil e no mundo conseguissem congregarem em espaços não exclusivamente fisicamente circunscritos. Entre 2010 e 2015, por meio principalmente de grupos e páginas no Facebook e blogs diversos, o ativismo feminista digital ganha força, buscando ampliar sua área de atuação e mobilização ao imbricar o online e o offline.

Tal incursão fez com que minha vida pessoal e acadêmica fosse completamente modificada. A (re)construção do Coletivo de Mulheres da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CM-UFRJ) e a criação do FemmeRI (coletivo feminista do curso de Relações Internacionais da UFRJ) se deu em diálogo com diversas outras instâncias sociais e estudantis Brasil afora, se ocupando tanto de questões relativas ao gênero, raça, violência e direitos LGBTQI+ dentro dos espaços da universidade quanto fora dela (UCHOA, 2015).

Coletivos Feministas, que serão de forma abreviada ao longo desta exposição chamados de “coletivos”, são organizações coletivas e políticas de mulheres nos espaços sociais, imprescindíveis para a manutenção de seus direitos e para discussão de suas necessidades, que individualmente enfrentados seriam ainda mais complexas (PONTES, 2020). Como diz uma velha ciranda entoada pelo movimento feminista “companheira me ajuda que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”.

A minha educação política e teórica partiu, então, de um grande engajamento e questionamento sobre temas relevantes à pauta feminista em conjunto com a inserção destas iniciativas no uso e envolvimento no mundo virtual. Éramos pesquisadoras, militantes, trabalhadoras, estudantes que se encontraram descobrindo juntas, a despeito de localização geográfica, de idade, raça e classe social as possibilidades e desafios de habitar e construir a luta por meio de/com a rede global de computadores.

Desafios e possibilidades que até hoje permeiam tais empreitadas, primeiro porque estamos em constante processo de aprendizado sobre o funcionamento e otimização dessa

inserção digital; segundo, porque de maneira acelerada essas redes se modificam e apresentam percalços atualizados aos grupos de ativistas e estudiosas do campo — e que, por isso, vão apresentar particularidades acerca da subjetividade e do espaço-tempo que serão exploradas nesta pesquisa.

Extremamente implicada pelo baque do resultado da eleição presidencial no Brasil em 2018 e o envolvimento com o grande movimento #EleNão que eclodiu justamente contra a candidatura de Jair Bolsonaro, consolidei minha vontade de me aprofundar no Manifesto Ciborgue que já tinha atravessado meu caminho em algumas ocasiões. Por fim, se transformou em projeto de seleção para o mestrado de Relações Internacionais da PUC-Rio, ocorrido no mesmo período e hoje, se consolida nesta dissertação.

O objetivo inicial do trabalho desenvolvido aqui remetia à investigação de que a despeito de todo otimismo das primeiras discussões teóricas ciberfeministas (PLANT, 1996; VNS Matrix) — que localizavam de maneira positiva o desenvolvimento tecnológico e das redes — as expressões das múltiplas violências de gênero são provas de que o mundo virtual reproduz as estruturas de poder da nossa geografia clássica física e territorializada.

Ao longo do tempo, a pesquisa tomou um rumo menos afirmativo e mais interrogativo sobre a transposição dessas violências para esse novo espaço. Era somente uma reprodução ou há algo a mais? Se há particularidades, quais são elas? Como se manifestam? Estava buscando observar de que maneiras tais violências estavam sendo trazidas e debatidas, principalmente, mas não exclusivamente, em um contexto brasileiro.

Investigando o que já está estabelecido sobre as violências de gênero no digital, me recordei de um *insight* de Donna Haraway que ficou por algum tempo esquecido nas minhas incursões, mas que é ponto central de toda essa pesquisa: a ciborgue é metade filha ilegítima do militarismo e do capitalismo patriarcal e colonialista, e por isso possui sua capacidade opressora. Mas ela também é fruto de suas potências criativas, possibilitando (re)construir as fronteiras da vida cotidiana e uma saída do labirinto dos dualismos (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2009).

Diferentemente de um mapa que somente situaria a localização das iniciativas ciberfeministas pela América Latina, ou seja, só cobriria o visível, essa cartografia acompanha as formas alternativas encontradas pelos movimentos, agrupamentos, coletivos e demais iniciativas que já se debruçam sobre este tema para enfrentarem os diversos dispositivos com

que minorias de gênero se deparam no ciberespaço e as propostas de criação de espaços outros, de fuga e resistência a essa geopolítica dos espaços.

Mais especificamente, uma cartografia de imaginários sociotécnicos que podem nos conduzir para futuros desejáveis. Para ilustrar o que o conceito significa, menciono aqui duas das iniciativas que serão trabalhadas neste trabalho, mais especificamente no Capítulo 3: ciberseguras e o Instituto Patrícia Galvão. Através desses casos, observamos tanto o que são imaginários sociotécnicos quanto a sua relevância para a compreensão da dimensão das estruturas de poder que existem nos termos de gênero no ciberespaço — e sua relevância para o campo das R.I.

O ciberseguras é uma iniciativa que engloba Brasil, Guatemala, Chile, México e Bolívia e fornece informações sobre segurança digital — como proteger dispositivos como celulares, tablets, computadores seja ao acessá-los, usá-los ou armazenar informações. Além de ensinar sobre tecnologia e feminismos, elas também auxiliam e promovem encontros entre feministas, ativistas e pessoas interessadas no tema. Já o Instituto Patrícia Galvão produziu o Dossiê Violência contra as Mulheres; nele, se elucida de uma maneira abrangente os tipos de violência de que se tem conhecimento, sistematizando dados e pesquisas, reunindo informações e análises estratégicas para contribuir para a divulgação de informações e o debate sobre a violência de gênero no meio virtual (INSTITUTO, [2020?])⁵.

Pensar violência de gênero no meio virtual me empurrou para compor/engajar/habitar com um território existencial em constante processo de produção, já iniciado antes de eu chegar. Não caberia, portanto, me guiar por uma metodologia que me levasse a usar regras preestabelecidas, e por isso, eu necessitava uma proposição metodológica que se colocasse estratégica em relação a cada situação ou contexto a ser analisado. Cada iniciativa, além de diferentes abordagens, tem também diferentes enfoques e, conseqüentemente, produzem diferentes formas de vislumbrar possibilidades de futuro que merecem ser analisadas respeitando suas particularidades.

Me vi acompanhando um processo que foi me guiando mais do que eu determinando suas regras de antemão, entendendo que caminhar comporta movimentos singulares e de singularização. Sem fixar a priori a totalidade dos procedimentos metodológicos que

⁵ O Dossiê é um portal que organiza diversas informações reúne informações e orientações de quem lida com o problema — médicas, psicólogas, advogadas, promotoras, defensoras, autoridades policiais e especialistas de diferentes áreas e por isso não possui uma publicação formal.

antecedem o percurso e definem como se deve percorrer um caminho de maneira fechada, desemboquei em uma pesquisa-intervenção. Um pesquisar “com”, na qual sujeito e objeto se relacionam e se co-determinam numa circularidade e coemergência contestando a neutralidade e saindo do modelo hierárquico de pesquisa, problematizando também as instituições acadêmicas que, absorvidas pela própria ciência moderna, atuam como práticas de regulação da vida e produtoras de subjetividade (KROEF, GAVILLON e RAMM, 2020).

O ciberfeminismo, por ser uma vertente feminista, é uma filosofia em desenvolvimento. A cartografia social me ajuda a organizar visualmente essas diferentes perspectivas e percursos dos imaginários sociotécnicos (e suas transformações) acerca da violência de gênero virtual na América Latina, me permitindo analisar as relações de poder no ciberespaço; os modos de subjetivação ciborgue; os deslocamentos das práticas de violência; as lutas, disputas e forças presentes no território virtual latino-americano; e que, enquanto os percorremos, já mudam a realidade e ajudam a moldar o futuro.

Ao longo do capítulo 3 vou elucidar as pistas cartográficas que, não como uma topografia, mas uma topologia dinâmica, se estabelecem como uma contribuição deste trabalho na produção de pesquisas-intervenção (SOUZA, 2015). Aprendendo com exercícios recentes propostos por Passos, Kastrup & Escóssia; Filho & Teti (2013); Souza (2015); Morato & Andrade (2007) entre outros com os quais busco dialogar, vou seguindo explorações do método e introduzindo as minhas próprias, que me apresenta tanto desafios quanto limitações.

O mapeamento das práticas que demonstram a diversidade dos ciberfeminismos que não têm origem e não se circunscrevem aos limites (nem políticos e muito menos territoriais) do Estado-nação, faz com que minha intervenção aja no sentido de desafiar a universalidade (ontológica, de gênero, de sujeito, de práticas, motivações e desdobramentos), a neutralidade (epistemológica, do saber, do conhecimento, da ciência) e de um suposto posicionamento fixo (e de afastamento) prévio entre sujeito e objeto.

Aqui, exploro como eles estão alterando as condições da experiência, produzindo novas formas de subjetividade, desestabilizando verdades universais, criando possibilidades de ser, existir e construir novas verdades. “Ou seja, a pesquisa é política porque produz formas de organização dos coletivos, compreendendo seus posicionamentos em relação à produção de experiências de vida em sociedade” (KROEF; GAVILLON; RAMM, 2020, p. 466).

As configurações subjetivas da ciborgue, essa versão tecnológica do Frankenstein que atua na interpelação do presente em busca de futuros sociotécnicos desejáveis, não é fruto apenas de um processo histórico; elas portam em si mesmas processualidade, guardando a potência do movimento. E isso é cartografia: fazer o acompanhamento dos movimentos das subjetividades e dos territórios, considerando o protagonismo do objeto.

Por fim, escrever sobre futuros desejáveis se demonstrou uma tarefa extremamente desafiadora em tempos de pandemia, ainda mais quando a única forma de comunicação e interação durante quase a totalidade dos meus anos de 2020 e 2021 se deu pelo modo virtual. Com isso, afirmar que minha produção acadêmica é neutra em relação ao meu objeto, ou que essas condições de pesquisa não me afetaram ao longo de toda minha produção seria não só impossível, como provavelmente falso.

Antes de finalizar essa dissertação, o Brasil já acumulava mais de 500 mil mortes pelo novo corona vírus (covid-19). O constante medo, por mim, pelas pessoas da minha família e do meu círculo de amizades, mas também por todas que já vivem em condições de vulnerabilidade e esquecimento social, coexistiu com uma enorme exaustão por essa inserção compulsória em um modo de ser/estar quase que 100% digital quando sou um ser também analógico — uma concepção elaborada no capítulo 2 sobre a subjetividade ciborgue ao ler o trabalho de Robert Hassan e Thomas Sutherland (2017) antes da pandemia e que agora faz ainda mais sentido.

O isolamento social também fez com que a violência de gênero na América Latina crescesse, segundo relatório do Banco Mundial (SARAIWA, 2021). O Brasil registrou nos primeiros dois meses da pandemia, março e abril de 2020, um aumento em 22% nos casos de feminicídio e de 27% nas denúncias recebidas pela linha nacional de atendimento à Violência contra a Mulher, em relação ao mesmo período de 2019. Esse padrão foi seguido em outros países da América Latina como Colômbia, Chile, Bolívia, México, El Salvador, Honduras e outros. Dados preocupantes porque segundo a ONU Mulheres (SARAIWA, 2021), fora de um cenário pandêmico, a América Latina já é o lugar mais violento para mulheres.

A violência na internet também cresceu no período (RAMOS, 2020). Segundo dados da ONG SaferNet, denúncias de violência e discriminação contra mulheres em sua Central cresceram 21,27% em abril de 2020 em relação ao mesmo período no ano passado, que teve 667 registros. A exposição de imagens íntimas aumentou em 154,90%, com 130 denúncias

em abril, das quais 70% das vítimas são mulheres. Fenômenos que merecem análises próprias que não serão elaboradas a fundo por aqui, mas não podiam deixar de ser mencionadas.

Essas condições se somaram à constante pressão da necessidade de ser produtiva e respeitar prazos e expectativas acadêmicas, que se acharam capazes de flutuar ante todos esses problemas. Não foram.

Escolhi elaborar esse diário de campo por entender que todo ato de pesquisar é transformador porque cria uma realidade de si e do mundo e por isso tem consequências políticas. Ele possibilita visibilizar os aspectos e afetos que envolvem a minha implicação com o campo e o fenômeno estudado, acoplando o sujeito-mundo em contextos de pesquisa — o que feministas dizem ser inerente à forma de fazer pesquisa —, e determinando os próprios caminhos da pesquisa — assim como reivindicado pela cartografia (KROEF; GAVILLON; RAMM, 2020).

O diário traz para o debate os conhecimentos e saberes da pesquisadora, suas propostas e ações, angústias e desejos, avanços e dificuldades; e, desta forma, se constitui como ferramenta de intervenção contribuindo de alguma maneira ao provocar reflexões sobre a própria prática de pesquisa e das decisões tomadas em relação ao planejamento, desenvolvimento e metodologia (KROEF; GAVILLON; RAMM, 2020).

Além disso, o diário é memória, e a memória (passado), junto com a imaginação (futuro), não pertencem ao sujeito, elas *são* o sujeito e se conectam em uma dialética complexa. O futuro nasce do passado, e este também é continuamente moldado pelo futuro. O passado serve de base para reinterpretações à luz da compreensão que uma sociedade tem do presente e de suas esperanças para o que está por vir (JASANOFF; KIM, 2015).

Um caminhar a partir do presente, dando conta do passado, mas um passado em movimento, que nos atravessa e transforma o futuro a cada instante; um movimento de singularização que menos constrói uma verdade e mais desestabiliza verdades universais, possibilitando a expressão de singularidades e construção de novas verdades; uma inspiração de que outro mundo é possível.

1.1.2 Sobre metodologia e método

No livro lançado pela Editora PUC-Rio em 2020, Isabel de Rocha Siqueira mostra na introdução as diferenças fundamentais entre método e metodologia para que possamos definir apropriadamente os desenhos de qualquer pesquisa acadêmica. Segundo ela, apesar de diversos métodos serem tratados como metodologia (e vice-versa) como a etnografia e a

análise de discurso, a metodologia versa mais sobre a preocupação ontológica (como entendemos nosso papel no mundo) e epistemológica (a forma de acessarmos esse mundo) que se tem — e se deve ter — com os contornos da pesquisa que se busca fazer, com seus processos e estrutura.

A metodologia é o que vai garantir que os métodos — as ferramentas de coleta e análise de dados utilizadas, como entrevistas e questionários — vão estar alinhados com a visão de mundo que o trabalho se propõe a executar, ou seja, nossa ontologia e nossa epistemologia. Alguns métodos são mais generalizáveis e vão poder ser aplicados em pesquisas tanto qualitativas quanto quantitativas, como as entrevistas, porque se ajustam a múltiplas ontologias e epistemologias (SIQUEIRA; LACERDA, 2021).

Métodos por si só não comportam os engajamentos filosóficos necessários para mais adequadamente executar a pesquisa, inclusive em termos éticos. Portanto, é de extrema importância que todos esses parâmetros estejam bem alinhados e conversem de maneira harmônica entre si, para que dessa forma o trabalho realizado realmente alcance aquilo que se propõe e possa ser inserido em debates mais amplos nas áreas com as quais pretende agregar.

Ocorre que o método científico moderno estabeleceu paradigmas para o método que pressupõem a existência de preceitos e regras rígidas, imutáveis e sistemáticas, de modo a pré-estabelecer modelos para a atuação da pesquisa. Isso, conseqüentemente, impactou as possibilidades de determinadas epistemologias alcançarem tal “valor científico”, relegando a subjetividade e experiências pessoais ao plano de conhecimentos considerados menos científicos, ou não-científico; e dessa maneira, também impactando negativamente algumas metodologias (HARAWAY, 1995; HARDING, 1987, 1990; HILL-COLLINS, 2019; MOHANTY, 1988; YUVAL-DAVIS, 2006).

Em *Feminist Methodologies for International Relations* de 2006, Brooke A. Ackerly, Maria Stern e Jacqui True abordam a questão de que, justamente por possuírem um comprometimento ético em sua teorização, as abordagens feministas acabaram por ocupar uma posição marginal nas Relações Internacionais. Segundo as autoras, a análise normativa feminista, por se fiar em arranjos morais reais e da vida cotidiana de pessoas corporificadas, possui um fardo descritivo e empírico muito maior e deve estar preparada para empreender pesquisas sociológicas cuidadosas.

A busca por compreender, refletir e possivelmente transformar os padrões de relações requer o que elas chamam de um compromisso com a "relacionalidade". Ou seja, elas

apontam que é preciso entender que a existência humana está inserida no contexto das relações sociais e pessoais, e que a ética não está separada (ou acima) da política ou da vida social em geral, mas sim intrinsecamente relacionada — e em relações de poder assimétricas (ACKERLY; STERN; TRUE, 2006).

Esta perspectiva, por mais que esteja focada em gênero, não é exclusivamente "centrada na mulher", pelo contrário, é um convite à responsabilidade com o outro. Se compreendemos que as estruturas e instituições sociais dão origem a relações e práticas que privilegiam alguns grupos, é preciso responsabilidade ao tratarmos de examinar essa ampla gama de exclusões e inclusões no sistema global e termos em mente que essas análises são também sobre nossas relações com esses outros particulares (ACKERLY; STERN; TRUE, 2006).

A epistemologia feminista rejeita, então, que as comunidades acadêmicas sejam encaradas como as únicas fontes legítimas de conhecimento, evitando comungar com princípios morais generalizáveis. Por entender que há ontologias várias e culturais de contextos particulares, a ética feminista não afirma um “normal”, pelo contrário, desafia os “regimes do normal” (VITALE; NAGAMINE, 2018).

Para tanto este trabalho encontrou na cartografia uma forma de engajar com o *ethos* feminista que acredita, entre outras coisas, que emoção e intelecto se constituem e se sustentam mutuamente, ao invés de serem forças opostas na construção do conhecimento; que coloca em primeiro plano a relação entre pesquisadora e campo de pesquisa, em uma abordagem que compreende uma atuação assumidamente implicada e não mais neutra; que as diferenças culturais, de gênero e relações de poder possuem consequências na produção intelectual.

Partiremos, agora para um aprofundamento do que exatamente significa fazer uma pesquisa cartográfica. Será feita uma revisão da bibliografia dos campos da ciência que já elaboraram conceitualmente esta metodologia, quais suas diferenças e semelhanças, porque alguns posicionamentos foram escolhidos ao invés de outros e de que maneiras isso contribui para os campos com os quais essa dissertação dialoga, além de destrinchar quais os métodos me ajudaram a concretizá-la.

1.1.3 O percurso cartográfico

Como explorado no ponto anterior, toda metodologia vai ser influenciada pelos aportes teóricos e formas de ser/estar no mundo disponível em seu contexto histórico. A

cartografia, portanto, ao longo do tempo se desenvolverá tendo como principal influência as visões e estudos que buscam explicar e compreender o espaço. A cartografia “tornou-se célebre como ato de *localizar*” (RIBEIRO, 2015, p. 57), o que também envolve ser uma poderosa ferramenta de *classificação*, na qual mapas e imagens tiveram papel basilar (RIBEIRO, 2015).

A cartografia é, portanto, essencialmente imbricada com a geografia — ela mesma marcada por diversas correntes de pensamento em determinados momentos históricos. Ao ser estabelecida como ciência em meados do século XIX por autores como Friedrich Ratzel e Vidal de La Blache, a geografia se ocupou das necessidades de reconhecimento topográfico dos Estados-Nação à época em expansão territorial e Revolução Industrial (CARVALHO, 2010).

Ou seja, a geografia foi “uma das principais responsáveis por criar espaços, regiões e territórios, ou seja, fragmentar e separar o mundo, fronteirizando-o” (RIBEIRO, 2015, p. 41). Seus mapas, a despeito de serem documentos preciosos, são “uma mirada hegemônica acerca da natureza, do território e da história” (RIBEIRO, 2015, p. 42) por teres sido elaboradas e utilizadas à luta e afirmação hegemônica e de sobrevivência do Estado.

Tradicionalmente, a cartografia se utiliza das especificidades do campo da geografia para criar relações de diferença entre territórios, ocupando-se em obter um conhecimento preciso, de bases matemáticas e estatísticas, que utiliza instrumentos e técnicas elaborados para dar conta de um espaço e delinear topografias, características sociais, étnicas, econômicas, populacionais etc. (FILHO; TETI, 2013).

Um mapa, de uma perspectiva semiótica, é um diagrama⁶, o registro gráfico de correspondência entre dois espaços que representa relacionalmente seu objeto: uma vez que eles permitem a experimentação, tanto no papel, na tela ou em nossas mentes, esta mesma característica os torna excelentes ferramentas para delinear ambos, pensamento e ação (KRIZ; CARTWRIGHT; HURNI, 2010).

Peirce afirma que o raciocínio diagramático é fundamental para nossos processos de pensamento. O diagrama é um signo icônico complexo que oferece - na verdade, convida - tais possibilidades de manipulação e transformação, por suprimir uma quantidade de detalhes

6 Em *Figuring Space* (1993) Gilles Chatelet elabora uma expansão nesse conceito de diagrama.

e permitir que a mente pense mais facilmente em suas características importantes (KRIZ; CARTWRIGHT; HURNI, 2010).

Com o passar do tempo, uma geografia crítica se desenvolveu se debruçando, essencialmente, em uma teoria social crítica de base marxista. Partindo de autores como Milton Santos, David Harvey e Edward Soja, suas análises voltam-se as questões do tempo, do espaço e das relações sociais contemporâneas, defendendo que a geografia não deve servir aos interesses do capital e da lógica de acumulação, mas reafirmando que o espaço físico é parte crucial de um conhecimento socioespacial (SOJA, 1993).

A crítica faz surgir uma cartografia social (KIM, 2015; LIEBMAN; PAULSTON, 1994; YAMAMOTO; MCCLURE, 2011) com enfoque na produção de empoderamento político e sentido sobre o território a partir de fixações que, dele, sobre ele e para ele, constroem as pessoas envolvidas no exercício de mapeamento. Em outras palavras, o exercício cartográfico social refere-se à representação das relações existentes entre os referentes (território) e as ferramentas (mapas) que ao serem interpretados evidenciam as percepções, sentidos e significados construídos sobre o território a partir de quem o habita, produzindo um conhecimento coletivo (GALLEGO et al; 2015).

Nela, podemos incluir a cartografia simbólica de Boaventura de Sousa Santos, que apresenta uma cartografia das iniciativas por ele identificadas como contra hegemônicas e, busca determinar as possibilidades e limites desta globalização alternativa produzida a partir de baixo. Analisadas a partir dos mecanismos que ele vai definir como a escala, a projeção e a simbolização, sua cartografia tem como objeto a representação social da realidade, conforme os mecanismos e estratégias de elaboração de mapas territoriais, sociais e simbólicos (ADVÍNCULA, 2006).

Há, ainda, uma outra noção de cartografia social entendida como *nova cartografia social*, influenciada principalmente pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia⁷ que se propõe a pensar o *localizar* como algo não necessariamente exclusivamente físico, objetivo, mas como uma perspectiva, uma projeção de valores e signos, que demanda, em conjunto, a necessidade de pensar *as geografias alternativas* historicamente subjugadas pelo status quo (RIBEIRO, 2015).

⁷ Ver: www.novacartografiasocial.com

A cartografia social aqui elaborada vai se basear nas produções de quem se inspirou nas ideias desenvolvidas na obra *Mil Platôs* de Gilles Deleuze e Félix Guattari da década de 1980, resultante de um diálogo entre estes autores e Michel Foucault. Nela, diferente do mapa, que contorna territórios pré-estabelecidos, a cartografia social vai atravessar o tempo, acompanha mudanças ao mesmo tempo que se faz nelas, criando história.

Félix Guattari e Suely Rolnik fizeram uma primeira aventura de cartografar o território político, social e subjetivo de terras brasileiras por meio da análise de diversos movimentos de resistência emergentes nos tempos de abertura política, resultando no livro *Micropolítica. Cartografias do Desejo* de 1986. Anos mais tarde, Rolnik defende sua tese intitulada *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo* (SOUZA, 2015).

É a partir do livro *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* de 2009 que a cartografia social enquanto método de pesquisa ganhou contornos mais elaborados e conferiu oportunidades singulares à cultura acadêmica, ao proporcionar para diferentes pesquisadoras(es) de diversas áreas e universidades a oportunidade de fazer uso desta perspectiva metodológica. Ao longo do tempo, grupos que investigam processos nas áreas de saúde, educação, cognição, clínica, estudos de grupos e instituições, compreendem que toda produção de conhecimento se dá a partir de uma tomada de posição que nos implica politicamente (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

1.1.4 O fazer da cartografia social

Há tantas cartografias quantos campos a serem cartografados e elas não se limitam à conhecida "ciência dos mapas". Incorporando as perspectivas metodológicas de Foucault da arqueologia do saber, genealogia do poder e genealogia da ética, cartografia foi um termo utilizado para designar uma aposta de escrita e pensamento rizomático de acompanhamento de trajetos e devires de diferentes vetores que constituem diferentes realidades (FILHO; TETI, 2013).

A cartografia, portanto, não busca uma origem ou causa para determinada situação ou interpretação, mas olha para como os acontecimentos se proliferam em determinada configuração (em constante movimento); uma aposta na experimentação do pensamento, um olhar voltado, principalmente, para o inesperado, para aquilo que está ali sendo negado, mas insiste em se produzir, sem encerrar conceito (FILHO; TETI, 2013).

Se conecta com a produção de conhecimento da geografia física tendo em vista que a utilização de metáforas espaciais por Foucault — que Deleuze (2005) vai chamar de “um

novo cartógrafo” — permeia o vocabulário da cartografia como metodologia. Posição, campo, deslocamento, território, domínio, solo, entre outros, nos demonstram a dimensão espaço-temporal da análise (SOUZA, 2015).

Preocupando-me em manter distância da racionalidade cartesiana-positivista e sustentar a sintonia com o caráter processual da investigação da realidade, esta dissertação vai aceitar o desafio posto em *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* com o fazer do método cartográfico e guiarei meu caminho pelo que será designado como pistas.

Pistas porque elas não são regras, mas referências, uma postura, indicações de como um caminho foi percorrido, um modo de estar no mundo presente em toda pesquisa e todo pesquisar que não se fecha às singularidades e imprevisibilidades do caminho. De uma maneira geral, convidam à manutenção de uma atitude de abertura de pensamento, sem se colocar como um conjunto de procedimento que antecedem o caminhar e definem, *a priori*, como este deve ser (SOUZA, 2015); a receber, sem pré-conceitos, tudo o que for se apresentando no processo de pesquisar como condição de possibilidade para se produzir conhecimento pertinente e consistente (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Uma delas é a de que a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo e defende a inseparabilidade entre conhecer e fazer, pesquisar e intervir. Conhecer o caminho de um objeto é caminhar com ele, constitui-lo e ao mesmo tempo constituir-se, afetar e se afetar, não pressupondo uma harmonia, mas um cuidado com o fazer coletivo (SOUZA, 2015).

O regime de afetação mobiliza o corpo da pesquisadora para cartografar regimes de força de um determinado território, pois toma como ponto de partida a sua própria implicação na pesquisa. As políticas de narratividade produzem conhecimento fora do binário teoria x prática e buscam entender as complexidades para além das oposições e intervenções de mão única, vertical e disciplinar (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009) (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009). Uma proposta intimamente ligada à epistemologia feminista, principalmente considerando o feminismo negro que reivindica a legitimidade da oralidade para transmissão de conhecimento (HOOKS, 1981, 1991; HILL-COLLINS, 2017).

Alberto Pucheu (2007) diz que a cartógrafa, e neste caso, a pesquisadora, atua diretamente sobre a matéria a ser cartografada, participando e constituindo a realidade, por ser ela mesma ator e sujeita social e encontrar-se em uma articulação entre ética e política. No

entanto, ela não sabe de antemão os efeitos e itinerários a serem percorridos. Na força dos encontros gerados, nas dobras produzidas e na medida em que habita e percorre os territórios, é que sua pesquisa ganha corpo.

Aqui surge mais uma importante pista da pesquisa cartográfica para esta dissertação: essa atitude se propõe transgressora ao inverter a própria ordem etimológica da palavra. Se metodologia é um *metá-hódos*, que indica que a pesquisa é definida como um caminho (*hódos*) predeterminado pelas metas dadas de partida, a cartografia é um *hódos-metá*, um primado do caminhar em relação à meta, aberta à criação de outras pistas (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Para me inserir nessa cartografia social de outras representações espaciais que postulam a imprescindibilidade de localizar, ou seja, de cartografar, que não executem o plano de controle e gestão estratégica de território (e por consequência, da população) a partir de uma relação direta de poder, vou me guiar pelos quatro gestos da atenção cartográfica: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento.

Busco mobilizar a memória e a imaginação, o passado e o futuro ao trabalhar com uma atenção “uniformemente suspensa” e com fragmentos desconexos (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009) que não diga respeito a territórios, mas a campos de forças e relações; mais a movimentos do que propriamente a posições fixas; que se desdobra no tempo e no espaço (FILHO; TETI, 2013).

Diagramar as relações de força nos termos de gênero, raça e classe que disputam o ciberespaço nos possibilita explorar o social fragmentado que existe no global, ligando esta pesquisa a uma linhagem de conhecimento crítico das Relações Internacionais que entendem a fragmentação do internacional e global como condição do contemporâneo, buscando desenvolver saberes transversais e fraturados.

Tal viés implica uma conceitualização dos horizontes históricos, normatividades globais e sujeitos coletivos que considere a significância política de "fragmentos", conferindo ao conhecimento em ciências sociais uma relevância prática por resistir a dominações, exclusões e discriminações (HUYSMANS; NOGUEIRA, 2020). “Os processos de produção de subjetividade, embora digam mais da micropolítica, são aspectos globais mobilizados pelas modulações do capitalismo” (SOUZA, 2015, p. S83), ou, como o singular diz respeito a um diagrama geral que se atualiza no local.

Nesta pesquisa, isso se mostra quando (re)fazemos a genealogia da produção de violência de gênero na América Latina no ambiente virtual. A diagramação dos imaginários sociotécnicos que enfrentam os dispositivos das violências de gênero virtuais na América Latina entrelaça o micro e macropolítica, nos inserindo em redes locais sem esquecer de olhar para os estratos historicamente constituídos que se atualizam nesses territórios.

Sheila Jasanoff e Sang-Hyun Kim desde 2009 trazem o conceito de imaginários sociotécnicos para definir “formas coletivamente imaginadas de vida social e ordem social, refletidas no design e execução de projetos científicos e/ou tecnológicos específicos de cada nação” (JASANOFF; KIM, 2015, p.3). Mais tarde, vão ampliar tal definição para além do escopo nacional, incluindo a possibilidade de articulação e propagação de imaginários por outros grupos, como corporações e movimentos sociais — aqui representados pelas trinta e duas iniciativas pormenorizadas no capítulo 3.

Cartografar esses fenômenos que se desenrolam na internet é um compromisso com o presente, buscando intervir através da memória e da imaginação e seus possíveis potenciais produtivos conjugados (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009). Um tipo de diagrama que não apenas incorpora os múltiplos cálculos que a produziram, mas que carrega consigo a possibilidade de produzir novos sentidos de conhecimento espaço-temporais.

1.2 FAQ⁸: POR QUE CIBERESPAÇO?

O autor do cyberpunk William Gibson cunhou o termo "ciberespaço" em seu conto de 1982 *Burning Chrome* para descrever uma realidade digital paralela desincorporada alcançada por conexões neurais onde todos os dados do mundo são armazenados. O termo foi amplamente adotado como descritivo de comunicações online e experiências de realidade virtual no decorrer dos anos 1990.

O ciberespaço nada mais é do que a rede eletromagnética global acessada e explorada por meio da tecnologia eletrônica. São sensores, sinais, conexões, transmissões, processadores e controladores que geram uma experiência de forma interativa virtual, isto é, permitem troca de ideias e compartilhamento de informações simultaneamente por meio dos dispositivos que se conectam através da Internet (YUSOF et al, 2011).

⁸ Frequently Asked Questions, em português, Perguntas Frequentes.

Como já mencionado na introdução, o ciberespaço costuma ser chamado de internet, rede, ou web, e é composto pelas Tecnologias da Informação e Comunicação em conjunto com a Infraestrutura da Tecnologia da Informação. O desenvolvimento e expansão de um conjunto interconectado e padronizado de redes globais de computadores e dispositivos de comunicação ocorreu como consequência tanto das necessidades do mundo empresarial, quanto pelo desejo do público.

À medida que plataformas de acesso se multiplicam, a Internet passa a ter um enorme impacto pelo mundo e a ser a base da comunicação em nossas vidas, para trabalho, interações interpessoais e vida cotidiana, informações, entretenimento, acesso a serviços públicos, exercício político e religião, formação de identidade, comércio e varejo, governança, e até mesmo a estrutura e forma das cidades (WARF, 2013). A internet é utilizada para acessar os meios de comunicação de massa (TV, rádio, jornal), produtos culturais ou informativos digitalizados (filmes, música, livros), assim como transformou a televisão, a imprensa, o lazer e todas as demais atividades humanas (CASTELLS, 1999).

Para dar conta da imersão desse fenômeno na construção das nossas vivências política e social que agora passam por interagir e estar online a todo o momento vão surgir diversas analogias como, por exemplo, a *sociedade em rede* de Manuel Castells (1996, 1999); as que versam sobre *ecologia das mídias*, com Marshall McLuhan e Neil Postman (TRERÉ, 2019); e as que se referem ao ciberespaço como “rede de redes”⁹ — a soma dessas conexões entre dispositivos de computação e comunicação como um domínio virtual único e compartilhado.

Manuel Castells distinguiu sociedades de informação anteriores, nas quais a produtividade era derivada do acesso à energia e da manipulação de materiais, de sociedades informativas posteriores que surgiram no final do século XX, no qual a produtividade é derivada principalmente do conhecimento e da informação. Já a ecologia das mídias, a fim de reconhecer a multiplicidade de tecnologias, atores e práticas envolvidas nos processos comunicativos sugerem a importância de abordar a mídia a partir de uma perspectiva holística.

Por ser palco de atividades e interações, de troca de informações e ideias compartilhadas mundialmente por grande parte da humanidade todos os dias, além da

⁹ Assim definido em um documento da política dos Estados Unidos. Ver em: *Cyberspace Policy Review: Assuring a Trusted and Resilient Information and Communications Infrastructure*, Washington, DC: Executive Office of the President of the United States, 2009, p.C-8.

construção das vivências política e social envolverem interagir e estar online a todo momento, também cada vez mais as pessoas produzem os significados sobre o que elas são ou acreditam que são tendo em vista sua experiência virtual. Hoje, quase 4,57 bilhões de pessoas são usuários ativos da Internet, abrangendo 59% da população global, liderados por China, Índia e Estados Unidos (CLEMENT, 2020).

Em 2019, o número de usuários móveis únicos no mundo era de 5,11 bilhões, um aumento de 100 milhões (2%) com relação a 2018, e o número de usuários de Internet chegou a 4,39 bilhões, com 3,48 bilhões de usuários de mídia social sendo acessadas por dispositivos móveis por 3,26 bilhões de pessoas. Em média, os usuários da Internet em todo o mundo passam 6 horas e 42 minutos online todos os dias (KEMP, 2019). No Brasil, 70% da população está conectada de acordo com a pesquisa TIC Domicílios, indicando que 126,9 milhões de pessoas usaram a rede regularmente em 2018 e que metade da população rural e das classes D e agora têm acesso à internet (LAVADO, 2019).

Se podemos afirmar que a realidade digital e a vida cotidiana de centenas de milhões de pessoas se tornaram fundidas com o ciberespaço ao ponto de ser difícil, senão impossível, separá-las, também não podemos deixar de mencionar o que apontam as críticas das teorias da ciência e tecnologia, principalmente as teóricas feministas (MULLANEY et al, 2021; WAJCMAN, 1991, 2004, 2010; WILDING; FERNANDEZ, 2002): essa dissolução de fronteiras está ocorrendo onde? Para quem? E como? Para muitas pessoas, a internet ainda continua sendo um mundo distante e ambíguo.

Além disso, como busco aprofundar neste trabalho, é justamente na compreensão de que a espacialidade digital e o chamado espaço físico se constituem de maneira imbricada que a ideia da ciborgue vai se estabelecer e as teorias ciberfeministas vão se desenvolver — desvelando suas potencialidades e problemáticas. Será possível identificar diferentes tipos de violências de gênero que ocorrem no ciberespaço, isso porque o uso das TIC oferece às estruturas de poder que o constituem a possibilidade de se manifestarem mais visivelmente porque esse local de constitui como um uma esfera pública.

Entre o Estado e a sociedade está a esfera pública, “uma rede de comunicação de informações e pontos de vista” (HABERMAS, 1996, p. 360 apud CASTELLS, 2008, p.78, tradução própria). “O espaço físico, instituições culturais e redes informais de formação de opinião pública sempre foram elementos importantes na formação do desenvolvimento da

esfera pública” (LOW; SMITH, 2006 apud CASTELLS, 2008, p.79), o que mais tarde incluiu a mídia e, finalmente, a sociedade em rede (CASTELLS, 2008).

Porém, se o conceito de esfera pública tem valor heurístico, é porque é indissociável de duas outras dimensões-chave da construção institucional das sociedades modernas: a sociedade civil e o Estado. A esfera pública não é apenas a mídia ou os locais socioespaciais de interação pública. É o repositório cultural / informativo das ideias e projetos que alimentam o debate público. É por meio da esfera pública que diversas formas de sociedade civil promovem esse debate público, em última análise, influenciando as decisões do Estado (Stewart 2001 apud Castells, 2008, p. 79, tradução própria).

Embora o presente trabalho seja apenas aproximação geral do fenômeno, pode-se verificar já de antemão que os casos de violência de gênero no ciberespaço são diversos e complexos, por vezes articulados com ataques offline, como o assédio nas ruas. É, então, um fenômeno de várias arestas, que responde a muitos tipos de violência de gênero, e que em hipótese alguma deve ser simplificado.

De acordo com a Associação para o Progresso das Comunicações a violência relacionada à tecnologia contra as mulheres diz de atos de violência de gênero cometidos instigados ou agravados, em parte ou totalmente, pelo uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), plataformas de mídia social e e-mail; e causam danos psicológicos e emocionais, reforçam o preconceito, prejudicam a reputação, causam perdas econômicas e criam barreiras à participação na vida pública e podem levar a formas de violência sexual e outras formas de violência física (BARRERA, 2017).

Trazer algumas novas perspectivas e explorar mais a fundo o processo de “ciberização” das Relações Internacionais (RI) é uma das potenciais contribuições deste trabalho. Como aponta Robert Walker (1994), o problema das Relações Internacionais, ou como ele vai chamar, do internacional moderno, é um problema de escala. As RI são tradicionalmente focadas nos debates do Estado-nação moderno e das Organizações Internacionais, mas não estão limitadas a este modelo — e nem deve, como eu busco defender.

1.3 NUNCA ESTIVEMOS TÃO PRÓXIMOS¹⁰: SITUANDO O INTERNACIONAL

A passagem dos meios de comunicação de massa tradicionais para um sistema de redes horizontais de comunicação organizadas em torno da internet e da comunicação sem fio

¹⁰ Carta à comunidade da diretoria da UNICAMP para o ano de 2020 e um breve balanço da pandemia.

interativa que conectam o local e o global (CASTELLS, 1999) vai ter implicações significativas para as Relações Internacionais, tanto pela penetração contínua dos diferentes meios do ciberespaço nos diferentes campos da política internacional, quanto pela crescente dependência dos atores de RI da infraestrutura, instrumentos e meios oferecidos pelo ciberespaço (KREMER; MÜLLER, 2014).

Nicholas Negropontes (1995) em seu livro *Being Digital* vai dizer que a melhor maneira de avaliar os méritos e as consequências de ser digital é refletir sobre a diferença entre bits e átomos. Átomos são o que compõem a matéria, logo, seria o que tornaria tudo físico, material, analógico, ao passo que o digital é baseado nos bits — para fins práticos, considerados 1 ou 0 —, uma unidade de informação que serve de armazenamento e processamento e transmissão de informações em um computador. Tudo que existe no computador ou na internet é formado pela conversão das informações em fluxos de bits.

Bits sempre foram entendidos como subjacentes à computação digital, mas nos últimos 25 anos se tornou possível digitalizar cada vez mais tipos de informações além de números, como áudios e vídeos, transformando-os em uma redução semelhante de 1s e 0s (NEGROPONTE, 1995). Sérgio Amadeu da Silveira (2012) diz que isso serviu tanto para “libertar os conteúdos e formatos criativos de seus suportes físicos” quanto “impulsionou as práticas recombinantes, fomentou diversas convergências e ampliou a diversidade cultural” (SILVEIRA, 2012, p. 74).

Os bits fazem transferência instantânea e barata de dados eletrônicos que se movem na velocidade da luz, tornando o computador uma máquina universal porque pode transformar muitos aspectos do mundo em padrões digitais por funcionar com base em dados digitais (CHANDLER; FUCHS, 2019). Computadores possuem velocidades que não podemos registrar e efeitos que dificilmente podemos antecipar, muito menos exercer um controle significativo sobre (HASSAN; SUTHERLAND, 2017):

Hoje, a computação digital é onipresente e molda todos os aspectos da vida contemporânea, incluindo capitalismo, governança, vida cotidiana, cultura, educação, bem-estar e ciência (...) O computador, a máquina digital, desde seu início mudou a forma como os sujeitos agem e interagem no mundo (CHANDLER; FUCHS, 2019, p. 4, tradução própria).

Como coloca Silveira, “[o] crescimento vertiginoso da rede mundial de computadores representou a ampliação das práticas de compartilhamento” (SILVEIRA, 2012, p. 74) e a sociedade informacional tem na Internet sua maior expressão, graças à “computação digital que permitiu traduzir toda a produção simbólica imaterial das sociedades contemporâneas em

dígitos” e por incentivar “a troca de arquivos digitais sem os limites da escassez, típicos dos bens materiais” (DA SILVEIRA; BRAGA; PENTEADO, 2014, p. 74).

1.3.1 A questão da política

Não posso deixar de mencionar a conexão entre democracia e a crescente utilização de estruturas algorítmicas que passam a intermediar e modular nossas relações sociais. A crescente digitalização da nossa comunicação, dos nossos arquivos e das nossas expressões simbólicas aumenta intensamente o uso dos algoritmos acompanha a intensa digitalização da nossa comunicação (SILVEIRA, 2019).

Eles são encontrados em softwares (não são softwares!) e são rotinas finitas e logicamente encadeadas que realizam tarefas a partir de informações que recebem (SILVEIRA, 2019). Por isso, precisam de instruções inequívocas, de regras logicamente encadeadas e de informações iniciais. São um método para solucionar um problema que só podem ser compreendidos em conexão com as estruturas de dados que os alimentam e os sistemas que os implementam (SILVEIRA, 2019).

Os softwares, em grande parte desenvolvidos por poderosas corporações do Vale do Silício, criam as arquiteturas que governam nossas vidas: funcionamento de carros, sistemas médicos, conteúdo digital em plataformas, publicidade comportamental, marcam iterações importantes dessas arquiteturas em nossas vidas cotidianas. Tais empresas e suas políticas internas determinam o que conta ou não como desinformação e discurso de ódio, bem como conduzindo nossa privacidade (MULLANEY et al, 2021).

Calculadoras, robôs, veículos automotores, aeronaves, sistemas de semáforos inteligentes, mecanismos de busca na internet, redes sociais, aplicativos geolocalizadores em diversas máquinas e instrumentos, tudo isso são softwares que contam com a programação de algoritmos para executarem suas tarefas perfeitamente. Ou seja, dados são construções humanas.

Sendo assim, eles são abstrações e simplificações de complexidades que por vezes se perdem ou cometem erros (de forma sistemática ou aleatória), não são um retrato objetivo da vida tal qual ela é e nem uma representação fidedigna da realidade. Portanto, eles não são simples, muito menos neutros (BIGO; ISIN; RUPPERT, 2019). Algoritmos são performativos e geram reações e alterações nos espaços, “quanto mais a computação, as redes digitais e os aparatos cibernéticos são utilizados, mais precisamos compreender os efeitos algorítmicos nos ambientes onde atuam.” (SILVEIRA, 2019, p. 12).

Ao falar em big data estamos tratando de tecnologias que utilizam algoritmos para manipular grande quantidade de dados. Sua influência entrou no radar popular quando manchetes de jornais trataram do escândalo promovido pela Cambridge Analytica, que buscava direcionar a decisão política dos usuários do Facebook nas eleições dos Estados Unidos em 2016, ou no debate acerca da aquisição por governos que realizam o reconhecimento facial de quem passa pelas câmeras de segurança (SILVEIRA, 2019).

Hardware e Software se combinam em um novo regime de governo, poder e conhecimento, chamado segundo Didier Bigo (BIGO, ISIN e RUPPERT, 2019) de “política de dados”. Autoridades públicas e privadas (e seus interesses) fizeram/fazem uso destes dados no século XXI de forma a transformar as condições sociais, econômicas e políticas mundiais.

Nina da Hora (CODED BIAS..., 2021) afirma em seu texto para o MIT Tech Review que é essencial mostrar as diferentes realidades e impactos que uma tecnologia apresenta quando queremos pensar criticamente seus usos. Mais importante, é que toda solução tecnológica passa por pensar suas consequências para a sociedade em conjunto com a sociedade. Afinal, a tecnologia pode facilitar o cotidiano, mas como aponta essa dissertação, também pode ocorrer o oposto.

1.3.2 A questão do território

Apesar de quando falamos/pensamos/estudamos ciberespaço estarmos nos referindo mais aos seus (aparentemente) aspectos abstratos (dados, algoritmo, internet, wi-fi, etc.) porque é daí que destrinchamos as principais influências materiais das TICs, a verdade é que o grosso de sua existência necessita de uma série de sistemas impulsionados e constituídos tanto por estruturas físicas quanto por pessoas de carne e osso. É este conjunto que concebe seu funcionamento, aperfeiçoamento, manutenção e (re)produção.

A Dadosfera (BEIGUELMAN, 2011) demanda principalmente energia, o que por si só já exige a pré-existência de uma enorme infraestrutura de fontes de eletricidade tais quais hidrelétricas, geradores e combustíveis fósseis; de transmissão, como postes, satélites e cabos; de *data centers*¹¹, que contam com servidores, equipamentos de armazenamento e processamento de dados, roteadores, dispositivos de segurança, entre muitos outros.

¹¹ Instalação física que as empresas ou organizações concentram os sistemas computacionais de armazenamento e processamento de dados.

Os data centers são responsáveis por mais de 2% do uso de energia no globo, mas durante sua execução eles também as produzem (MULLANEY, PETERS, *et al.*, 2021) (MULLANEY et al, 2021). Para que sejam evitados danos e perdas nesse processo (de equipamentos e dados) por conta de um possível superaquecimento, é preciso resfriá-los, gastando-se, assim, mais energia. Isto requer investimentos e arcabouços tão elaborados que a Microsoft em 2018 decidiu colocar um de seus data centers dentro do mar para tentar economizar energia (MICROSOFT..., 2018). O Google sozinho emitiu uma quantidade maior que 50 quilos de gás carbônico enquanto você lia essa frase (MULLANEY et al, 2021).

As implicações, portanto, são de escala planetária e seus danos ao meio ambiente, ao planeta e aos seres vivos que nela habitam já estão sendo abordados como temas de diversas pesquisas, trabalhos, estudos e planejamento de políticas voltadas às suas resoluções. Principalmente, as que buscam formas mais baratas e limpas para que isso possa ser feito.

Nesse contexto, é importante mencionar que a ideia de “ciberespaço” é uma metáfora inerentemente geográfica e tem sido, desta maneira, muito debatido na Geografia. Autores como Mark Graham (2013) e Stephen Graham (2008) vão ressaltar a importância de enxergar o ciberespaço não como algo uniforme, mas múltiplo e fragmentado, e como eu procuro argumentar, tal qual o espaço físico.

Aqui o termo "espaço" segue o modelo utilizado por Nazli Choucri (2012) e se refere a:

domínios de interações que (1) criam fontes potenciais de poder, (2) proporcionam uma expansão de influência e potência (3) permitem novos serviços, recursos, conhecimento ou mercados, e (4) executam novos potenciais quando reforçados e sustentados por avanços tecnológicos. Quando as atividades de um ator ameaçam a soberania, estabilidade ou segurança de outros atores, o espaço se torna uma variável crítica nas relações internacionais. Tradicionalmente, a noção de espaço estava intimamente associada à territorialidade. Claramente, essa conexão está se soltando rapidamente (CHOUCRI, 2012, p. 5, tradução própria).

O geógrafo Henri Lefebvre afirma que o espaço é uma prática significativa que possui valor discursivo e pode modular o comportamento dos indivíduos em um determinado ambiente, assim como é concebido pelo poder, ideologias e imaginações subjetivas destes mesmos indivíduos (ELUND, 2015).

O argumento de Santaella (2004) é particularmente importante para o desenvolvido no presente trabalho sobre as violências de gênero no ciberespaço: as novas mídias potencializam as comunicações descentralizadas e multiplicam os tipos de realidade que encontramos na sociedade.

Para Mark Graham (2013), no início da internet era difícil não imaginar a rede como um portal para outra dimensão, algo que o usuário tinha que se “mover para” para acessar, por não ser espacialmente próximo de si. A imaginação espacial que permanece até os dias atuais trata do ciberespaço como um local que se concebe tanto como uma dimensão alternativa etérea simultaneamente infinita que está por toda parte, quanto como fixa e singular em um local distinto — não físico — como se estivéssemos todos em grande jogo de realidade simulada, como *The Sims*.

Ele por poder ser acessado por qualquer pessoa com conexão à Internet e, apesar de sua infinita acessibilidade, acredita-se que todas as pessoas que participam chegam ao mesmo local, dando uma ideia de um lugar desencarnado, mesmo assim um lugar, paradoxalmente imbuído de outro tipo de espacialidade que permite uma aproximação global da humanidade. No entanto, não existe um tipo de "ciberespaço" universalmente acessível para o qual somos levados assim que nos conectamos à internet (GRAHAM, 2013).

Quando se pensa em guerra, hackers, pornografia, fraude e outras ameaças ao Estado de Direito que passam pela Internet, é desafiador entender completamente as geografias complexas desses processos e práticas. É muito mais fácil imaginar que eles simplesmente acontecem "lá fora". Mas a explicação mais dúbia é que uma visão de mundo offline / online dualística pode despolitizar e mascarar as relações de poder muito reais e desiguais entre diferentes grupos de pessoas (GRAHAM, 2013, p. 180, tradução própria).

A internet não é um espaço abstrato, mas uma rede que permite conexões seletivas entre pessoas e informações. É uma rede caracterizada por geografias altamente desiguais que de muitas maneiras reforçou os padrões globais de visibilidade, representação e voz aos quais estamos acostumados no mundo offline (GRAHAM, 2013) e que demandam infraestruturas também estabelecidas de maneiras desiguais.

E por isso, segundo Stephen Graham (2008), é imprescindível que, ao voltarmos nosso olhar para o virtual, pensemos de forma não-tradicional sobre tempo e espaço e o compreendamos como contingencial e fluído. A perspectiva transcendental, que emprega metáforas deterministas entendendo o ciberespaço como um lugar completamente separado do mundo social que possibilita aos seres humanos experimentarem a verdadeira liberdade, de acordo com Graham (2008), é perigosa.

É mais útil ter abordagens sobre o virtual que levem em consideração a relação híbrida entre ele e o espaço geograficamente físico, descartando a dicotomia online/offline tendo em vista a “rede composta de geografias marcadamente desiguais e espacialidades altamente complexas, que não deixam de ser, em muitos sentidos, materiais” (GRAHAM, 2013). Sendo

assim, quando me refiro à ideia de “espaço físico” neste projeto, busco uma abordagem mais relacional.

O ciberespaço é composto por redes heterogêneas nas quais as TIC se confundem com atores humanos, outras tecnologias e com diversos sistemas (GRAHAM, 1998). Assim como a noção de separação, a ideia de haver *um único* ciberespaço pode ser muito restritiva e torna mais desafiador pensar sobre as formas contingentes e fundamentadas que consumimos, atuamos, comunicamos e criamos por meio da internet (GRAHAM, 2013) e quais as diferentes condições que o torna possível.

O ciberespaço é uma arena política dominada por uma multiplicidade de tensões porque, segundo Castells, há o mito do espaço cibernético como completamente autorregulado e autônomo, independente de centros de comando e controle sem nenhuma autoridade supervisora (CASTELLS, 1999). O que significa que ao mesmo tempo que o ciberespaço, segundo David Johnson e David Post (1997) está destruindo o vínculo entre a localização geográfica, Jack Goldsmith e Tim Wu (2006) nos lembram de que a Internet não é desvinculada da geografia.

Ao passo que por conta da transnacionalização há perda da centralidade do poder do governo acerca de diversos aspectos internos do Estado-Nação e aumento dos efeitos do virtual, também normas técnicas específicas operam para reforçar as bases do que consideramos fronteiras soberanas, como "escolha um país" ou "escolha um servidor", por exemplo. Esses elementos sensíveis à localização sugerem que o ciberespaço não prejudica inteiramente a relevância da territorialidade (CHOUCRI, 2012).

1.3.3 A questão das teorias

Até recentemente, o ciberespaço era considerado basicamente uma questão de baixa política nas Relações Internacionais — localizado em um nível hierárquico inferior no tabuleiro de decisões da política internacional integrado pelos Estados. A não ser que elementos combinados adquiram a capacidade de modificar a ordem estabelecida, questões da baixa política raramente se movem no quadro de atenção política (CHOUCRI, 2012).

Em contraste, os assuntos de interesse na alta política têm a ver com segurança nacional, instituições e sistemas de decisão críticos para o estado, seus interesses e seus valores. Nacionalismo, participação política, negociação, conflito, violência e guerra estão entre as preocupações comuns da alta política (CHOUCRI, 2012).

Nos últimos anos, as questões relacionadas ao ciberespaço e seus usos saltaram para o mais alto reino da alta política. Ou seja, as questões mencionadas até agora (a capacidade do ciberespaço de tencionar território, fronteira, democracia, segurança nacional, comunicação, governança, participação política, entre outros) estão remodelando a teoria, a política e a prática das relações internacionais contemporâneas (CHOUCRI, 2012).

O levantamento feito por Robert Reardon e Nazli Choucri (2012) nos indica que no começo da década, grande parte dos trabalhos das Relações Internacionais já levava em conta a tecnologia e o ciberespaço, o que só aumentou desde então. A alocação dos trabalhos nas principais três teorias realista, liberal e construtivista seguiu o padrão do que elas já desenvolviam, e a maior parte dos estudos capturados foi realizado sob o que eles entenderam como uma abordagem mais construtivista sobre política cibernética e o tema mais estudado foi da segurança e cibersegurança.

Sob o guarda-chuva realista foram colocados os trabalhos mais aplicáveis às questões relacionadas à segurança e à guerra cibernética em um sentido tradicional; à estudos estratégicos de utilização das tecnologias cibernéticas pelos Estados para promoção de seus interesses em segurança e como eles podem responder às capacidades cibernéticas de outros Estados (REARDON; CHOUCRI, 2012). Tendo em vista que é uma corrente que se concentra nas interações de Estado para Estado, este pode ser seu principal trunfo argumentativo, ao comprovar que os Estados não estão tendo sua autoridade minada, ou, seu principal contratempo, por não cobrir a premissa básica desse espaço que é a de que ele está, teoricamente, disponível para todas as pessoas em qualquer lugar e que não dependem da autoridade estatal para serem executadas. É um campo teórico que fornece grande margem para compreender disputas geopolíticas que envolvem as tecnologias e as novas mídias — como o caso de Donald Trump prometendo banir o TikTok (rede social chinesa) dos Estados Unidos.

Já o liberalismo fornece seus *insights* acerca de um cenário de cooperação e coordenação de mecanismos formais e informais entre Estados sobre segurança cibernética, governança do ciberespaço e controle de armas cibernéticas. É uma teoria que menciona a inserção de atores não estatais como organizações não governamentais, grupos étnicos e nacionais, cibercriminosos e ciberterrorismo e podem ajudar a explicar como o acesso ao ciberespaço pode promover o desenvolvimento e a difusão de ideias políticas, a organização da sociedade civil e o desenvolvimento de redes sociais transnacionais. Importante também é

que parte da ideia de que da mesma forma que o Estado pode (e deve) gerir o ciberespaço, ele também pode ter seu comportamento moldado e sua política internacional influenciada (REARDON; CHOUCRI, 2012).

O problema dessas duas principais abordagens se encontra no fato de que elas se baseiam, primordialmente (quando não exclusivamente a depender do tópico), na atuação do Estado para regular as interações interestatais, seja no que diz respeito às estratégias de disputa ou de cooperação. Isso, novamente, não representa o axioma da ciberesfera. O Estado (e suas instituições e estruturas), não só é um retardatário nesta questão, como tem se mostrado um dos mais vulneráveis a ela. Elas se concentram em questões socioeconômicas, políticas e estratégicas para o sistema estatal, com atenção consideravelmente menor aos atores não estatais. Com poucas exceções, a teoria se concentra mais na análise estática do que na dinâmica de transformação e mudança e, portanto, tende a obscurecer, se não ignorar, os efeitos de feedback e os efeitos defasados ou de longo prazo das mudanças de curto prazo. Além disso, o processo de globalização, tão significativo neste momento, gerou apenas um consenso limitado para uma teoria dominante de política e prática de relações internacionais.

A teoria construtivista, por outro lado, rompe com as duas primeiras ao se concentrar na natureza socialmente construída do ciberespaço, ao invés de focar em questões socioeconômicas, políticas e estratégicas para o sistema estatal, com atenção consideravelmente menor aos atores não estatais. Grande parte dos estudos aponta para uma literatura sobre conflito, mas de maneira a pensar a disseminação de ideias transformadoras que podem levar a mudanças na identidade e nas percepções que ameaçam perturbar a ordem social existente e como isso pode representar uma ameaça à segurança nacional. Suas análises não deixam de considerar que há uma base material para as ameaças à segurança, mas argumentam que a rotulagem de diversas atividades como ameaças à segurança nacional é um produto da interpretação intersubjetiva e não determinada materialmente e usam de exemplo o surgimento da “Era Digital” e os ataques de 11 de setembro de 2001 que tem, de diferentes maneiras, transformado o significado e o discurso da segurança nacional (REARDON; CHOUCRI, 2012).

Adaptações são (e serão) necessárias em todas as teorias das RI para cobrir as questões relativas à inserção do ciberespaço em suas análises. Os autores afirmam que, com poucas exceções, até aqui, focou-se mais na análise estática de eventos do que na dinâmica de

transformação e mudança e é por isso que vou utilizar da epistemologia feminista das RI e de outras áreas para execução dessa dissertação.

Teorias que levam em conta o afeto, a pluralidade, a contingência (necessidade de contextualizar a estrutura), a emancipação, e a relacionalidade (opressões imbricadas) no que tange as relações de poder que envolvem corpo, agência, controle, subordinação etc., têm sido desenvolvidas em grande parte pelas feministas — e são elas o principal arcabouço teórico desse trabalho.

1.3.4 A questão da epistemologia

A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (HARAWAY, 1995, p. 21).

A história do feminismo é uma história internacional. Entretanto, ela também é uma história colonial — neste caso, a do feminismo consolidado nas academias ao redor do mundo nas mais diversas áreas. Isso significa que tanto a versão comumente entendida e aceita sobre as “origens” do movimento (de onde vem, como evoluiu, como se registra e se insere na história, ou seja, quem seriam suas principais referências) quanto como quais são as principais pautas e demandas das pessoas que se inserem nela, partem muitas das vezes de noções centradas em experiências do Norte Global.

Esta não é a história deste trabalho. Até porque há duas consequências imediatas desta abordagem do feminismo que pretendo evitar: a primeira, é a de que a definição do que se entende, classifica ou define como “feminista” e “mulher” se refira exclusiva ou preferencialmente às premissas destas feministas e seus movimentos no seu tempo-espaço específico, assim, universalizando-as; a segunda, é a de que tendo essas referências como universais, a produção científica acabe por engessar posicionamentos e naturalizar conceitos, desqualificando e invalidando outros lugares de conhecimento e do pensamento.

Uma coisa é certa, o feminismo sempre foi um movimento político. A prática sempre foi e sempre será parte constitutiva e fundamental do seu funcionamento. Minha intenção é transformar essa prática em práxis, ou seja, unir conhecimento teórico para alcançar determinada prática política. Para tanto, me inspiro em uma gama de intelectuais como bell hooks, Patricia Hill Collins, Chandra Talpade Mohanty, Gloria Anzaldúa, Maria Lugones, Lélia Gonzalez, Oyèrónké Oyěwùmí, Ochy Curiel, Grada Kilomba, Jota Mombaça, Jaqueline Gomes de Jesus e muitas outras que reivindicam a necessidade de uma produção teórica

feminista adequada a processos históricos localizados e responsáveis eticamente com sua produção e desdobramentos.

A grande problemática a ser enfrentada é a de que o *ethos* da modernidade estabeleceu os principais fundamentos do pensamento científico, e ele é ancorado no capitalismo e colonialismo europeu. Aníbal Quijano (2000) diz que essa íntima conexão entre o capitalismo expansionista e colonização foi responsável por criar uma noção de domínio racial/divisão de raças que justifica(ra)m práticas de trabalho exploradoras. Isso é o que ele vai chamar de *colonialidade do poder*, raça e divisão do trabalho estruturalmente ligadas e se reforçando mutuamente, mas, em um enquadramento sócio-histórico particular, nesse caso, da descoberta e conquista das Américas.

O eurocentrismo é a disseminação global da racionalidade eurocêntrica e uma perspectiva específica de conhecimento. Essa secularização do conhecimento e a centralização do poder colonial europeu diz respeito não só a imposição do capitalismo ocidental, europeu e iluminista ao mundo colonizado, mas também à colonização e superação de saberes concretos dentro da própria Europa, suplantando perspectivas indígenas, minoritárias e socialmente marginalizadas. O eurocentrismo também homogeneizou as diferenças entre grupos distintos, ao tornar astecas, maias e demais populações originárias “índios” e as distintas tribos africanas iorubá, azande e outras “africanos” e “negros” (MCLAREN, 2017).

Para nós, importa o apontamento de María Lugones (2007, 2008) de que a análise de Quijano carece de uma perspectiva feminista e adentra em uma análise hegemônica de gênero. Ela desenvolve o "sistema de gênero colonial/moderno" para complexificar a análise inicial e questionar o que Quijano vê como uma "área básica da existência" (sexo, seus recursos e seus produtos). Se o sistema hierárquico de raças tem origem na modernidade, então o mesmo ocorre com o gênero, e ele institui as noções patriarcais e heterossexistas/heteronormativas e suas distribuições de poder.

Outras considerações partirão de uma mesma linha teórica, como a de Walter D. Mignolo (2002, 2007), que aponta para cinco esferas da atuação da matriz colonial de poder em termos de controle: da economia; da autoridade; do ambiente e dos recursos naturais; de gênero e da sexualidade; e da subjetividade e do conhecimento. Há também a leitura de Ramón Grosfoguel (2016) de que existe um privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por eles em relação a sujeitos inseridos em outras localidades. Isto

define verdade, realidade e o que “é melhor”, legitimando o conhecimento por eles produzido, tratando como universal, enquanto desqualifica outras visões, especialmente aquelas críticas aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais.

A colonialidade se refere à dominação, à padrões de poder em um determinado território que tem consequências duradouras nas definições de cultura, trabalho, relações intersubjetivas, e produção de conhecimento bem além dos estritos limites de administrações coloniais (MALDONADO-TORRES, 2007). Ou seja, o fim dos processos de colonização formal dos povos não significou o fim da violência sobre os corpos e mentes marcados pela colonialidade.

Diferentes corpos serão atravessados por estas violências, às vezes por diferentes violências, às vezes de maneiras diferentes pelas mesmas violências, tendo em vista padrões e normas construídos pelo “sistema de gênero colonial/moderno” que ditam as subjetividades, as corporeidades e, inclusive, os espaços autorizados para estes grupos em suas mais diversas geografias.

Quando observamos que iniciativas que buscam desvelar e enfrentar essas camadas de poder invisíveis às RI (tanto por uma questão de escala da análise quanto pela estrutura do ciberespaço que dizem tender a ser acêntrico e abstrato) possuem diferentes abordagens e enfoques, entendemos que a relação de subordinação se encontra imbricada com outras estruturas de poder que respondem ao seu próprio contexto histórico-cultural — o que nos permite romper com barreiras artificiais que diminuem nosso entendimento de como a política realmente ocorre, especialmente como ela permeia todas as áreas da nossa vida.

E isso, principalmente, quando se ocupar dos estudos sobre violência de gênero nas RI é entender que suas definições começam de baixo, com o indivíduo ou a comunidade ao invés do sistema internacional ou do Estado, como diz J. Ann Tickner (1992). Ir além do entendimento de violência em relação a violência física nos permite superar dicotomias simplistas entre guerra e paz e caminhar para uma paz justa — que é mais do que simplesmente a ausência de guerra (TICKNER, 1992).

Ademais, engajar subjetivamente com o conceito de violência possibilita a captura de diferentes interpretações e quadros de referência para a “segurança” expressos por diferentes grupos. Também ajuda a explicar a influência dos entendimentos que as pessoas têm de si, as características que mais associam ao seu grupo e como/por que estes se configuram como

agentes políticos e seres humanos, em comparação com as características que associam às pessoas que veem como "outros" ou fora dos limites de seu grupo (TICKNER, 1992).

Contornando totalmente a escolha entre uma narrativa universalista feminista e uma relativista que considera todas as afirmações iguais ou com o mesmo peso, me direciono à uma epistemologia da multiplicidade. Cartografar o que constitui as ideias de violência, vítima, agressor, discurso de ódio por meio do que tem sido desenvolvido pelas iniciativas que se ocupam do tema é uma tentativa de buscar compreender não só como e por quais motivos tais fenômenos tem se propagado (como elas os definem e quais perspectivas de análise oferecem), mas como é possível encontrar formas e estratégias de resistência em um mundo que se mostra tão violento.

Como, por exemplo, vemos na iniciativa Vedetas.org. Ela é “uma servidora feminista que existe para ajudar grupos feministas nas suas atividades online e aumentar a segurança e autonomia de mulheres na internet”¹², principalmente, porque busca promover espaços físicos e digitais exclusivos para mulheres de aprendizado e intercâmbio de conhecimentos sobre tecnologias, associados ao desenvolvimento de infraestruturas de redes e servidoras. Acima de tudo, Vedetas é uma homenagem à Maria Felipa.

Durante a Guerra de Independência da Bahia, no início do século XIX, uma negra escravizada chamada Maria Felipa tomou a Ilha de Itaparica de assalto. Durante algumas semanas, sua tropa feminina esteve em vigília no que seriam as *vedetas* — as estruturas tipo casinhas que ficava nas praias, de onde era feita a vigilância da costa — derrubando embarcações portuguesas. A história dessa tropa, as *vedetas*, permeia diversos imaginários de Itaparica e é associada ao canto de capoeira Maria Doze Homens: Maria (Felipa), que teria derrubado 12 homens de uma vez¹³.

¹² Servidor é um software ou computador que fornece serviços de armazenamento e compartilhamento de dados e arquivos para uma rede de computadores. Como já mencionei aqui, existem diversos tipos softwares, a depender da função para o qual está voltado. Assim também será com servidores, que podem ser de sites, de e-mail, de impressão etc. Neste caso, Vedetas se refere a um servidor web, responsável por armazenar páginas de sites e outros serviços online e permitir o acesso por meio de um navegador.

¹³ Ver: <https://vedetas.org/>.



Figura 1: Maria Felipa. Fonte: Vedetas.org¹⁴

O conhecimento e sua materialização têm um papel seminal na geração e ancoragem de imaginários de ordem social (JASANOFF; KIM, 2015). São iniciativas como o Vedetas.org que nos permitem compreender a importância de conectar a centralidade da ciência e da tecnologia na formação e estabilização de entendimentos sociais, prestando atenção às dimensões que são capturadas pela noção de imaginários e sua relevância para a dissolução da noção de uma modernidade universal e hegemônica, neste trabalho relacionado ao vocabulário da violência de gênero.

CONCLUSÃO

Em se tratando dos estudos das Relações Internacionais e dos ECT¹⁵, essas e as demais ciências foram elaboradas sob um sistema de poder capitalista branco androcêntrico, e isso significa que diversos entendimentos foram negligenciados por muito tempo. Além disso, apesar de uma introdução de eixos de pesquisa que deem conta de uma dessas estruturas de poder, como por exemplo, a abordagem de gênero nas RI, elas por muito tempo continuaram

¹⁴ Essa imagem é vinculada como da Maria Felipa, mas é importante mencionar que essa imagem também é associada à Luisa Mahin. Maria Felipa e a mulher de turbante – Clio: História e Literatura (cliohistoriaeliteratura.com)

¹⁵ Science and Technology Studies, em português: Estudos da Ciência e Tecnologia.

perpetuando a lógica da modernidade que especifica certos pensamentos e lógicas, ao invés de complexificar — ou cuja complexidade só é legível sob certos parâmetros, como podemos ver pela ausência por muito tempo de uma abordagem feminista em RI de raça, e neste trabalho, a não contemplação da questão de gênero sob o olhar do campo do virtual.

Olhar para as violências de gênero no ciberespaço na América Latina requer que eu me ocupe de alguns entendimentos essenciais que muitas das vezes são compartimentalizados e quase nunca tratados em conjunto. A vida internacional é uma vida social cujos agentes e estruturas são co-constituídos, e isso hoje envolve as TICs e todas suas estruturas de poder. Estas estruturas também estão inseridas no “sistema de gênero colonial/moderno” e somente uma abordagem posicionada, localizada e situada é capaz de apreender as diferentes formas de manifestação das violências, que vão se atualizar nesse espaço. Isso também diz respeito à condição de “vítima” e a compreensão da categoria de “Mulher de Terceiro Mundo”¹⁶. Essas pessoas ao mesmo tempo que servem de oportunidade para compreensão de fenômenos, são elas mesmas produtoras de conhecimento.

Parto da premissa de que realizar tais estudos que se baseiam em perspectivas feministas e de grupos marginalizados é fundamental. Não só porque ignorar as questões e problemáticas levantadas seria de alguma forma contribuir para manutenção de expressões de opressão sexista, homofóbica, racista e classista, mas também porque fazer isso bloquearia a possibilidade de um entendimento melhor e mais completo da política — e é preciso forçar uma transformação nos paradigmas dominantes das relações internacionais.

¹⁶ Neste trabalho, inspirada pelos movimentos de autoras como Chandra Mohanty (1988) e Yuderkis Espinosa Miñoso (2009) o uso das categorias de “Mulheres do Terceiro Mundo” ou “Terceiro Mundo” é uma adoção crítica que busca demonstrar justamente a homogeneização e fixação de posições de certos sujeitos. Esta aplicação não implica em abandonar a complexidade e agência de sujeitos e categorias, que devem sempre ser localizados geográfica e historicamente.

CAPÍTULO 2: A CIBORGUE ATERRISA NO SÉCULO XXI

O principal movimento de oposição apartidário no período eleitoral brasileiro em 2018 liderado pelas minorias de gênero em volta do #EleNão nos permitiu observar a virulenta reação e ataques às pessoas que se organizavam majoritariamente pelas redes. A página e o grupo do Facebook “Mulheres unidas contra Bolsonaro”, que organizava a passeata contra o então candidato à presidência foi hackeada, assim como os perfis pessoais das organizadoras do evento e das administradoras das páginas e do grupo.

Estas pessoas sofreram ameaças, xingamentos e outras violências que por si só já demonstravam a materialidade dessas violências virtuais. Quando uma das administradoras do grupo foi agredida na semana em que ocorreria a passeata por dois homens não identificados na porta de sua casa no Rio de Janeiro (MULHER, 2018) foi que eu percebi que havia muitas desigualdades e crises das estruturas da modernidade se conectando que exigem urgentemente um engajamento crítico.

“A interatividade possibilitada pela internet exigiu (...) novas categorias para tratar os cidadãos conectados, que deixavam de ser telespectadores para tornarem-se interagentes” (SILVEIRA, 2012, p. 74). As consequências das experiências da ciborgue serão, portanto, materiais e atuarão na porosidade da fronteira entre sistemas físicos/biológicos, embaçando também o humano/animal, organismo/máquina e o físico/não-físico, acoplando diversas dicotomias da modernidade que por muito oprimem as mulheres como corpo/mente, cultura/natureza, humano/não-humano, razão/emoção, entre outras (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2009).

Estamos cercados por ferramentas e meios tecnológicos e digitais que remodelaram e redefiniram a vida como a conhecemos. Rejeitar a tecnologia e buscar um retorno nostálgico a uma noção de natureza ou de humanidade autêntica reprimida é escapista. Da mesma maneira, negar a importância da natureza acaba por concentrar a discussão na dimensão discursiva em detrimento da material, o que teve sérias consequências para análises sobre o corpo, particularmente evidentes nas versões feministas decoloniais e pós-coloniais.

As repetidas tentativas da ciência de descobrir algo no comportamento humano que nos separe definitivamente de outros organismos vivos ou das máquinas, falharam, e certas características são cada vez menos exclusivamente nossas — uso da linguagem, de ferramenta, os padrões comportamentais, autonomia ou criatividade (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2009). A tecnologia ameaça a subjetividade por borrar as características “essencialmente” humanas e os limites dela com máquinas e a natureza.

Não é que o ambiente virtual possibilite a vivência de forma simultânea de papéis múltiplos distintos do físico, como se fora desse circuito online existisse a noção de uma identidade una e centralizada. Afirmar isso é reafirmar o conceito cartesiano de sujeito, e Santaella (2004) diz, isso ainda são miragens do ego unificado. Segundo ela, a persona no ciberespaço é aparentemente mais fluida porque podemos construí-la, brincar com nosso eu de novos modos que não é possível em outras situações.

Ocupar o ciberespaço é delinear novas formas de corporeidade e de intersubjetividade que exigem repensar a presença e deslocam as clássicas distinções presença/ausência, proximidade/distância e público/privado (DE FRANÇA et al, 2010). Neste ponto se desenvolve um dos principais argumentos desenvolvidos neste trabalho: o que chamo aqui de violência de gênero que ocorre no ciberespaço borra cada vez mais a linha entre os corpos, os danos, os ambientes em si, enfim, tudo que separaria o ciberespaço do chamado espaço físico, tornando os seus limites crescentemente confusos.

2.1 O dualismo cartesiano da modernidade e o lugar da mulher

Um dos principais eixos críticos deste trabalho é acerca da noção do sujeito que ganhou substância em Descartes e no pensamento iluminista. Importante, no entanto, mencionar o que é pouco falado acerca das reflexões de filósofos gregos que são diretamente relacionadas com as construções da falácia naturalista, e que mais tarde se acrescentariam às proposições cartesianas de ser.

A falácia naturalista é o que inventa uma natureza e define o que seria “ser” uma mulher em termos biológicos e determinam seus papéis sociais — seu modo de pensar, de estar e de agir. A filosofia tradicional é uma das principais responsáveis pela desvalorização das mulheres e dos elementos tidos como de teor feminino quando observamos as formulações de pensadores como Aristóteles, Platão e Sócrates (DIAS, 1994; BARBOZA, 2009; MENEZES, 1986).

Tendo em vista que tais reflexões tiveram predominância na constituição das mais diversas premissas de muitas áreas do conhecimento científico, elas terão consequências desastrosas sobre o entendimento das diferenças de gênero, inclusive nos estudos feministas. As mulheres, por exemplo, não participavam do Banquete de Platão (1995) e as que participam são convidadas a se retirar no momento que o discurso filosófico vai começar. A filosofia — e dessa maneira, a participação na construção da política e da produção de conhecimento — foi território ocupado somente por homens.

Esse pensamento se repetirá ao longo da idade média, e durante este período ocorre também uma junção do que é teológico com o ginecológico, e se firmará a noção da mulher como uma falha na natureza. Uma construção que as condenará à fogueira quando a Igreja Católica, aliada ao poder jurídico e às forças do Estado queimou, torturou e perseguiu milhares de mulheres, identificadas como bruxas, para controlar e disciplinar seus corpos (FEDERICI, 2017).

Silvia Federici aponta que o fenômeno de caça às bruxas também visava neutralizar atos de insubordinação e enfraquecer movimentos revolucionários, para relegar as mulheres à atividade sexual reprodutiva e para o trabalho doméstico não remunerado. Por inspirarem modelos alternativos de vida comunal que se opunham ao regime feudal, ocuparem postos que depois virariam majoritariamente masculinos e tentarem controlar o processo de gravidez, foram as mais atacadas e o principal alvo de perseguição contra hereges no período medieval (FEDERICI, 2017).

Com a ajuda de personagens como Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant o Iluminismo foi o responsável pela organização sexuada e dualista do conhecimento, fundamental para a formação da nova ordem social e política liberal que confinou as mulheres à esfera privada e despolitizada para cumprir o papel reprodutivo (REPO, 2015).

Cultura/natureza, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, público/privado, em cada dicotomia o primeiro (masculino) deve dominar o último (feminino) (WAJCMAN, 1991). A opressão das mulheres resultou da divisão material de poder perpetuada pelo patriarcado por meio da socialização dos indivíduos em comportamentos sexuais e papéis de gênero com base em diferenças biológicas (REPO, 2015).

Suas características são a designação prioritária dos homens para a esfera produtiva e das mulheres para a esfera reprodutiva e, ao mesmo tempo, a apropriação pelos homens das funções de maior valor social agregado (político, religioso, militar e outros). Esta organização tem dois princípios: de separação (trabalhos de homem/trabalhos de mulher) e hierárquico (o trabalho de homem tem mais valor que o de mulher).

Autoras como Simone de Beauvoir (2009), Sherry Ortner (1974), Judith Butler (1999) e muitas outras abordam como as mulheres, suas atividades e características foram compartimentadas como mais próximas da natureza, enquanto aquelas tomadas como masculinas estavam relacionadas à cultura. Este determinismo biológico "colocará as

mulheres em papéis sociais que são considerados de uma ordem inferior do processo cultural do que o do homem” (ORTNER, 1974, p. 73).

Os corpos femininos e suas funções serão situadas em posições que as conectam à “vida da espécie” — reprodução, fertilidade, gestação, nascimento, menstruação, útero e ovários —, enquanto a fisiologia masculina o libera para assumir os projetos de cultura — os processos naturais de seu corpo não “exercem poder” sobre eles como nas mulheres, de modo que ficam mais livres para se envolver em atividades criativas e externas (ORTNER, 1974).

Segundo Michel Foucault (1979), esse foi o projeto de disciplina e medicalização dos corpos para a construção da sociedade capitalista. A “população” surge como um problema econômico e político por meio da taxa de natalidade, morbidade, expectativa de vida, fertilidade, saúde, doença, nutrição e habitat (FOUCAULT, 1988). Todos esses aspectos impactarão os corpos femininos e seus órgãos sob a ideia de construir uma população saudável para garantir o futuro da nação.

É o que ele definirá como biopolítica (1979), estratégia de controle que se inicia no corpo, com o corpo, e a partir da qual a sociedade capitalista investiu um discurso de limitações dos papéis sociais e econômicos das mulheres. Por conta da divisão sexual do trabalho e reforçada pelo capitalismo industrial urbano, as atividades femininas se restringiam ao espaço privado e visavam viabilizar e administrar a vida de uma população por meio de diversas táticas.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos e é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre eles. As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas construções sociais pensadas primeiramente como uma divisão “complementar” entre homens e mulheres, como sugerido por Levi-Strauss, e posteriormente elaborado por Gayle Rubin (2017) em termos não de complementaridade, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres.

Para funcionar melhor, esse sistema requer que a sexualidade feminina não corresponda aos seus desejos, mas aos dos outros. Rubin (2017) afirma que a divisão sexual do trabalho nada mais é do que um dispositivo para estabelecer um estado recíproco de dependência de gênero, concluindo, então, que a organização social do sexo é baseada no gênero, na heterossexualidade compulsória e na imposição de restrições à sexualidade feminina.

O movimento de consolidação do capitalismo é um movimento profundamente misógino e patriarcal que declarou guerra à mulher e se estabeleceu sob seu trabalho não pago um dos mecanismos centrais de acumulação primitiva (TEPERMAN; GARRAFA; IACONELLI, 2020). Segundo Federici (2017) o movimento de caça às bruxas atravessou fronteiras e instalou-se nas Américas, adotou formas modernas e prossegue até hoje.

O questionamento que precisa ser levado adiante é que mesmo as mulheres sendo essenciais para o capitalismo, não explica por que elas são oprimidas por ele, uma vez que são oprimidas de várias maneiras e em sociedades que não são necessariamente capitalistas. Além disso, como já vimos no capítulo anterior, o processo colonial vai atualizar essas opressões e ganhar outros contornos que envolvem a questão racial e de classe, fazendo emergir uma série de outras problemáticas não contempladas pelo eixo homem opressor/mulher vítima.

Estas antigas colônias muitas das vezes nem sequer funcionavam sob essa mentalidade dual que havia séculos já estava se delineando na Europa, e que por isso, não vão ser contempladas pelas maneiras como feministas encontraram de trabalhá-las. Diversas mulheres expoentes do que seria a primeira onda do feminismo, como Mary Wollstonecraft, quando falavam sobre o direito das mulheres de votar e estudar, estavam falando sobre um tipo específico de mulher.

É possível falar sobre “primeiras filósofas feministas” ou “primeira corrente feminista” quando muitas delas não só negligenciavam a questão colonial como muitas vezes se direcionavam explicitamente sobre um conjunto exclusivo de liberdades e direitos, sendo inclusive contra as revoltas de independência? Quando em 29 de maio de 1851 Sojourner Truth nos questionava “And ain't I a woman?” na Convenção das Mulheres de Ohio? Quando lutas foram travadas por Maria Felipa (já citada anteriormente), por Dandara dos Palmares¹⁷, Policarpa Salavarrieta¹⁸, Juana Azurduy de Padilha¹⁹ e muitas outras?

Para conseguirmos imaginar formas de ultrapassarmos nossas opressões, é importante que possamos exercitar nossa capacidade de irmos à lugares que ativem outras possibilidades

¹⁷ Uma das líderes do Quilombo de Palmares, um dos marcos da resistência contra o regime escravocrata brasileiro, que existiu e resistiu por mais de 100 anos.

¹⁸ Uma das mulheres mais representativas da era emancipatória da Colômbia. ‘La Pola’, como era conhecida, lutou pela liberdade, desrespeitando o governo espanhol e ajudando secretamente as tropas libertárias de Simón Bolívar. Policarpa tornou-se espiã do Exército da Independência, trocou mensagens e recrutou jovens para a causa. Seus movimentos foram descobertos e ela foi baleada na Plaza Mayor de Santafé, em 14 de novembro de 1817.

¹⁹ Militar boliviana de origem indígena que liderou batalhas e participou da revolução de Chuquisaca, a qual deu o primeiro Grito Libertário da América.

criativas, e é por isso que meu trabalho se volta à ciborgue. Trabalhar com ela em um contexto de Terceiro Mundo é deslocá-la para retirar o a que restringe e abrir para o que a expande, tanto porque precisamos superar o dualismo iluminista de homens europeus brancos, mas também porque mulheres de um contexto específico lutando por suas pautas específicas colonizaram discursivamente as práticas acadêmicas feministas, hierarquizando epistemologias e as posições dessas sujeitas constituídas no Terceiro Mundo.

Chandra Mohanty (1988, p. 14) usa Mulheres do Terceiro Mundo como uma categoria de análise para falar dessa sujeita que aparece nas análises das feministas ocidentais de maneira homogênea e universal, que retrata essas mulheres como vítimas, exploradas e sem poder, e assim, retira delas sua agência. Os reducionismos ignoram e apagam suas divergências internas e colocam um binarismo entre mulheres de países desenvolvidos versus mulheres de países não desenvolvidos (MOHANTY, 1988, p. 5).

A capacidade de observação do espectador é socialmente treinada de forma a delimitar o que ela pode perceber. A visão opera dentro da grade do condicionamento histórico com "suas escolhas e exclusões" determinando o que pode ser visto e o que passa despercebido (JASANOFF e KIM, 2015). Dessa maneira, outras condições de possibilidades são difíceis de serem contempladas, porque não são acessíveis, o que faz com que maneiras de ver e raciocinar que tornariam a injustiça visível possam nunca ocorrer. Conseqüentemente, podem nunca dar origem a crítica ou oposição organizada, muito menos a revoluções que poderiam responsabilizar o poder, ou, ao extremo, derrubá-lo.

Este trabalho é um convite à uma nova maneira de olhar para a ciborgue as relações de poder que ela nos revela em nosso território.

2.2 A necessidade de ir além

A violência é a presença da ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou por ser um outro. (CHAUÍ, 2018, p. 36).

O Mapa da Violência de Gênero (2020) mostra que no ano de 2017 houve 12.112 registros de violência contra pessoas trans, 257.764 casos de violência contra homossexuais ou bissexuais no Brasil, e que mulheres foram 67% das vítimas de agressão física registradas no país. As agressões podem ser simbólicas psicológicas, físicas, morais e até chegarem a serem letais, alcançando o número de 1.206 feminicídios em 2017 (mulheres assassinadas pelos companheiros ou ex-companheiros) (ONU, 2019).

Se analisassem somente pelo viés da opressão patriarcal que subordina corpos das mulheres, não seria possível compreender em sua totalidade as demais formas de violência de gênero destacadas acima. Outra invenção do poder hegemônico é o da heterossexualidade como norma e o desvio como anomalia, o que para Maria Lugones (2007, 2008) é mais um eixo do sistema colonial moderno na construção e manutenção de um sistema global de poder.

Chamando de heterossexualidade compulsória, Adrienne Rich (1980) diz que a colonialidade vai ser firmada na ideia biologizante da heterossexualidade, sendo utilizada para controle dos corpos tendo e mente o interesse reprodutivo. Ou seja, a manutenção do sistema capitalista não envolve somente o controle dos corpos das mulheres, mas que homens e mulheres obedeçam à uma lógica binária de sexualidade, invisibilizando de maneira violenta as diversas outras.

Da mesma forma, conforme as pessoas vão se expressando em sua sexualidade e sua identificação de gênero, subvertendo, transgredindo os estereótipos de gênero fixados pela colonialidade, acabam por desencadear uma série de consequências nocivas por parte das relações de poder para se manter. O transfeminismo surge, no contexto latino-americano, em grande parte, como uma resposta à conjuntura de violações de direitos e da vida das pessoas trans (JESUS, 2014).

Estima-se que das 87.000 mulheres que foram mortas intencionalmente em 2017 no mundo, mais da metade (58%) foram por parceiros íntimos ou familiares, ou seja, todo dia 137 mulheres são mortas por um membro da própria família. As mulheres adultas representam quase metade (49%) das vítimas de tráfico humano globalmente, somando 72% junto com as meninas que são mais de três em cada quatro vítimas de tráfico de crianças, em sua maioria, para fins de exploração sexual (UNODC, 2018).

Aproximadamente 15 milhões de meninas adolescentes (de 15 a 19 anos) em todo o mundo já experimentaram sexo forçado (relação sexual forçada ou outros atos sexuais) em algum momento de sua vida, e são elas que correm o maior risco dessa violência (UNWOMEN, 2019). Os números de violência doméstica; de casamentos antes dos 18 anos; de assédio e importunação de cunho sexual no trabalho, no ambiente acadêmico, nos espaços públicos e inclusive, nas relações afetivas e familiares; de mutilação genital; de pressões estéticas e sofrimentos psicológicos por imposição de padrões de beleza, todos eles são em maior número e mais incisivos com mulheres.

Esticando o conceito de “violência contra a mulher” — a violência de homens contra mulheres — que é frequentemente utilizado como sinônimo de violência doméstica e violência de gênero, Heleieth Saffioti (1995, 2011) e bell hooks (2019) vão ressaltar que a expressão não inclui crianças e adolescentes (que podem ser vítimas da violência de homens e mulheres), além de violências que podem ocorrer entre pessoas do mesmo sexo. Há, também, especificidades de cor, classe e outras categorias, como sexualidade.

Constatação que vemos quando analisamos o Atlas da Violência 2020, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP): no Brasil, os casos de homicídio de pessoas negras (pretas e pardas) aumentaram 11,5% entre 2008 e 2018, enquanto a taxa entre não negros (brancos, amarelos e indígenas) fez o caminho inverso, apresentando queda de 12,9%. Com relação às mulheres, a redução foi de 11,7% na taxa de vítimas não negras, ao mesmo tempo em que a relativa a negras subiu 12,4%.

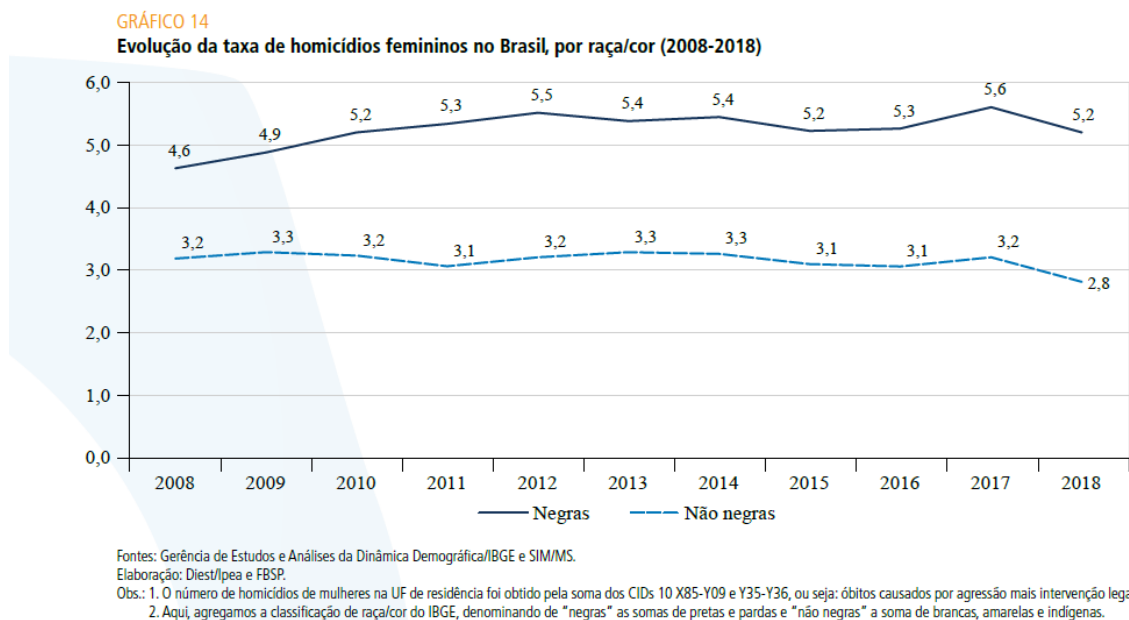


Figura 2: Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil por raça

Fonte: Atlas da Violência 2020

O que justifica que tais políticas implementadas protejam mulheres não negras, mas não são capazes de proteger as negras? No Brasil, por exemplo, em 2017, o Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) recebeu 26.835 registros de estupros em todo o país (cerca de 73 estupros por dia) e 89% eram mulheres. Dessas, a taxa nacional foi de 247

estupros de negras a cada 100 mil e 175 de não negras. As mulheres também foram maioria entre as vítimas nos registros de violência física naquele ano (67%).

Essa questão será pontuada por inúmeras pesquisadoras e pesquisadores acerca da questão do racismo, e a ideia principal é a de que estes corpos na colonização foram colocados em uma categoria de desumanização sob o prisma econômico, social, cultural, revelando novas forças nos sistemas de poder que imbricam raça, classe, idade, religião, gênero, região, sexualidade, entre outros.

Lélia Gonzalez (1984) define a escravidão como a fonte da neurose cultural brasileira, ou seja, com os brasileiros se considerando brancos ou com o desejo de serem brancos em um país negro de raiz cultural africana. Os brasileiros mantêm, assim, sentimentos de pertencimento a um país branco e ocidental, ao mesmo tempo que pensam e definem a cultura brasileira com elementos das heranças e dos símbolos negros como o carnaval, as tradições de ano novo, o samba, entre outros. A articulação dessa neurose com o sexismo produziu e produz efeitos violentos sobre a mulher negra brasileira em particular.

Refletidos nas noções de mulata, doméstica e mãe preta, tais ideais serão seladas no mito da democracia racial. A animalização dos corpos negros posicionou as mulheres com a função estereotipada do servilismo profissional e sexual no sistema produtivo, que vai tanto endeusá-la na época do carnaval e torná-la produto de exportação (momento em que ela é admirada e exposta ao mundo todo), quanto colocá-la como a empregada doméstica (GONZALEZ, 1984).

O fato de o racismo ser algo naturalizado na sociedade brasileira tem como base as práticas discursivas estabelecidas na época da escravidão e que sustentam as justificativas das posições que as negras ocupam na sociedade hoje. Mesmo apontamento fará bell hooks (1981), que diz que a desvalorização da natureza feminina da mulher negra se baseia na imagem da mesma como sexualmente selvagem, sexualizando seu corpo e a posicionando como indivíduo que tem um corpo que não é seu, mas como objeto, como um ser inferior faz seus corpos serem vistos como violáveis.

Yuderkys Espinosa Miñoso (2009) diz que a colonialidade das práticas discursivas dos feminismos hegemônicos no terceiro mundo, ou pelo menos na América Latina, não se restringiria apenas a estabelecer uma “outra”, vai também implicar em uma colonização da epistemologia feminista e dos seus enfoques de luta, ao ponto de invisibilizá-las.

Os números consolidam a análise de que a misoginia, o sexismo, o patriarcado e o machismo são elementos estruturais fundamentais ao escopo da violência de gênero no mundo. A violência de gênero é (re)produzida no imbricamento das relações de poder entre gênero, classe e raça/etnia e intensificada pela ordem patriarcal. Tal ordem, além de organizar a sociedade de maneira a determinar atividades e características que seriam inerentemente femininas, também vai lhes atribuir valores inferiores, principalmente por conectá-las como indivíduos mais próximas da natureza, essencializando-as nos termos dos seus papéis reprodutivos (BEAUVOIR, 2009; BUTLER, 1999; RUBIN, 2017; SAFFIOTI, 1995, 2011).

Se as violências experimentadas no mundo virtual borram os conceitos e limites que são a base para muitos pensamentos éticos e políticos, para fazer tal pesquisa, é necessário, assim, observá-las enfrentando a crença cartesiana dos indivíduos como sujeitos independentes do mundo exterior e que tenha um compromisso não apenas epistêmico, mas também ontológico e ético com a materialidade desse borramento.

2.3 As definições de violência foram atualizadas (com sucesso?)

Ao longo deste período de pesquisa, foi possível identificar uma série de grupos que atuam com as questões dos direitos online, da democracia digital e até do letramento digital que fazem uma leitura localizada sobre tecnologia e os sistemas de poder existentes que se sustentam nas práticas sexuais coloniais heteronormativas de gênero e raça de maneira correlacionada.

Para mais à frente nos situarmos sobre o que estas iniciativas irão se debruçar, abaixo serão listados os tipos de violência com que nos deparamos hoje e como eles se materializam. Partindo, principalmente, das definições dadas pelo Relatório de Violência de Gênero intitulado “Violências Contra Mulher na Internet: Diagnóstico, Soluções e Desafios” (CODINRIGHTS e INTERNETLAB, 2017) e pelo dossiê digital chamado Dossiê Violência contra as Mulheres²⁰, produzido pelo Instituto Patrícia Galvão, que elucidam de uma maneira abrangente os tipos de violência de que se tem conhecimento e sistematizam dados e

²⁰ GALVÃO, Mídia e Diretos. **Dossiê Violência Sexual**. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/o-dossie/>>. Acesso em 10 jun. 2020. O Dossiê é um portal que organiza diversas informações reúne informações e orientações de quem lida com o problema — médicas, psicólogas, advogadas, promotoras, defensoras, autoridades policiais e especialistas de diferentes áreas e por isso não possui uma publicação formal.

pesquisas, reunindo informações e análises estratégicas para contribuir para a divulgação de informações e o debate sobre a violência de gênero no meio virtual.

O primeiro, de 2017, foi enviado à Relatora Especial da ONU para ajudar na produção de um relatório da organização sobre violência online. Fruto do trabalho de diversas organizações, coletivos, advogadas, juristas e ativistas defensoras de Direitos Humanos, direitos digitais e direitos sexuais e reprodutivos do Brasil (CODINRIGHTS e INTERNETLAB, 2017).

O esforço principal era fazer um diagnóstico sobre como as violências se manifestam utilizando também os meios digitais, com atenção ao contexto de machismo e racismo estrutural. A proposta resultou na construção de um relatório regional que denomina 12 tipos de violências digitais de gênero, elaborado por uma articulação de organizações da América Latina chamada Al Sur que também procura denunciar o colonialismo digital.

Uma tabela com as principais destas violências e outras encontradas ao longo da pesquisa foi por mim elaborada, além de esquematizar como tais violências são praticadas e exemplos, que serão melhor destrinchados textualmente abaixo:

TIPO DE VIOLÊNCIA	MÉTODO DE VIOLÊNCIA	EXEMPLOS/RELATOS DE CASOS
CENSURA	quando determinados conteúdos são retirados do ar por ameaças ou pelo próprio comportamento das plataformas	fotos de mulheres amamentando; de casais homossexuais; manifestações políticas de pessoas transgêneras, não-binárias, feministas; ou de mulheres negras e indígenas falando sobre racismo nas redes são diariamente censuradas
OFENSAS/ DISCURSO DE ÓDIO	atos de comunicação que inferiorizam ou incitam ódio contra uma pessoa ou grupo minoritário por meio de bots, hashtags, postagens e comentários	Racismo, homofobia e misoginia
AMEAÇAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA	por meio de bots, hashtags, postagens e comentários	A filha de Manuela D'ávila, política e jornalista brasileira, teve sua foto divulgada nas redes e sofreu ataques, inclusive ameaças de estupro. A vereadora transsexual eleita em Niterói Benny Briolly precisou

		temporariamente sair do país em maio de 2021 após receber mensagens de ameaça de morte caso não renunciasse ao seu mandato
PERSEGUIÇÃO/STALKING	interações não solicitadas e/ou obsessivas, geralmente cometidas por perfis falsos criados para assediar alguém	A streamer e produtora de conteúdo Haru Jiggly relatou em sua conta no Twitter que um homem que hackeou seus dados e a incomodava por diversas mídias sociais diferentes
DOXXING	exposição de dados pessoais (CPF, endereço, dados bancários), Vazamento de conversas privadas	A streamer e produtora de conteúdo Haru Jiggly relatou que ele também tirava fotos de sua faculdade, de sua casa, da fachada do seu trabalho
UTILIZAÇÃO NÃO CONSENTIDA DE FOTOS / EXPOSIÇÃO NÃO CONSENTIDA DE FOTOS	Divulgação ou ameaça de divulgar fotos íntimas; edição ofensiva de fotos; hashtag criada para promover discurso ofensivo e direcionado	Foto humilhante da ex-presidenta Dilma utilizada como adesivo para o tubo de combustível de carros
SEXTORSÃO	quando se pede dinheiro em troca da não divulgação de conteúdo	Carolina Dieckman sofreu extorsão antes de ter suas fotos íntimas vazadas nas redes
PORNOGRAFIA DE VINGANÇA	divulgação das imagens/conversas é feita com o propósito de causar humilhação da vítima	Júlia Rebeca, de 17 anos, se suicidou em Parnaíba (PI), depois que um vídeo seu fazendo sexo começou a circular nas redes sociais
MOBBING	assédio no local de trabalho exercido contra uma pessoa e um grupo e que pode ocorrer tanto dentro, quanto fora dos espaços digitais	
HACKEAMENTO	roubo de contas/perfis/páginas	Evento e página no Facebook chamada "Mulheres Unidas contra o Bolsonaro" sofre ataques hackers em 2018
USO DE IDENTIDADE SEM CONSENTIMENTO / CRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS FALSOS	intenção de prejudicar a reputação de uma pessoa ou organização	Jean Wyllys acusado de mandar matar o então candidato à presidência Jair Bolsonaro e a defender a implementação do "kit gay" nas escolas

<p>RACISMO/RACISMO ALGORÍTIMO</p>	<p>por meio de bots, hashtags, postagens e comentários, roubo de contas, hackeamento, utilizando softwares e programas de reconhecimento facial e digital</p>	<p>Em 2021 testes do twitter mostraram que quando usuários postavam fotos de pessoas brancas junto à de pessoas negras, somente as de pessoas brancas apareciam (ou só aparecia das pessoas negras partes que não eram as da cor da pele)</p>
<p>VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA</p>	<p>por meio de bots, hashtags, postagens e comentários e atos de comunicação que inferiorizam ou incitam ódio contra uma pessoa ou grupo minoritário por meio de bots, hashtags, postagens e comentários</p>	<p>Ataques à Thammy Miranda pela campanha de dia dos Pais</p>
<p>ATAQUES À CATEGORIAS PROFISSIONAIS: POLÍTICAS, JORNALISTAS, GAMERS</p>	<p>por meio de bots, hashtags, postagens e comentários</p>	<p>Ataques à Manuela D'ávila, à jornalista Patrícia Campos Mello, à jogadora Zoe Quinn</p>

A primeira delas, a censura²¹, é quando determinados conteúdos são retirados do ar por ameaças ou pelo próprio comportamento das plataformas, como fotos de mulheres amamentando, de casais homossexuais, manifestações políticas de pessoas transgêneras, não-binárias, feministas, ou de mulheres negras e indígenas falando sobre racismo nas redes.

Esses conteúdos podem ser retirados tanto por políticas das plataformas nas quais eles foram inseridos, ou por uma outra prática comum que é a de denunciar determinado conteúdo para que os algoritmos da plataforma entendam que é impróprio e seja automaticamente retirado (sem precisar que um humano faça essa retirada, ela será realizada por um software). Terem suas páginas e perfis derrubados faz parte da rotina de muitos ativistas, estratégia que cala vozes, viola a liberdade de expressão e impacta a luta e a vida dessas pessoas.

As ofensas também fazem parte do cotidiano de quem utiliza as redes. O chamado discurso de ódio (CODINRIGHTS; INTERNETLAB, 2017) é uma das violências virtuais mais comuns e se caracteriza por atos de comunicação que inferiorizam ou incitam ódio

²¹ Foi o que aconteceu com a Nathaly Dias, a blogueira de baixa renda, que teve uma foto postada em homenagem à vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, assassinada em 2018, derrubada do seu Instagram.

contra uma pessoa ou grupo minoritário em função de suas especificidades ou de cunho afirmativo para aqueles que estão em condição privilegiada de poder.

Seja por meio de bots²², perfis falsos ou por pessoas reais; postagens, comentários e hashtags com teor racista, homofóbico e misógino são espalhados pelas redes. A ciberseguras²³ vai especificar um tipo de discurso de ódio que é o “discurso perigoso” da seguinte forma:

O discurso perigoso possui uma probabilidade razoável de catalisar ou amplificar a violência de um grupo para outro por que: a) o(a) agressor(a) é uma figura pública com alto grau de influência (um líder religioso, um jornalista famoso, um youtuber popular, o presidente da república etc.); b) o público tem preconceitos que podem ser facilmente manipulados e cultivados pelo(a) agressor(a); c) o discurso é claramente entendido como um apelo à violência; d) há um contexto social ou histórico propício à violência; e e) é distribuído por um meio de comunicação muito popular ou influente.

Dados obtidos pela BBC News Brasil por meio da ONG SaferNet mostraram que durante os 21 dias que antecederam o segundo turno eleitoral brasileiro as denúncias com teor de xenofobia cresceram 2.369,5%, de apologia e incitação a crimes contra a vida, 630,52%, de neonazismo, 548,4%, de homofobia, 350,2%, de racismo, 218,2%, e de intolerância religiosa, 145,13% (MESQUITA, 2018).

Aumento das denúncias de violência antes do segundo turno eleitoral brasileiro - ONG SaferNet					
Xenofobia	Apologia e incitação e crimes contra a vida	Neonazismo	Homofobia	Racismo	Intolerância religiosa
2369,50%	630,52%	548,40%	350,20%	218,20%	145,13%

A violência política se evidencia em condutas dirigidas com o objetivo de desestimular a participação das minorias de gênero na política, seja as pressionando a renunciar suas candidaturas ou a determinado cargo. Um mecanismo que reforça os papéis tradicionais de

²² Robôs programados para fazerem comentários e postagens.

²³ Ver: <https://ciberseguras.org/>

gênero, atacando também a pluralidade de vozes, a diversidade de propostas e a qualidade das democracias, e por isso, precisa ser enfrentada.

Um outro tipo de violência o *stalking*, que em tradução significa perseguição, são interações não solicitadas e/ou obsessivas, geralmente cometidas por perfis falsos criados para assediar alguém. A *streamer* e produtora de conteúdo Haru Jiggly relatou em sua conta no Twitter que por quatro anos esperava a resolução de uma denúncia feita contra um homem que hackeou seus dados e a incomodava por diversas mídias sociais diferentes. Ele tirava fotos de sua faculdade, de sua casa, da fachada do seu trabalho, o que a fez tomar medidas drásticas de segurança. Ao final, o cibercriminoso foi condenado a pagar uma cesta básica (PALMEIRA, 2021). A violência sofrida por Haru também cabe na tipificação de exposição de dados pessoais ou *doxing* (CODINRIGHTS; INTERNETLAB, 2017). Há casos em que dados como endereço, CPF, e outros detalhes são expostos publicamente na rede, causando uma série de transtornos.

O mundo gamer é conhecido inclusive por sua toxicidade e a cultura dos jogos digitais tem como “público” materializado comumente em homens cisgêneros, heterossexuais e brancos. Um dos grandes debates sobre violência de gênero virtual surgiu daí em agosto de 2014 (NAGLE, 2017). O designer e gamer Eron Gjioni escreveu um longo texto sobre o final de seu relacionamento com a também game designer Zoe Quinn, e de acordo com ele, ela estaria se relacionando sexualmente com críticos de jogos digitais para conseguir boas críticas de seu jogo. Ela passou a receber ameaças de morte e estupro, tendo seus dados revelados na internet (*doxing*) e contas em redes sociais invadidas. O mesmo aconteceu com as minorias de gênero que se posicionaram ao lado dela contra a evidente misoginia. Esse episódio ficou conhecido como *gamergate* (NAGLE, 2017).

Outra prática é a utilização não consentida de fotos (para fazer memes ou humilhar, pega-se uma foto da pessoa sem sua autorização) e a exposição não consentida de fotos íntimas ou conversas privadas. As imagens, verdadeiras e falsas, espalham-se. As pessoas repassam e comentam, as imagens chegam a milhares de pessoas no mundo todo e com isso as vítimas perdem o emprego, são julgadas e ofendidas. Esse comportamento geralmente está acompanhado da extorsão — que o Instituto Patrícia Galvão vai denominar como *sextorsão* — quando se pede dinheiro em troca da não divulgação desse conteúdo. Comum ainda é a pornografia de vingança, quando a divulgação das imagens/conversas é feita com o propósito de causar humilhação da vítima, que tem crescido muito em território brasileiro.

Consentimento não é só sobre quem tem o poder para dizer sim, o olhar feminista que aponta a subalternidade coloca em debate quem tem o poder de dizer não. A perspectiva liberal do consentimento na proteção de dados individualiza e simplifica o debate sobre privacidade online quando se trata de capacidades diferentes em tê-la, mantê-la e geri-la. Privacidade é uma condição conjuntural intrinsecamente ligada a condições sociais, materiais e do ambiente informacional que cada uma teve acesso e que permite que sujeitas/os situadas/os em posições localizadas tenham (ou não) a possibilidade de consentir. Enquanto isso, cada vez mais, estamos sendo colocadas em posição de “aceitar as regras de uso” de determinadas plataformas sem que nossas considerações sobre sua construção e melhoria sejam levadas em conta.

Com o tempo, a exposição contínua a esses abusos pode levar a distúrbios alimentares e outros problemas sérios, inclusive afetando o bem-estar psicológico das pessoas, aumentando seus sentimentos de raiva e depressão e diminuindo a autoestima (POLAND, 2016). Em novembro de 2013, Júlia Rebeca, de 17 anos, se suicidou em Parnaíba (PI), depois que um vídeo seu fazendo sexo começou a circular nas redes sociais (TOMAZ, 2014).

A SaferNet Brasil²⁴, uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos e sem vínculos político partidários, religiosos ou raciais, que busca promover e defender os Direitos Humanos na Internet no Brasil, compila em seu site informações com as denúncias que são enviadas para sua Central. Entre os cinco principais tópicos nos atendimentos pelo Canal de Ajuda da SaferNet Brasil, três envolvem violações com raízes discriminatórias em que as mulheres são as que mais pedem ajuda: elas representam 70,5% dos casos de sexting e exposição de conteúdo íntimo; 67,4% dos atendimentos por cyberbullying e ofensas; e 62,1% por exposição a conteúdos impróprios e violentos, sendo os *haters* (responsáveis por perseguições, ameaças, humilhações) em sua maioria homens (96%), brancos (79%) e das classes A e B (53%).

De acordo com seus últimos números, 4.134.808 denúncias anônimas foram feitas pela população envolvendo 790.390 páginas (sites) distintas (574.730 foram removidas) escritas em 9 idiomas, hospedadas em 73.000 domínios diferentes, atribuídos para 104 países em 6 continentes (SAFERNET, 2021). Ainda de acordo com o site, o Brasil ocupa o quinto lugar da média mundial de alvos de denúncias no período de 2006 (quando se iniciaram os

²⁴ Ver: <https://new.safernet.org.br/content/institucional>.

registros) a 2019. Nesse ranking o Orkut Brasil ocupa até hoje o primeiro lugar do número de denúncias, apesar de ser uma rede social inativa desde 2014 (com um total de 198.454 denúncias) (SAFERNET, 2021).

Além das violências mencionadas acima, também podemos apontar o *mobbing*, que é o assédio no local de trabalho exercido contra uma pessoa e um grupo e que pode ocorrer tanto dentro, quanto fora dos espaços digitais; hackeamento de contas (roubo de contas/perfis/páginas); e, uso da identidade de alguém sem o seu consentimento, ou a criação e divulgação de dados pessoais falsos, com a intenção de prejudicar a reputação de uma pessoa ou organização.

Abordagens grosseiras, ofensas e propostas inadequadas que constroem, humilham e amedrontam fazem parte do cotidiano. No entanto, não existe uma categoria monolítica de minoria de gênero que vá sofrê-las.

2.3.1 Sexualidade e raça

O imaginário do ativismo anticolonial na América Latina sempre foi político-econômico, entrelaçando questões de cidadania, representação política, atividade econômica e participação na sociedade.

No contexto brasileiro, o discurso de ódio é mais direcionado às pessoas de cor, ou seja, consiste em discursos de cunho racistas, em sua maioria contra pessoas negras e tem potencial para causar danos a um grupo em particular e encorajando um contexto de desigualdades. Em 2017, foram registrados 63.698 casos de discursos de ódio no ambiente virtual brasileiro, sendo que entre eles, um terço era de cunho racista, no qual as mulheres negras representam 81% das vítimas (SILVA, 2021).

Como já exposto ao longo deste trabalho, na América Latina o racismo se desenvolve em uma crença estabelecida que exclui corpos e aqueles que não se enquadram na categoria estabelecida como “eu/nós”. Fundamentado na ideia de um outro bárbaro/não-civilizado que não só merece ser subordinado, como precisa, tendo vista a sua incapacidade de ser um cidadão “normal”, o racismo vai excluir, segregar, retirar oportunidades, marginalizar saberes e conhecimentos, hierarquizar culturas e aniquilar corpos não-brancos ou não chancelados pela branquitude (LUGONES, 2007, 2008; MIGNOLO 2002, 2007; QUIJANO, 2000)

Ambientes online desempenham um papel fundamental na reprodução do racismo. Ao facilitar a disseminação de mensagens, a internet pode servir para reforçar o imaginário racista e motivar atos de violência implícitos e explícitos. Já mencionado aqui, a capacidade

de reverberação de uma mensagem faz com que as discriminações se intensifiquem, criando um contexto de medo e terror (SILVA, 2021).

Mulheres e minorias de gênero negras, indígenas, rurais, jovens e com deficiência podem estar ainda mais em risco por enfrentam taxas mais altas de pobreza, estigma e marginalização, que potencializam as chances de sofrer tais violências — e de não terem o suporte e a atenção adequados do poder público. Como consequência do período colonial e do patriarcado, mulheres negras e indígenas estão na base da pirâmide socioeconômica da população brasileira, ocupando as posições mais precárias do mercado de trabalho no país, com os menores índices de escolarização e mais baixo acesso a bens e serviços²⁵.

A falta de representatividade dessas mulheres é um problema não só para os direitos humanos e a liberdade de expressão, mas também para o ecossistema de tecnologia e inovação. No Brasil um tema que está sendo muito discutido é o racismo algorítmico. É preciso verificar assimetrias de poder e questionar se esses sistemas não estão simplesmente automatizando diferentes camadas de opressão. É esse debate que levanta quem critica o sistema de reconhecimento facial, cada vez mais presente no nosso dia a dia.

Seja para desbloquear o celular, marcar amigos nas redes sociais, circular por rodoviárias e aeroportos, acessar serviços — do Estado, e privados, como entrar em prédios e em determinados espaços —, estes sistemas são projetados, desenvolvidos e implantados dentro do sistema capitalista neocolonial de vigilância por e para homens cis, brancos e heterossexuais do Norte Global (GUEDES, 2021). Dessa forma, serão influenciados por vieses que podem amplificar discriminações contra pessoas de cor e grupos historicamente submetidos à determinada ordem, operando a partir de critérios que já estão postos, em lugares estratégicos. Tecnologias que, quando aplicadas para policiamento, podem se tornar instrumentos de vigilância em massa (SILVA, 2021).

O debate sobre o *apartheid* digital não acaba quando se coloca um computador diante de uma pessoa negra. É preciso tornar aquela máquina parte do cotidiano e dar condições materiais para que haja oportunidade não só de compra, mas de permanência, atualização e manutenção dessas pessoas nesse ambiente de maneira satisfatória.

No caso das mulheres lésbicas, as violências não possuem características domésticas e familiares tão recorrentes, como com mulheres cis heterossexuais. Quando direcionadas a elas

²⁵ Ver: <https://www.pretalab.com/dados>

se trata de tentativas de extermínio, crimes de ódio motivados por preconceito e que demonstram a inabilidade de alguns segmentos da população de aceitarem as lésbicas e as respeitarem como pessoas em igualdade de direitos e deveres constitucionais (CURIEL, 2013).

A heterossexualidade é um regime político, alerta de Ochy Curiel, que articula diversas instituições e relações sociais e culturais – estabelecendo o que é uma mulher e o que é um homem, quais tipos de relações afetivas e familiares são legítimos, quais tipos de parentesco são válidos, etc – e implicando na organização sócio-estrutural e sócio-simbólica da nação (CURIEL, 2013). A existência lésbica, portanto, perpassa por uma análise macropolítica que envolve o papel da mulher na reprodução social, no lugar de cuidado e seus “não lugares, sobretudo para as mulheres lésbicas por serem elas inapropriáveis, por não terem dependência econômica, social e simbólica dos homens como classe de sexo” (CURIEL, 2013, p. 175).

No caso de pessoas LGBTIQ + existem estudos que mostram que essas pessoas têm maior probabilidade de apresentar sintomas de desgaste emocional ou problemas psicológicos, como depressão, ansiedade ou pensamentos suicidas, e podemos afirmar que esses sintomas podem ser amplificados por experiências da violência online²⁶. Em outro mapeamento publicado pela Gênero e Número (SILVA, [2020?]), 51% das pessoas LGBTs+ entrevistadas sofreram pelo menos uma agressão durante o segundo semestre de 2018 e 87% relatam ter tomado conhecimento de violências cometidas. 57% das mulheres lésbicas declararam ter sofrido violência, seguidas das pessoas trans e travestis (56%), gays (49%) e pessoas bissexuais (44,5%). Ao passo que somente 3% das pessoas entrevistadas que sofreram violências disseram ter feito boletim de ocorrência após o ocorrido.

Tatiana Lionço (2016) ressalta que o ódio social contra grupos feministas e LGBTs está sempre alinhado à construção narrativa de uma deturpação moral, que coloca essas pessoas como destruidores da moral, inimigos da ordem familiar e da igreja, além de muitas das vezes imputá-las crimes como pedofilia e zoofilia. São tidos como um suposto inimigo comum de uma ordem moral e social e, por isso, devem ser combatidas, curadas ou aniquiladas, já que se parece acreditar que as relações estão sempre dadas em um complô universal.

²⁶ Ver: Amaranthas.org

Uma das grandes dificuldades está justamente em enxergar a justaposição dessas violências que envolvem especificidades de cor, classe e sexualidade. Não só porque elas acontecem simultaneamente, mas porque também envolvem diversas normas que estão sendo desafiadas e transgredidas, principalmente a da família — um tipo específico de família —, da qual a defesa será virulenta. Na maioria das vezes, esses ataques estão associados a um retorno a uma família heteronormativa nuclear e crítica à libertação sexual (GING e SIAPERA, 2019).

De um lado, ressaltam-se os valores conservadores tradicionais e referências a uma “ordem natural” advogando pela abstinência sexual e políticas “pró-vida”; de outro, manifestam-se a hiperssexualização, exposição, humilhação e outros comportamentos agressivos motivados pela misoginia (GING; SIAPERA, 2019).

2.3.2 Outras categorias sociais

Outra categoria que tem sido constantemente atacada é a das jornalistas. Um levantamento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) mostrou que, até novembro de 2020, as jornalistas mulheres foram as maiores vítimas dos ataques por meios digitais à imprensa, representando 56,76% do total — alvos de 40 dos 72 ataques registrados.

A tendência é mundial e fez com que a Red de periodistas feministas de Latinoamérica y el Caribe (LatFem) lançasse um kit de cuidados digitais para periodistas feministas (LATFEM, 2020a), uma ferramenta (LATFEM, 2020b) realizada em conjunto com a Ciberfeministas Guatemala. Esse fenômeno é uma combinação de assédio e abuso em diferentes plataformas digitais, o que coloca jornalistas e suas fontes em risco.

Há uma conexão entre a violência online e campanhas de desinformação coordenadas, baseadas em comportamento misógeno e discurso de ódio, com o objetivo de interromper o exercício do jornalismo crítico e silenciar as minorias de gênero que fazem parte da mídia tanto tradicional quanto alternativa.

No Brasil, esse comportamento é repetidamente estimulado pelo presidente da República. Já foi mencionado na introdução deste trabalho o caso da jornalista Patrícia Campos Mello, e mais recentemente, em junho de 2021, ele xingou a apresentadora da CNN Brasil Daniela Lima de “quadrúpede” (REDAÇÃO, 2021).

A própria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no último dia 8 de março, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, lançou

uma campanha sobre violência online contra mulheres jornalistas. Elaborado pelo Centro Internacional de Jornalistas (ICFJ), reuniu experiências de 714 mulheres de 113 países, das quais 73% admitiram ter sofrido esse tipo de violência (UNESCO, 2021). Até o momento, esta é a radiografia mais completa sobre o assunto. Entre os resultados mais alarmantes, destaca-se que 25% receberam ameaças de violência física e 18% de violência sexual. Da mesma forma, 48% das jornalistas relataram ter sido assediadas com mensagens privadas indesejadas, o que aumentou no contexto de uma pandemia, simplesmente por fazerem seu trabalho de informar.

O mesmo relatório indica que 57% das fontes de ataque correspondem são anônimas ou desconhecidas, seguidos por atores políticos em 37%. Nesse sentido, a violência digital desempenha um papel ativo na preservação da lógica do sistema patriarcal e as/os comunicadoras/es estão na linha de fogo da exposição à violência, enfrentando as consequências como danos à saúde mental, abandono do trabalho, além de autocensura nas redes sociais.

A iniciativa Tretahui.org²⁷ foi criada para mapear o discurso de ódio e violência de gênero online durante as eleições de 2018 e facilitar a denúncia de discurso de ódio utilizado por candidaturas ou por pessoas que atacavam candidaturas durante o período (com calúnia, injúria, difamação, racismo, lgbtfobia) como estratégia de marketing político.

Entre agosto e outubro de 2018, foram coletadas 564 denúncias, das quais 128 eram referentes à violência de gênero/discriminação contra mulheres e 84 diziam respeito à discursos LGBTfóbico. Os dados coletados foram submetidos à Missão de Observação Eleitoral e estão citados no relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre as eleições brasileiras. A iniciativa foi resultado de parceria estabelecida entre nove entidades da sociedade civil brasileira: Coding Rights, Beta, Vote LGBT, #MeRepresenta, Fundação Cidadania Inteligente, Rede Feminista de Juristas, Gênero e Número, Umunna e InternetLab.

Em cima disso a Coalizão Direitos na Rede, realizada pela Coding Rights e MeRepresenta, com colaborações da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais lançaram na época a cartilha: “Eleições e Internet: guia para proteção de direitos nas campanhas eleitorais” (SOUZA; VARON, 2020) com o objetivo de orientar pré-candidaturas progressistas sobre

²⁷ O Tretahui.org é uma iniciativa conjunta de entidades da sociedade civil brasileira que trabalham com temas de representatividade política de mulheres, pessoas negras, LGBTs, participação cidadã e direitos humanos nos meios digitais (Coding Rights, Beta, Vote LGBT, Me Representa, Fundação Cidadania Inteligente, Rede Feminista de Juristas, Gênero e Número e Umunna).

como lidar com desinformação, violência política, proteção de dados e segurança digital nas campanhas online.

Desse modo, numa perspectiva contestatária e politicamente ativa, as ciberfeministas têm disputado os territórios das tecnologias digitais e realizado campanhas políticas, formações, intervenções, alianças ativistas, assim como outras diversas formas de colaborações locais e internacionais. Tudo isso desenvolve imaginários sociais alternativos e cria um novo senso para legitimidade da criação coletiva de conhecimento.

2.4. Ciberfeminismos contra os dualismos

O ciberfeminismo foi formulado junto com o feminismo interseccional (HOOKS, 1981, 2015, 2019; COLLINS, 2019), o pós-estrutural (BUTLER, 1999, 2017; SCOTT, 1995) e suas variações articuladas no decorrer dos anos 1980 e 1990. Vão por um lado, absorver algumas das políticas e táticas das feministas radicais (como o separatismo estratégico — um movimento de mulheres para mulheres em vias de autoajuda, bate-papo e transmissão de conhecimento) —, a “cunt art²⁸” e a ideia de que as mulheres conseguiriam coletivamente empoderar umas às outras (WILDING; FERNANDEZ, 2002)

Como já mencionado, este movimento nascido na década de 90 é fruto de análises críticas das interconexões de gênero e novas tecnologias e tenta superar a noção de uma linha fixa, do engessamento, da dicotomia entre os espaços físico e online e os corpos que os habitam, para que se possa enxergar as diversas maneiras o ciberespaço opera nos termos de gênero e como melhor habitá-lo.

As ciberfeministas vão explorar as possibilidades de extravasamento de fronteiras físicas do corpo e a potencial liberação do corpo do gênero. Há, aqui, o prazer em se construir, reconstruir, moldar, em ser polimorfa, onde tudo é possível e permitido e uma matriz identitária natural ou uma totalidade eliminariam, mesmo que involuntariamente, a diferença. O apelo é para o deslocamento da subjetividade humana, antes pensada nos termos da modernidade cartesiana, na qual a existência do sujeito é idêntica ao seu pensamento.

Para melhor compreender o ciberfeminismo é importante traçar o que é o feminismo do “ciber” e porque o “ciber” se tornou um prefixo de uma corrente feminista (WILDING; FERNANDEZ, 2002). O prefixo “ciber” do ciberfeminismo faz alusão ao um feminismo

²⁸ Em tradução livre significa “arte da boceta”, ou seja, fala sobre o papel da genitália feminina na cultura popular ao tentar recuperar uma identidade feminina positiva deste órgão.

cibernético, que junto com os discursos do início dos anos 1990 faz referência à cibercultura e às atividades situadas no ciberespaço ou em vários ambientes eletrônicos imersivos. O prefixo é utilizado de forma extremamente ampla, podendo representar igualmente coisas geradas por computador, mediadas por computador e em rede, visões cibernéticas do ser humano, da sociedade e da cultura, entre outros (WILDING; FERNANDEZ, 2002).

De uma forma geral, as ciberfeministas reconhecem as diferenças de poder entre mulheres e homens, especificamente no discurso digital e para mudar essa situação defendem uma análise crítica para se repensar as relações de gênero relacionadas à tecnologia e à apropriação feminista das TIC, tanto em nível prático quanto teórico (HAWTHORNE, KLEIN, 1999).

É, assim, um corpo amplo e diversificado de ideias e políticas, com uma multiplicidade de abordagens que operam através de diferentes meios, por diferentes objetivos e causas — para denunciar situações de opressão e/ou para subverter estereótipos patriarcais. As estratégias escolhidas para desafiar esse sistema vão variar de acordo com a necessidade, contexto, interesses, conhecimentos e muitas outras variáveis dentro do grupo de mulheres e outras minorias de gênero envolvidas no trabalho e que visam apontar que o sexismo garantiu aos homens privilégio de acesso e representação na mídia, negócios, política e jornalismo, além posições de poder, emprego, capital e assim por diante.

O ciberfeminismo de Sadie Plant e do coletivo VNS Matrix se firmaram em expectativas sobre como as novas tecnologias ofereceriam às mulheres oportunidade para criar novas linguagens, programas, plataformas, imagens, identidades fluidas e definições de múltiplos sujeitos no ciberespaço. Algumas autoras vão apontar que esse ciberfeminismo combinou uma visão utópica com um entusiasmo ilimitado pelas novas ferramentas da tecnologia (HAWTHORNE; KLEIN, 1999), e cujo foco principal é que as mulheres vão construir nas novas arenas da tecnologia, como a internet.

Por outro, vão rejeitar as, segundo elas, características moralizantes que induzem culpa, são essencialistas, antitecnológicas, antissexuais e não relevantes para as circunstâncias das mulheres frente às novas tecnologias (WILDING, 1998). De acordo com o pensamento tradicional de esquerda, a tecnologia é anti-humana e deve ser controlada ou combatida por uma cultura que deve recuperar suas conexões com sua própria verdade interior e valores autênticos e com a natureza.

Por mais que elas não neguem que certos processos vão excluir as mulheres, elas tendem a ver como as mulheres ficaram motivadas e se tornaram ciberdadãs habilidosas. Sadie Plant (1996), oferece a visão mais otimista de todas: mulheres, computadores, realidade virtual e o ciberespaço são interligadas por conexões dispersas e distribuídas; a matrix, que possui um caráter feminino, vai emergir como uma nova sociedade que destruirá o patriarcado (LAGESES, 2008).

Plant (1996) foi criticada por reproduzir muitas ideias essencialistas sobre gênero, e de além da sua falta de perspectiva crítica, por fazer campanha das novas tecnologias e exagerar a camaradagem feminina no ciberespaço. O problema, segundo Wajcman (2004), está principalmente na maneira como a engenharia foi concebida e ensinada.

É sua própria linguagem e simbolismo que são masculinos, e a inovação como um processo imaginativo precisa de conhecimento prévio de sistemas e códigos para ver maneiras pelas quais os dispositivos existentes podem ser aprimorados. A profissão de engenheiro tem raízes profundas na história militar dominada por homens, uma socialização cultural que enfatiza hierarquia, disciplina, lealdade e autocontrole (WAJCMAN, 2004).

A própria Wajcman (2004), no entanto, também não escapa às críticas. Uma política contestatória não pode perder de vista as questões que surgem apesar de nas atuais circunstâncias as jovens já fazerem parte da tecnologia e dos postos de tomada de decisão. A representatividade igualitária de gênero, ou a mera inclusão das mulheres na linguagem digital, não faz com que o sistema predatório, pernicioso e sexista seja derrotado, e somente sugerir que as mulheres se tornem parte da classe exploradora que se beneficia da hierarquia de gênero não é (ou não deveria ser) uma meta feminista.

Como disse bell hooks (1981), o feminismo não é simplesmente uma luta pelo fim do machismo ou de garantia de que as mulheres tenham direitos iguais aos dos homens; mas sim, um compromisso de erradicar a ideologia de dominação da cultura ocidental nos mais diversos níveis, como o sexo, raça e classe (WILDING; FERNANDEZ, 2002).

Embora alguns avanços e renovações teóricas tenham sido realizadas tendo em vista as lacunas que foram identificadas, assim como evolução das tecnologias digitais nestes primeiros vinte anos do século XXI, e a sua premissa seja de inclusão, o ciberfeminismo desde a sua primeira conceitualização na década de 90 faz pouca menção às condições crucialmente diferentes — sejam econômicas, culturais, raciais ou étnicas, geográficas ou

ambientais — sob as quais as mulheres em todo o mundo vivem sua sexualidade, a maternidade, a economia e o meio ambiente.

Apesar de escrever sobre o potencial da igualdade de gênero no ciberespaço como uma reação à visão da tecnologia como inerentemente masculina, as ciberfeministas foram criticadas por reinscreverem noções essencialistas de gênero e não haver em seu binário de "zeros" e "uns" espaço para a compreensão dos entrecruzamentos com questões raciais, exceto quando estas são incluídas em uma longa lista de variáveis a serem adicionadas ao gênero.

A identidade ciborgue é reivindicada principalmente por aquelas categorizadas como a norma colonial e eugênica: se você é branca, educada e abastada, então você consegue mais facilmente ser ciborgue (WILDING e FERNANDEZ, 2002) (WILDING; FERNANDEZ, 2002). Raça, classe e gênero não devem ser pensados em separado da tecnociência, mas constituídas em suas práticas. São categorias cuja reprodução mecânica/digital também incluem novas forças produtivas exploradoras, assim como novas e velhas formas de alienação econômica, social e política (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2009).

Por meio da experiência ciborgue, as teóricas ciberfeministas desde o fim do século XX viram que as dimensões da experiência humana e a identidade da humanidade que estão em jogo na sociedade tecnológica (SANTAELLA, 2004) estão rompendo diversos dualismos da modernidade que por muito oprimem as mulheres como corpo/mente, cultura/natureza, teoria/prática, humano/não-humano, razão/emoção, visível/invisível, sujeito/objeto, político/não-político, racional/não-racional (HARAWAY, KUNZRU e TADEU, 2009) (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2009).

A ciborgue de Haraway (2009) alterna entre ser um modelo da realidade tecnológica de nosso contexto atual e uma metáfora retoricamente útil: ela consegue tornar a todos quimeras, híbridos, capaz de mudar aquilo que conta como experiência feminina no final do século XX. Donna Haraway, então, transforma a ciborgue ícone do poder da Guerra Fria, em um símbolo da libertação feminista.

E isso nos encaminha para o terceiro capítulo desta dissertação. Um cenário que será marcado por deslocamentos e modificações, por discursos reguladores de empresas, organizações, governos, instituições e pessoas que se utilizam das engrenagens das redes para retroalimentar uma cultura de violência, disseminando ideias que atuam diretamente no controle de corpos e vivências que encontram justamente nessa capacidade de transmutação

virtual uma válvula de escape. Os imaginários sociotécnicos frequentemente ganham sua autoridade porque são apoiados por uma instituição capaz de empregar recursos consideráveis, geralmente o Estado. É uma disciplina, não uma instituição, nem um aparelho de Estado, mas uma técnica de poder que vai atravessar todas as instituições e aparelhos de Estado e as complexidades de suas consequências são praticamente ignoradas.

Aqui, analiso as transgressões às práticas de subjetivação assentadas no controle dos corpos nos termos gênero e raça que se manifestam na virtualidade, e busco realizar uma investigação informal e sem regras rígidas para proporcionar maior familiaridade com o problema e compreender os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado, ainda pouco abordado nas Relações Internacionais.

Nesse processo de habitar o território, a posição da cartógrafa é de uma aprendiz-cartógrafa, segundo Kastrup (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009), que se lança com uma receptividade afetiva em uma prática que vai ganhando consistência com o tempo e que torna inseparável sujeito e objeto, pesquisadora e campo de pesquisa, teoria e prática. Me guiando pelos quatro gestos da atenção cartográfica: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento, tais explorações vão mobilizar a memória e a imaginação, o passado e o futuro ao trabalhar com uma atenção “uniformemente suspensa” e com fragmentos desconexos (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

2.5 Mergulhando na pesquisa

2.5.1 *o rastreio*

Kastrup (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009) começa por definir o rastreio como um gesto de varredura do campo, ou seja, um movimento de reconhecimento do campo de pesquisa. Ainda não conhecendo o alvo a ser perseguido, aqui busca-se pistas de signos e de processualidade do fenômeno a ser estudado, atento às suas mudanças de posição.

O primeiro passo foi a observação atenta dos campos de força que compõem o ciberespaço e das manifestações dessa ciborgue, bem como uma catalogação inicial sobre o que se entendia por violência de gênero virtual.

Busquei, principalmente, documentos, pesquisas, reportagens e matérias produzidas que indicassem exemplos com o objetivo de reconhecimento e aprofundamento do tema, me preparando para o acolher o inesperado, e como cartógrafa-aprendiz, acompanhando essa emergência do si e do mundo na experiência. Assim, surge um encaminhamento de solução

ou uma resposta ao problema e outras experiências se desdobram em microproblemas que exigirão tratamento em separado.

2.5.2 o toque

Já o toque é uma rápida sensação, um pequeno vislumbre, que aciona em primeira mão o processo de seleção e aponta o caminho a ser seguido. Aqui foi quando foi possível perceber que o campo das violências de gênero virtuais possui múltiplas entradas e não segue um caminho unidirecional para chegar a um fim determinado. Destacam-se as diferentes formas que essas violências assumem, as diferentes subjetividades que são acionadas de sofre as violências e de quem resiste a elas, as diversas nuances que elas vão apresentar a depender de fatores regionais, etários, de sexualidade, raça, entre outros.

O que parece em princípio homogêneo (mulheres vítimas das violências de gênero) ganha novos destaques e relevos que exigem atenção. Uma situação até então percebida como estável ou como repetitiva de outras derivações destas estruturas, ou seja, só mais um episódio de assédio ou ameaça as quais as mulheres e pessoas LGBTQI+ estão acostumadas, apresentam seu caráter singular que requer uma atenção renovadamente concentrada.

2.5.3 o pouso

O gesto de pouso indica que a percepção, seja ela visual, auditiva ou outra, realiza uma parada e o campo se fecha, numa espécie de zoom. Um novo território se forma, o campo de observação se reconfigura. A atenção muda de escala.” (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009, p. 43) (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 43). O zoom aqui não deve ser entendido como um gesto de focalização, mas um acréscimo na magnitude e na intensidade para redução da ambiguidade (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

É um gesto que delimita um centro em torno do qual se organiza momentaneamente – uma parada no movimento e não do movimento. Pousar nos trabalhos efetuados pelas iniciativas/grupos/coletivos sobre a problemática da violência de gênero online é a maneira como este trabalho busca contribuir teórica e metodologicamente com a construção de uma análise que articule pesquisas e abandone dualidades improdutivas e que nos autoriza afirmar que há condicionamentos recíprocos entre online e offline, ou ainda entre real e virtual.

Um outro território se apresenta e o próprio campo de observação se reconfigura quando percebo que as iniciativas que tratam da questão da violência virtual estão criando novas possibilidades de enfrentamento às violências. Há reações criativas aos obstáculos

encontrados e conhecimentos até então não visíveis sendo produzidos seja por dados, normativas ou arquivos. Dessa maneira, elas criam a possibilidade de revisar como a tecnologia em seus vários veículos de atuação (re)produz a violência estrutural que caracteriza o sistema patriarcal-capitalista em que vivemos, e que vão orientar o método de imbricar as principais questões que permeiam a análise de gênero e violência no espaço latino-americano.

2.5.4 o reconhecimento atento

Por último, o reconhecimento atento dessa cartografia investigativa é mais adequadamente formulado como um “vamos ver o que está acontecendo” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009), acompanhando as quatro categorias de atuação encontradas nas atividades dos imaginários sociotécnicos selecionados no trabalho e que se mostram como os contornos singulares do objeto estudado

O que está em jogo é acompanhar o processo, e não representar um objeto, das diversas pessoas que estão atuando em diferentes etapas, seja servindo de exemplos de experiência para análise, seja realizando essa análise, seja visualizando os dados e promovendo descobertas, ou pessoas que utilizam do produto no final o que nos reconduz ao objeto para destacar seus contornos singulares.

CONCLUSÃO

A interação entre cultura, história, discurso, tecnologia, biologia e o "meio ambiente", sem privilegiar nenhum desses elementos, tem consequências materiais que exigem respostas éticas e reflexão crítica, política e jurídica. Se tais desenvolvimentos têm implicações políticas, econômicas e éticas potencialmente de longo alcance, há necessidade de mais diálogo público e político sobre os objetivos, usos e propriedade da pesquisa, não apenas sobre a natureza da causalidade, mas também sobre a natureza das responsabilidades.

Fazer pesquisa é estar envolvido por mais altamente científico que o assunto pareça, porque nós estamos altamente envolvidos em todas as etapas da produção dessa realidade; não é possível fazer uma pesquisa sem se colocar. Somos chamados a todo momento a responder pelos aparatos que tomamos e pelas realidades que ajudamos a construir. As possibilidades são mutantes e nos convidam a nos responsabilizar por um mundo que está em formação e o papel que exercemos nessa construção (BARAD, 2007).

Recorrer ao conceito de imaginário sociotécnico pode nos envolver diretamente nas formas como as esperanças e os desejos das pessoas para o futuro — seus sentidos de si e a

sua paixão pela forma como as coisas devem estar ligadas ao material importante das realizações passadas. Os sistemas tecnológicos servem, então, tanto para apontar para as conquistas culturais do passado quanto para o futuro promissor e futuros alcançáveis, ou a futuros evitáveis e a evitar (JASANF; KIM, 2015).

O quadro dos imaginários sociotécnicos permite que ganhem nas análises sobre a dinâmica da mudança social, ao nos propor a perguntarmos como é que a realidade surge num dado momento, em vez de tomarmos como garantidas as estruturas claramente visíveis da sociedade. Eles dirigem consistentemente a nossa atenção às práticas de fazer sentido coletivo e aos pressupostos que permitem aos coletivos se manterem juntos em compreensíveis, sustentáveis e habitáveis modos de ser (JASANOFF; KIM, 2015).

À medida que as redes crescem criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela, em diversos aspectos as criações humanas (máquinas, computadores, videogames) estão ultrapassando diversas capacidades humanas como rapidez, precisão, principalmente as atividades que envolvem cálculos e previsões (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2009). Podemos observar que os seres humanos já cruzaram o limiar de uma existência tecnológica analógica para uma tecnológica digital (HASSAN; SUTHERLAND, 2017) e nela estão consolidando mais a cada dia que passa.

“O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política” (HARAWAY, 2000, p.37). Esse viés diz sobre nossa condição política virtual que está “(...) dolorosamente conscientes do que significa ter um corpo historicamente constituído” (HARAWAY, 2000, p.51), no ciberespaço, vai nos colocar frente a frente com condições violentas de existência. Por mais que nos seja apresentado em termos de virtualidade, da confusão das fronteiras, do reposicionamento de identidade, gêneros, da modificação da nossa corporalidade, o ciberespaço também reforça a condição material da nossa existência.

CAPÍTULO 3: HACKEANDO A IMAGINAÇÃO, IMAGINANDO FUTUROS

O avanço tecnológico acompanhou o avanço do neoliberalismo e o ciberespaço se tornou mais um paradigma do capitalismo global, de maneira a modificar também as ações e percepções coletivas. Estamos vivendo uma geração de movimentos sociais difíceis de caracterizar, um exemplo inaugural do poder distribuído de um novo tipo de ator político: o surgimento espontâneo pela internet de redes ativistas desterritorializadas e geograficamente dispersas para fora dos limites nacionais.

Atualmente existem diversos agentes operando em diversas escalas nesse território. A web 2.0 se difere da web 1.0 porque esta primeira geração (que durou até o início do século) consistia em páginas estáticas, basicamente utilizadas para pesquisas, mas com pequeno grau de interferência/interação do usuário, enquanto hoje temos as explosões de práticas participativas, colaborativas e distribuídas que permitem esferas formais e informais de atividades.

Ou seja, se antes éramos meras expectadoras, agora passamos também a construir esse espaço. A capacidade de produção/alteração da construção não é igual nem homogênea em todos os lugares do globo por todas as pessoas. Como vimos no capítulo 1, há uma gama de atores extremamente poderosos disputando esse local, desde governos até grandes corporações, e com isso, diversos imaginários estão coexistindo e sendo disputados.

Como já mencionado na introdução desta dissertação, uso a noção de imaginários sociotécnicos empregado por Sheila Jasanoff (2015) para tratar dessas práticas de diversos atores oriundas de visões sobre a sociedade que envolvem unir ciência, tecnologia, cultura e política. O que quero dizer é que a forma como enxergamos e imaginamos as possibilidades da ciência e da tecnologia para o “bem coletivo” é coproduzida com a sociedade — nossas crenças e quem a compõe.

Mais à frente, falarei mais sobre as concepções dos imaginários. Por hora, o importante é salientar que as iniciativas que tratam sobre a violência de gênero digital no território latino-americano são parte do arcabouço compõe os imaginários sociotécnicos no continente como uma análise crítica aos imaginários estabelecidos.

Como usuárias da web 2.0 estamos alterando diariamente essa realidade, mesmo sem percebermos e mesmo que o façamos de maneira inconsciente. Não só porque engajamos e participamos de atividades do nosso cotidiano com uma variedade enorme de outras pessoas em vários lugares no mundo, usando hashtags, postando fotos e textos em redes sociais, e por isso deixando rastros diretos da nossa interferência, mas porque nossos dados também

compõem rastros que viram informação, e como vimos no capítulo 1, informação hoje tem custado caro a democracias.

Entro na última etapa do meu processo metodológico: o reconhecimento atento que envolve a própria criação do território de observação. Falarei sobre as trinta e duas iniciativas encontradas durante minha pesquisa na América Latina que atuam sobre violência de gênero online e as dividirei em quatro principais eixos: segurança digital (como navegar de maneira mais segura, o que pode/deve — ou não — ser feito, seja em termos de quais informações fornecer nas páginas navegadas até como enviar nudes de maneira mais segura); letramento digital (cartilhas que ensinam desde o uso básico de plataformas até programação e linguagem de códigos); divulgação de informações e dados sobre as violências de gênero online; e artifícios de resistência/denúncia.

Tais iniciativas foram assim separadas tendo em vista que ao longo do processo de acompanhar suas atividades foi possível perceber que esses eram os seus principais enfoques. No entanto, estas divisões são puramente categorizações explicativas para fins acadêmicos. É possível enxergar em diversas iniciativas atuações que incorporem uma ou mais delas, até mesmo porque falar em segurança digital é também falar sobre letramento digital, assim como informar sobre as violências é também uma forma de resistir a elas.

Essa segmentação se deu primeiro porque estas demonstraram ser as principais vulnerabilidades enfrentadas pelas minorias às quais essas iniciativas se dirigem, segundo porque justamente tais vulnerabilidades tornam possível conectar os caminhos de criatividade e inovação científica e tecnológica com a produção de poder, a ordem social e um senso comum de justiça. Como dizem Passos, Katrup & Escóssia (2009, p. 59) “são passos que se sucedem sem se separar, como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes”.

Em se tratando das violências online, qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo fica exposta a apenas um clique de distância, e um comentário feito pode ser visível para todos e para sempre aparecer nos resultados das buscas. A permanência de espaços online e informações arquivadas pode ter efeitos profundos no sustento e na vida pessoal das mulheres e minorias de gênero que se veem nesta situação, e tais consequências precisam ser apreendidas na sua complexidade.

Ademais, é imperativo ter atenção ao fato de que mesmo estando todas expostas, ainda há níveis de exposição e violência que vão atingir diferentes corpos de diferentes maneiras. Racismo e sexualidade são elemento-chave do assédio e agressões quando analisamos tais eventos na América Latina. Esse homem que possui essa posição de poder em sua grande maioria das vezes vai ser um homem branco, e atingirá as pessoas de cor, principalmente as mulheres não-brancas e fora da heterossexualidade compulsória.

Como uma matriz de futuro, se entendemos que nossos valores e normas não são unidirecionalmente moldados pela ciência e tecnologia, podemos posicionar as iniciativas que falam e agem sobre estas violências como formas de vida e ordem social coletivamente imaginadas que também influenciam a trajetória tecnológica e moldam nossa maneira de pensar e agir sobre o mundo. Ao enfrentarem as opressões que estão se materializando pela virtualidade e proporem formas de entendê-las e enfrentá-las, essas iniciativas entram na disputa pela construção do nosso presente e construção de futuro.

O que encontrei nesta incursão foi uma comunidade altamente ativa de organizações/coletivos/iniciativas que praticamente cobrem o todos os fragmentos do ciberespaço, participando desde a criação de servidores feministas até a ocupação da internet por meio de um autogerenciamento. Minorias de gênero que fizeram o principal uso do ciborgue: a recusa veemente ao imperialismo sistêmico e à violência dos discursos.

3.1 Passados imaginados, futuros resgatados

Silveira (2010) defende que o ciberativismo — essa nova coletivização de práticas de protestos e mobilização/movimentos pelas mídias digitais — se confunde com o próprio desenvolvimento da rede mundial de computadores. Operações de informação e comunicação distribuídas garantem que, além da sua atuação e intervenção se dar a nível global ao mesmo tempo que em contextos locais, essas redes sejam compostas internamente de diversas temáticas, de forma difusa, intermitente e não formalmente organizada.

Nas últimas décadas, assistimos ao surgimento de novas formas de articulação política que não constroem um sujeito unitário ou uma coordenação centralizada, mas tendem à auto-organização e cooperação, mantendo a autonomia das partes. A rede distribuída, diferente da estrutura hierárquica ou da rede estrela ou da rede ou cadeia, permite que cada nó se comunique com qualquer outro, gerando redundância e caminhos de dispersão. A rede tornou-se o paradigma das lutas emancipatórias contemporâneas e seus anseios de horizontalidade. É a forma mínima de organização e a infraestrutura de comunicação (SANCHO, 2017, p. 10).

David de Ugarte (2007, p.77) diz que ciberativismo pode ser definido como “toda estratégia que busca, por meio da difusão e propagação multiplicada de mensagens pelos

meios eletrônicos, uma mudança na agenda pública e a inclusão novos temas na discussão social” através da multiplicação de difusão de mensagens pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal.

É um novo cosmopolitismo, com consciência de uma prática de interação global e a crescente globalidade dos problemas (SANCHO, 2017). Martha Nussman (2002) aponta que na era da conectividade global o *ethos* cosmopolita se tornou uma necessidade moral, já que estamos tendo acesso, por fluxos de imagens e informações que circulam transnacionalmente, às inúmeras crises humanitárias globais.

Já Michel Agier (2016) fala sobre um cosmopolitismo comum, que inclui as pessoas cujas experiências cotidianas se situam na fronteira (geográfica e cultural), influenciado pela experiência das migrações contemporâneas. Em ambas as situações, a importância da mídia para viabilizar essa troca de sensações e experiências faz com que pensemos o sujeito do mundo contemporâneo diretamente vinculado ao advento da mídia global.

Por mais que suas reflexões estejam nos dizendo sobre situações de empatia e respeito às pessoas estrangeiras, principalmente as que estão em vulnerabilidade, pensar em como as redes estão fazendo surgir um modo de conexão e solidariedade global é importantíssimo para a compreensão da tanto da influência como importância dos imaginários sociotécnicos de gênero sobre as violências virtuais para transformações do presente e moldagens de futuro.

São tempos de proliferação de alianças transnacionais e redes de solidariedade, vínculos entre ativistas e causas, bem como uma reflexividade crescente em redes, dispersas, capazes de contágio, que alimentam possibilidades de aprendizagem, replicação e remixagem em múltiplas escalas (SANCHO, 2014).

Como Robbie Shilliam (2015) argumenta, formas alternativas de "saber" e "ser" têm persistido apesar do projeto colonial. Esses imaginários que habitam o ciberespaço e influenciam na formulação de outros "mantiveram um fio tenaz de vitalidade que prevê a possibilidade de uma recuperação do pensamento e de uma ação que trate das injustiças globais de maneiras outras ao olhar da ciência colonial" (SHILLIAM, 2015, p. 7).

Isso porque esses estes imaginários agem diretamente contra o eixo capitalista-colonial-patriarcal ao enfrentarem as violências de gênero virtuais e entenderem que não só o conceito de violência e suas manifestações na América Latina estão imbricados com a lógica capitalista e racista global, como a própria concepção e execução da ciência e tecnologia também funcionam sob este regime.

Sendo assim, elas vão lutar contra o monopólio capitalista da produção e domínio do arcabouço tecnológico, contra a manipulação de dados por grandes corporações, por uma internet e softwares livres, por um espaço de fato plural e acolhedor, pela chance de todas as pessoas de usufruírem dele de maneira segura, por um uso crítico e consciente de componentes tecnológicos que agem disciplinando/regulando determinados corpos (e como, e quais, e por quê), pela compreensão das fronteiras como limitantes, enfim, por sociedade mais justas e para que os regimes de poder que atuam nessa e em outras geografias não passem despercebidos e mais, sejam modificados.

Jasanoff (2014) nos recorda que passado e futuro se conectam em uma dialética complexa que é amplamente reconhecida. O passado é prólogo, mas é também um lugar de memória escavada e reinterpretada à luz da compreensão que uma sociedade tem do presente e das suas esperanças no que está para vir. Por isso, para falarmos sobre futuros desejáveis no contexto latino-americano, é preciso revisitar nossa própria história.

As lutas pela emancipação em todo o mundo buscaram táticas para explodir os códigos sociais e usar máquinas para transformar a comunicação e os espaços de vida e um dos primeiros a utilizar dessa escala global de alcance e projeção, e dar o pontapé inicial nessa abertura de possibilidades que o meio digital permite foi o Exército Zapatista de Libertação Nacional-EZLN.

O Zapatismo dos indígenas de Chiapas se torna um marco de solidariedade que não está mais circunscrita à espacialidade local (ROVIRA, 2005). Não que outros meios de comunicação como TV e rádio já não tivessem conseguido integrar espaços antes separados pela distância geográfica, mas a interconexão global-local proporcionada pelo ciberespaço produzem redes políticas em outros termos. O ativismo zapatista é uma referência simbólica para uma solidariedade transnacional porque “Ele influenciou decisivamente grande parte da dinâmica e das definições sobre os principais protocolos de comunicação utilizados na conformação da Internet” (DA SILVEIRA; BRAGA; PENTEADO, 2014, p.31).

Entendendo a importância dessa manifestação do uso da rede de computadores, o Movimento Zapatista foi analisado pela ala das pesquisas militares, como as de John Arquilla e David Ronfeldt, da RAND Corporation²⁹ dos Estados Unidos, que criaram os conceitos de

²⁹ Uma instituição sem fins lucrativos formada imediatamente após a Segunda Guerra Mundial para conectar o planejamento militar com as decisões de pesquisa e desenvolvimento por meio de pesquisas e análises, ajudando a melhorar políticas e a tomada de decisões. Ver: <https://www.rand.org/about/history.html>.

*social netwar*³⁰ (guerra em rede) e *swarming*³¹ (redes de enxame) (ARQUILLA; RONFELT, 2005).

Sempre há um antes e um depois da campanha implantada desde 1994, componente do imaginário da web 1.0³² (CHOUDHURY, 2014) que forneceu a infraestrutura e promoveu o encontro entre ativistas e as redes de contrainformação, como a Batalha de Seattle em 1999³³ (ROVIRA, 2005). Na ocasião, 50 mil pessoas marcharam contra a Reunião do Milênio da Organização Mundial do Comércio (DE ALCÂNTARA, 2015).

De lá para cá, as comunidades de todos os tipos de interesses e fãns se encontraram a nível transnacional por meio das redes sociais, que marcam a web 2.0 (CHOUDHURY, 2014), na qual os participantes são tão importantes quanto o conteúdo que compartilham³⁴ (CORMODE e KRISHNAMURTHY, 2008). É um ambiente onde grupos trocam conteúdos (intra e entre grupos) de qualquer tipo (texto, áudio, vídeo).

Outros movimentos então proliferaram e ganharam proporções planetárias ao longo dos últimos anos, em que os protagonistas usam formas de organização, doutrinas e estratégias mais informais, autônomas e não-hierárquicas, sem um comando central preciso, produzindo seus próprios “códigos culturais” e depois espalhando-os (ARQUILLA; RONFELDT, 2005).

A disseminação dos smartphones e da rede wi-fi na segunda década do século XXI transferiu a Internet do desktop à rua, tornando-se palco de multidões conectadas que ocuparão os espaços de concreto e as redes digitais. A Primavera Árabe em 2011³⁵, o 15M na

³⁰ Condução e preparação de operações militares entre Estados com o uso de tecnologias de ponta.

³¹ Conflitos entre o Estado e grupos menores que usam as novas TIC's como armas e que vão além da guerra militar tradicional. Abrange tanto as questões do que eles definem como guerra cibernética (ciberguerra), quanto as das guerras em rede

³² A primeira geração da World Wide Web de 1989 a 2005 foi definida como uma teia de conexões de informação que consistia em páginas estáticas que de uma forma simples só nos permitiu pesquisar informações e lê-las, com muito pouco na forma de interação do usuário ou contribuição de conteúdo.

³³ A Batalha de Seattle foram protestos contra as políticas neoliberais globalizantes e anticapitalistas; Tratou-se de um movimento pela justiça global que deu origem à *Indymedia* (Independent Media Center), com sua plataforma virtual correspondente que revolucionaria o mundo da comunicação alternativa e do jornalismo.

³⁴ A Web 2.0 é o que vem depois da web 1.0 e assim ficou conhecida por facilitar práticas participativas, colaborativas e distribuídas que permitem esferas formais e informais de atividades. Estas fazem com que o usuário da web 2.0 tenha mais interação com menos controle, graças às plataformas de mídia social como Facebook, Orkut, MySpace e muitas outras.

³⁵ A Primavera Árabe culminou na queda dos governos ditatoriais que regiam a Tunísia e o Egito, assim como na Líbia com a queda do ditador Muammar Khadafi.

Espanha³⁶, o *Occupy Wall Street*³⁷ em Nova Iorque e as jornadas de junho de 2013 no Brasil são alguns exemplos desse corpo que já será um ciborgue.

Estes são movimentos que ocorrem não apenas em nível local e não dependem da mídia de massa para se espalhar (mas são realimentados por ela), desdobrando-se de maneira híbrida e simultânea entre o físico e o digital, dotados de ferramentas tecnológicas. A cada novo acontecimento, fica evidente o papel que a internet e as TICs desempenham na geração de novas formas de sociabilidade, de identidade, e de comportamento político e social.

O principal diferencial da web 2.0 é sua capacidade de colaboração e reunião de uma inteligência coletiva (CHOUDHURY, 2014). E para os movimentos feministas, principalmente os ciberfeministas, essa característica vai ser fundamental, segundo Castells:

um dos principais elementos a induzir o desafio ao patriarcalismo é a rápida difusão de ideias em uma cultura globalizada, em um mundo interligado por onde pessoas e experiências passam e se misturam, tecendo rapidamente uma imensa colcha de retalhos [...]. (2010, p.172).

As diversas teorias e vertentes do movimento além de discutirem as questões de violência de gênero e problemáticas do patriarcado, vão começar a usar estrategicamente essas novas possibilidades de ação proporcionadas pela rede interconectada de computadores. Como consequência da expansão da sua abrangência, há potencialização da sua pluralidade, o que leva a, internamente, cada vez mais tensionamentos e constantes reformulações e reposicionamentos, principalmente sobre as categorias de mulher, homem, gênero e sexo, o que atinge diretamente suas limitações e potencialidades.

O ativismo transnacional tira as feministas de seus contextos locais, regionais e nacionais para trabalharem além das fronteiras nacionais e contextos culturais, enfatizando o potencial libertador desta solidariedade e ligando-os a processos mais amplos, sem assumir uma irmandade global que reifique a dinâmica Primeiro-Terceiro Mundo (DHAMOON, 2015).

Nos últimos anos, as redes se converteram em aliadas indispensáveis para o reconhecimento mútuo, para a promoção global da causa e para o fortalecimento de

³⁶ “Movimiento 15 de Mayo”, ou “15-M” foi às ruas para chamar a atenção para questões que afligiam boa parte da população uma semana antes das eleições marcadas para 22 de maio.

³⁷ A crise financeira de 2008 inicialmente trouxe poucos protestos, começou na Europa e não visava s finanças como tal, mas ao manejo do governo nas questões financeiras. Ocupar Wall Street mudou o foco para a desigualdade econômica e a diferença de poder e participação em todas as formas de instituições (governos, mídia, o mundo acadêmico etc.).

estratégias de ação política, seja na divulgação de eventos, no impulsionamento de iniciativas, na formulação de políticas, na facilitação de comunicação etc.

Diversos encontros nacionais ou regionais, alguns com décadas de existência, encontraram eco na frequência do algoritmo, como os *Encuentros Feministas Latinoamericanos* (EFLAC) e os *Encuentros Latinoamericanos de Mujeres* (ELLA), além de diversas mobilizações que ocorreram pelas redes nos últimos anos que promovem possibilidades de mudança transformadora através de práticas feministas. Dentre os mais famosos podemos localizar #NiUnaMenos, #AbortoLegalYa, #MeuAmigoSecreto, #MeToo, #PrimeiroAssédio e, mais recentemente, o #EleNao no Brasil. São exemplos de resistência à autoridade heteropatriarcal, capitalista, racial e colonial e coalizões que ultrapassam fronteiras e excedem a virtualidade em que se apoiam.

O interesse inicial de abordar os tipos de violência e quais suas semelhanças/diferenças entre o espaço físico e o virtual se tornou, com o tempo, um estudo sobre o que iniciativas, em sua maioria, feministas e de ativistas de gênero, já mapearam sobre o tema e a partir disso tornar visível o que já está acontecendo entre teoria e prática no território latino-americano.

Pensar violência de gênero no meio digital na região latino-americana requer engajar com uma literatura feminista que localize as condições de existência específica desses corpos. Para o presente trabalho, mostrar as iniciativas que agem sobre esse tema e compõem o cenário dos imaginários sociotécnicos que influenciam a formulação de políticas no ciberespaço e de visões de futuros sob a realidade local, significa demonstrar que as tecnologias podem (e devem) serem entendidas como formas de suplantar as visões dominantes que encaram (e lidam com) a ciência e a tecnologia principalmente como uma forma de poder masculino.

No entanto, têm se provado muito difícil superar este imaginário. Importante é que desde muito cedo pessoas (principalmente minorias de gênero) estudiosas da junção gênero e tecnologia olhem para essas questões. Se a prática do feminismo pode ser desafiada diante das novas formas das TIC's, o ciberfeminismo foi a primeira resposta a essa demanda — uma que permanece até hoje e não vê problemas em se atualizar tendo em vista as necessidades contemporâneas.

Os desafios que essas ativistas colocam ao ambiente da ciência e tecnologia sobre o lugar e papel das minorias de gênero estão conduzindo as maneiras que grupos, organizações,

instituições acadêmicas, movimentos sociais, pessoas da política e até mesmo instituições estatais as enxergam, adquirindo inclusive contornos legais — no Brasil, em 2021 foi sancionada a lei contra a perseguição (ou, *stalking*), digital ou física, podendo levar a três anos de prisão (LEI, 2021).

As formas de violência digital são expressões de violência tais quais as que ocorrem em ambientes físicos, como nos relacionamentos, na rua e em casa. Elas ganham formas e aparências que (re)criam subordinações e disciplinamentos, não se desenvolvendo necessariamente de forma progressiva, mas sim pela existência simultânea de diferentes queixas (NATANSOHN; ROVETTO, 2019).

Este compilado de iniciativas e propostas que empregam instrumentos científicos e tecnológicos como atos de (re)existência ajudam a reposicionar a ciência e a tecnologia como locais-chave para a constituição dos imaginários sociais modernos. Ou seja, nossos futuros tecnológicos determinados pelo engajamento coletivo de muitas pessoas que guiam as mudanças tecnológicas e científicas rumo à ordem e justiça social.

3.2 Código: LATINAS

A internet é, ao mesmo tempo, um meio crescentemente utilizado para um novo tipo de assédio, o digital, e um canal de oportunidades de ajuda às vítimas. A maioria delas usa o ambiente virtual para buscar esclarecimentos, dicas para saírem da situação de agressão e, como uma reação em cadeia, se tornam voluntárias para dar suporte a outras pessoas.

As campanhas virtuais de conscientização e combate ao assédio são as grandes responsáveis pelo aumento do debate sobre o tema nas redes, graças a proliferação de organizações e grupos de defesa das minorias de gênero. Isso torna o ambiente mais propício ao fomento do debate que faz com que as vítimas relatem suas experiências e formem-se correntes de ajuda e apoio.

Ainda assim, mesmo debatendo e sinalizando o problema, existem dificuldades para avançar no enfrentamento às violências virtuais porque as pessoas sofrem com desqualificações e questionamentos sobre a veracidade dos relatos — ou se tal ato sequer configuraria violência. Ao mesmo tempo, pode tornar as pessoas vulneráveis a ataques de conservadores, família, igreja, vizinhança, escola e trabalho. É preciso, dessa forma, aprofundar tais discussões.

De fato, o ciberespaço ajudou corpos anteriormente considerados “impróprios” a assumirem posicionamentos que antes não eram possíveis; assim como oferece mecanismos

de resistência e se mostra como um "espaço seguro" e uma maneira não apenas de sobreviver, mas também de resistir a regimes repressivos e práticas racializadas e de gênero e ajudar na organização feminista revolucionária global (DANIELS, 2009).

Considerando tais organizações/grupos/coletivos que versam sobre esse tema oferece a oportunidade de explorar o papel dos imaginários sociotécnicos na oposição, no desafio ou no redirecionamento das prioridades e privilégios de uma ordem social impulsionada pelo Estado (JASANOFF e KIM, 2015). A abordagem ciberfeminista permite “unir a força das mulheres como única possibilidade de alcançar o empoderamento necessário para mudar as estruturas profundas do patriarcado e conseguir assim um mundo mais justo e igualitário” (DE MIGUEL; BOIX apud NATANSOHN, 2013, p.74).

As diferenças entre mulheres constituem o poder entre elas e é no reconhecimento dos diversos imaginários que — não existem em separado — subscrevem os “corpos marcados” que se reflete a multiplicidade heterogênea entre todas nós (HARAWAY, 1999). Unir estas perspectivas é lidar com um trabalho em progresso e futuros incertos construídos no “fazer” dessas visões em paralelo. É isso que se trata futuros desejáveis: a maturidade e profundidade crítica crescente de trabalhar com/por/pela diferença.

O ciberespaço para as mulheres e pessoas LGBTQI+ na América Latina é um espaço de aprendizagem, diálogo, sociabilidade e acesso à informação, que nos permite imaginar futuros possíveis, construir pontes e enxergar novas perspectivas. É ainda uma plataforma estratégica indispensável para a visibilidade das práticas políticas ativistas. Tratemos então, das alternativas de futuros que estão sendo delineadas e por sua própria existência funcionam como crítica — seja sublinhando ou definindo suas necessidades, seja oferecendo uma oportunidade inesperada às pessoas marginalizadas.

Voltar-me às iniciativas que se dedicam a pensar as dimensões tecnológicas nos ajuda a entender a violência não como um desvio da ordem social, mas como um ato pela manutenção de certas fantasias de poder e identidade, e assim, compreender como as relações de dominação são estruturadas e reproduzidas.

Por mais que eles neste trabalho tenham sido divididos em quatro grupos diferentes, muitos deles terão mais de uma frente de atuação, chegando até a se ocuparem de todas as práticas mencionadas para o enfrentamento da violência de gênero online. Abaixo, encontra-se o mapa com as iniciativas de gênero encontradas ao longo da pesquisa na América Latina.

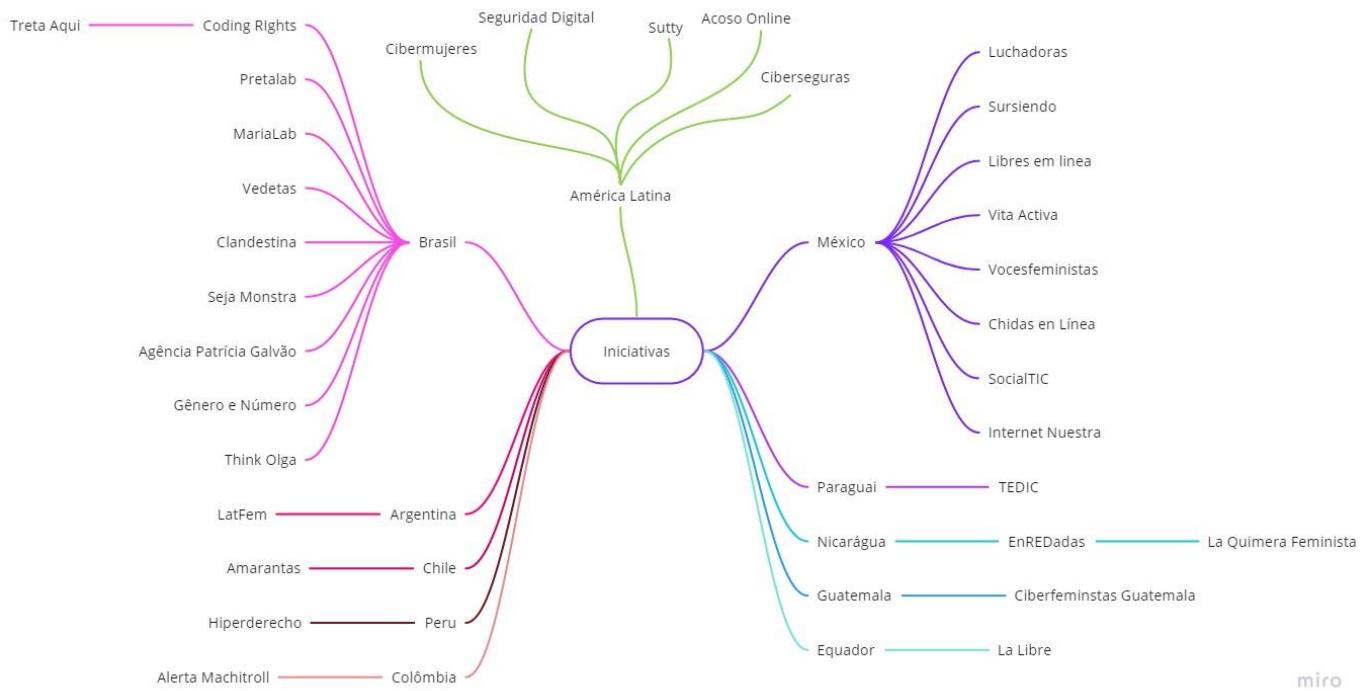


Figura 3: Mapeamento das iniciativas de gênero na América Latina

Na Figura 3, podemos ver que as iniciativas encontradas foram: Coding Rights (e o Treতা Aqui, uma ferramenta elaborada pelo Coding Rights), Pretalab, Marialab, Vedetas, Clandestina, Seja Mostra, Agência Patrícia Galvão, Gênero e Número e Think Olga se localizam no Brasil. No México, Luchadoras, Sursiendo, Libres em Línea, Vita Activa, Vocesfeministas, Chidas em Línea, SocialTIC e Internet Nuestra. Na Nicarágua enREDadas; no Paraguai o TEDIC; na Argentina o LatFem; no Chile a Amarantas; na Guatemala as Ciberfeministas Guatemala; no Equador La Libre; no Peru Hiperderechos; Colômbia Alerta Machitroll; e descentralizados pelo continente as Cibermujeres, Seguridad Digital, Suttty, Acoso Online e Ciberseguras.

Iniciativas sobre violência de gênero online na América Latina

Divisão por país e categoria em números

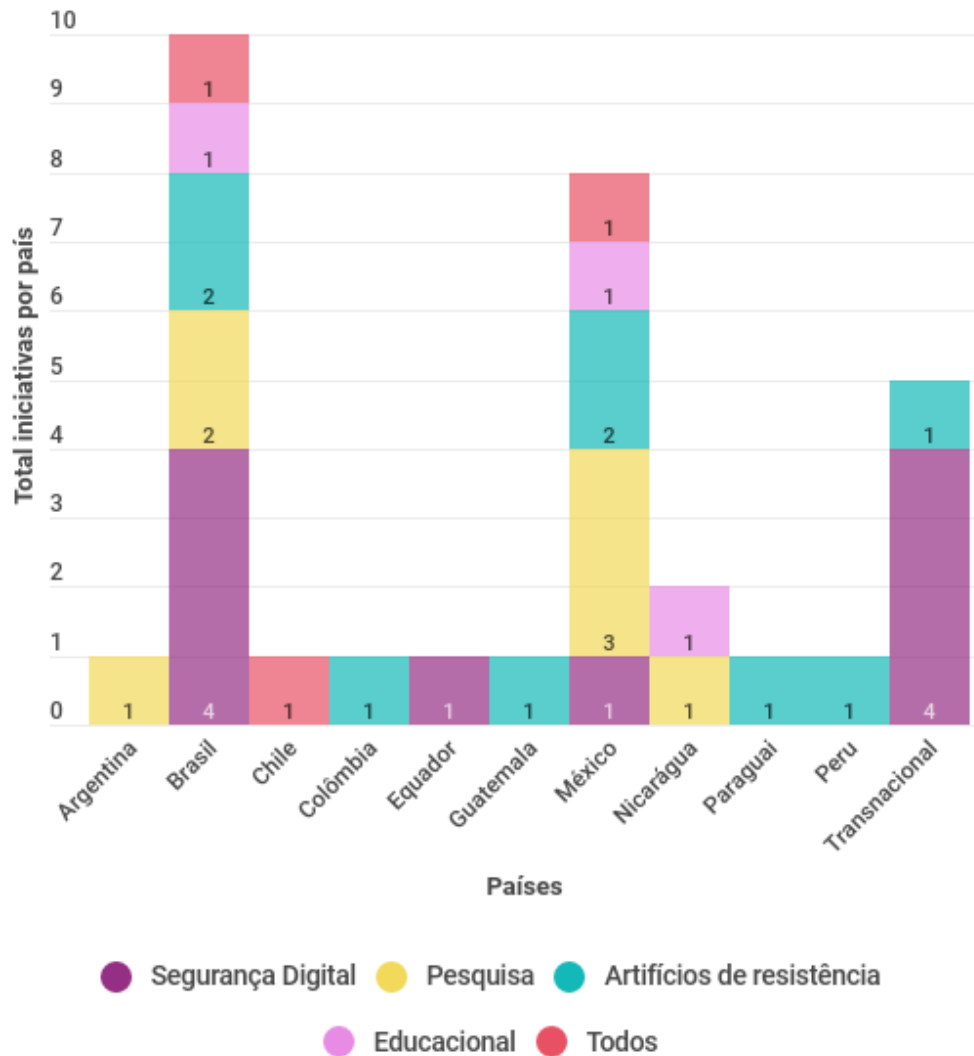


Figura 4: Total de iniciativas por país e categoria. Elaboração própria.

Iniciativas sobre violência de gênero online na América Latina

Total por país em %

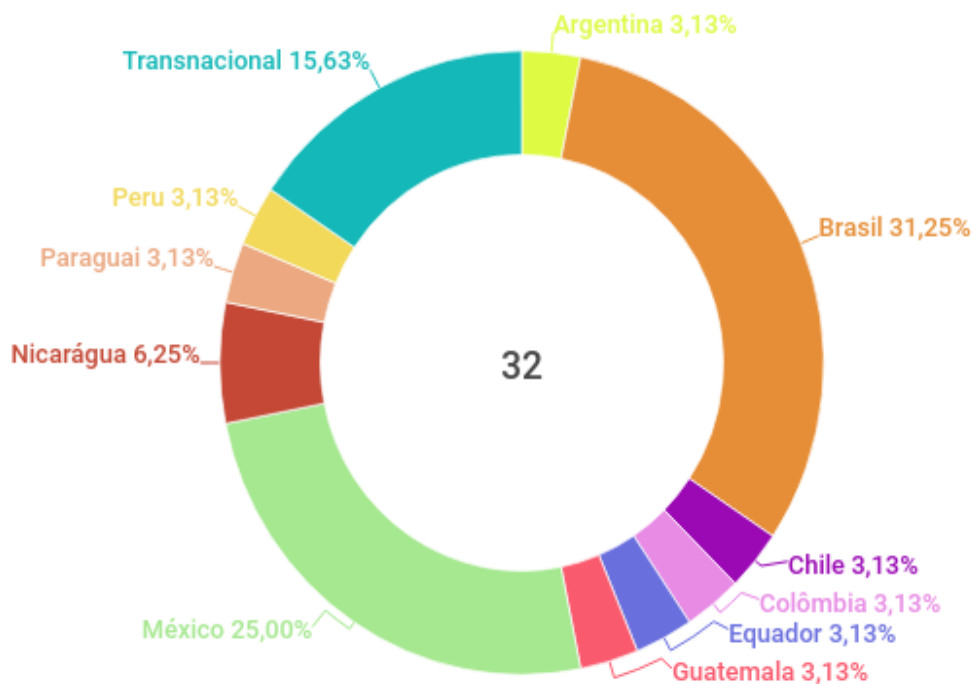


Figura 5: Total de iniciativas por país em porcentagem.
Elaboração própria.

A figura 4 e a figura 5 mostram a mesma informação, mas em formas de visualização diferentes. Das 32 iniciativas mapeadas, 31,25% estão no Brasil (10); 25% no México (8); 15,63% (5) são descentralizadas (nomeadas como transnacional); 6,25% na Nicarágua (2) e todos os demais países com 3,13% (1) cada. Ambas as imagens mostram, portanto, que a

maior parte das iniciativas encontradas estão localizadas no Brasil e no México. Tratemos, agora, de cada uma das iniciativas em suas respectivas categorias.

Iniciativas

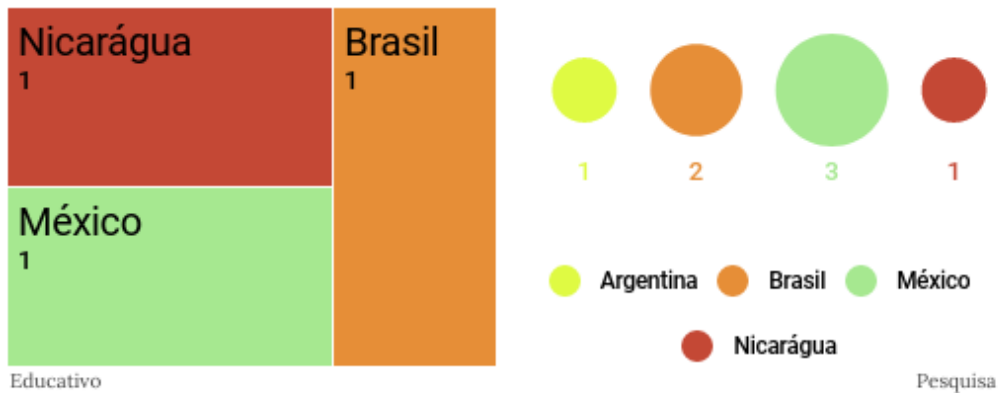
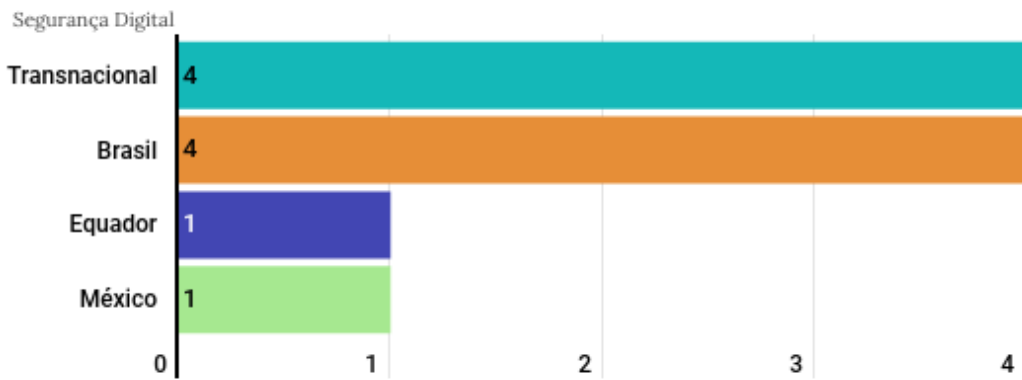
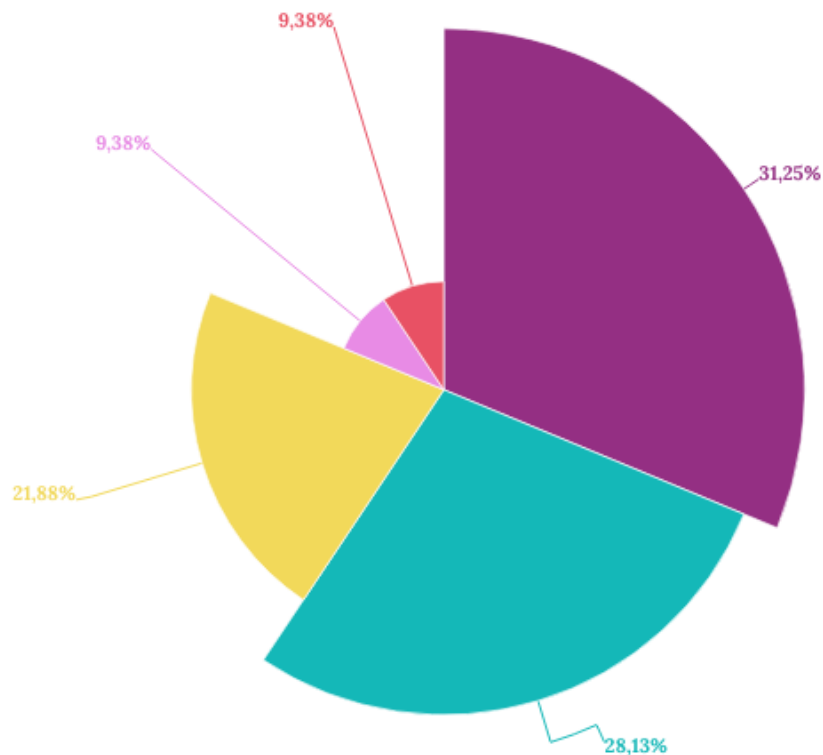


Figura 6: Iniciativas separadas por categoria quantidades por país em cada categoria

Iniciativas sobre violência de gênero online na América Latina

Total por categoria



Made with infogram

Figura 7: total de iniciativas em porcentagem por categoria

As figuras 6 e 7 mostram que:

a) das 9 iniciativas de artíficos de resistência (28,13% do total), o Brasil possui 2 e Peru, Paraguai, México, Colômbia, Guatemala e sem localização específica, 1.

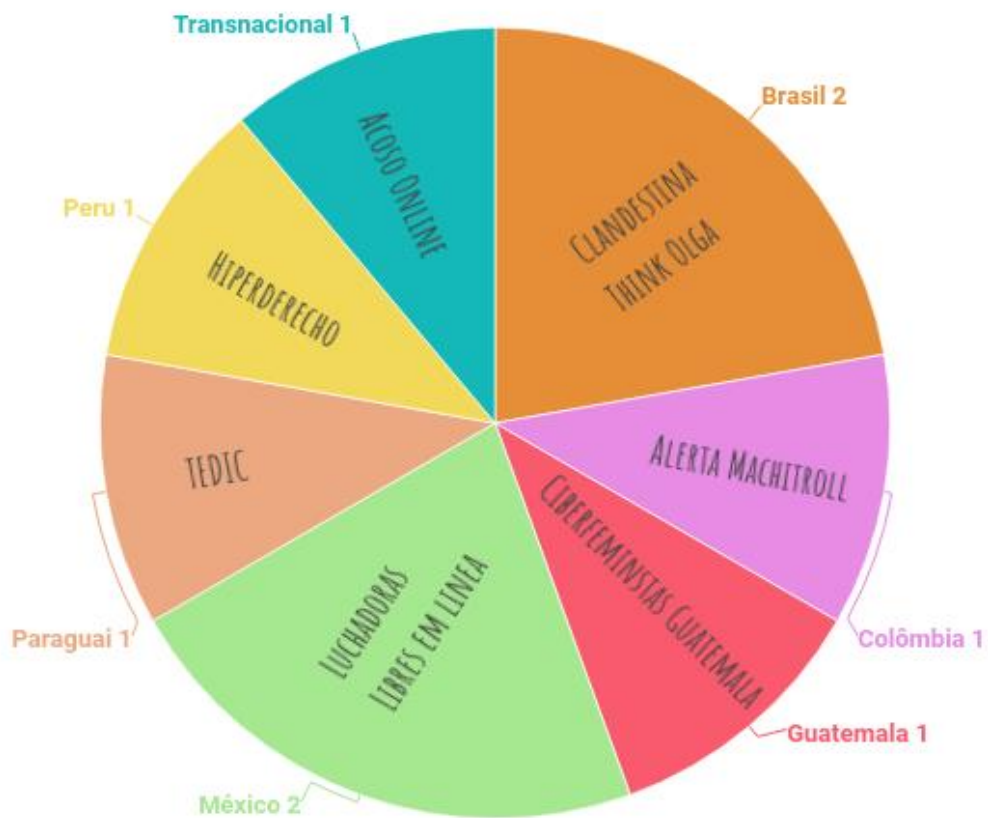
b) das 10 iniciativas de segurança digital (31,25 % do total), o Brasil e sem localização específica possuem 4 cada; Equador e México 1 cada.

c) das 7 iniciativas de pesquisa (21, 88% do total), o México possui 3; o Brasil 2; Argentina e México 1.

d) das 3 educativas (9,38% do total), Brasil, Nicarágua e México possuem 1 cada.

e) das 3 contemplam todas as categorias (9,38% do total), Brasil, México e Chile possuem 1 cada.

3.3 Artifícios de Resistência



Acoso Online³⁸ é uma ferramenta específica para denunciar o compartilhamento indevido de imagens íntimas que trabalha pela não revitimização (ACOSO, 2020a), elaborou

³⁸Ver: <https://acoso.online/cl/>

um guia básico sobre violência digital para ativistas (ACOSO, 2020b), faz sugestões sobre leis e políticas públicas, acompanhamento de vítimas e ensina sobre violência de gênero online em sua comunidade como proceder em caso de ataques.

A associação peruana Hiperderecho em seu projeto chamado Tecnoresistências³⁹ contou com a participação de mulheres, dissidentes e ativistas que enfrentaram a violência online e lutam por espaços digitais seguros para montar um projeto que ajuda a identificar, resistir e analisar as violências de gênero digitais, além de fornecer canais e recursos para reclamações e denúncias.

Clandestina⁴⁰ criamos nossas as próprias redes online e offline e hospeda sites de grupos e coletivos baseados na América Latina.

Think Eva e a Think Olga⁴¹ são duas organizações brasileiras irmãs que compartilham a missão de sensibilizar a sociedade para as questões de gênero e suas intersecções, além de educar e instrumentalizar pessoas que se identifiquem como agentes de mudança na vida das mulheres. Ambas utilizam a comunicação como principal ferramenta, aliada à tecnologia e estratégias de educação, para criar impacto positivo na vida das mulheres do Brasil e do mundo. A primeira é uma consultoria de inovação social que articula o setor privado, enquanto a Think Olga é uma ONG que atua junto à sociedade civil.

Elas já produziram diversas campanhas, projetos e ferramentas, dentre elas, Conexões que salvam — sobre como tornar a internet um lugar mais seguro para as mulheres com o objetivo de proteger, informar e acolher as mulheres vítimas de violência online—, e, a Isa.bot que em 2020 incorporou ao seu fluxo informações, segurança e acolhimento sobre violência doméstica para os tempos de pandemia. Além disso, possui também uma ferramenta (THINK OLGA, [2020?]) específica sobre segurança virtual e como denunciar violências.

A fundação Karisma⁴², uma organização da sociedade civil colombiana que tem por objetivo garantir que as tecnologias digitais protejam e promovam os direitos humanos fundamentais e a justiça social, criou o Alerta Machitroll (KARISMA, [2020a?]), que denomina esse sujeito que ataca outras pessoas sempre que encontra conteúdo feminista na internet.

³⁹ Ver: <https://hiperderecho.org/tecnoresistencias/>

⁴⁰ Ver: <https://www.clandestina.io/>

⁴¹ Ver: <https://thinkolga.com/quem-somos/>

⁴² Ver: <https://web.karisma.org.co/>

Como resultado do estudo, foram desenhadas estratégias e ferramentas para continuar estudando o fenômeno, o Gerador de Alerta — para identificar e classificar tais comportamentos, e o Decálogo — que oferece estratégias de autoajuda para machitrolls de todos os tipos, para que eles possam aprender a se conter assim como muito provavelmente fazem quando estão offline.

Elas criaram também o Machistometro (KARISMA, [2020b?]) para que esse sujeito faça um teste e descubra em qual espectro da identidade machitroll se encontra — se está em seu estado mais incurável ou mais perto de ser resgatável.

A Ciberfeministas Guatemala⁴³ se classifica como um projeto que surge da preocupação com as tecnologias e com a forma como as abordamos, com a intenção de “hackear o código patriarcal, reapropriá-lo e descolonizá-lo”. Elas produziram diversos conteúdos sobre cuidados, como um especial para tempos de pandemia (CIBERFEMGT, 2020) na qual estamos intensivamente usando a internet e as várias plataformas.

Elas enfatizam a importância de se derrubar o capitalismo e imaginar futuros que não sejam distópicos, mas sim um no qual construir tecnologias apropriadas seja banal e comum. Erradicando a propriedade privada, arrancando o patriarcado de nosso corpo-máquina, o que “requer feitiços, covens, hacklabs, redes, comunidade, empatia ... acima de tudo, requer amigos dispostos a invocar novos multiversos diversos e sustentáveis” (LUCHADORAS, [2020?]).

Vão produzir zines⁴⁴ sobre a questão da segurança digital contra a violência de gênero e a favor da privacidade, assim como o uso estratégico das TIC (CIBERFEMGT, 2018) e do digital como um espaço de disputa em prol da construção de internet feminista (CIBERFEMGT, 2016). Se propõem também a tecer diferentes espaços com outros coletivos e organizações espaços alternativos de formação sobre tecnologias e segurança digital a partir de uma perspectiva feminista.

Luchadoras⁴⁵ e Libres em Linea⁴⁶ são dois coletivos mexicanos. O primeiro visa promover processos de transformação política, pessoal e coletiva através da criação e divulgação de histórias, da reflexão, da apropriação crítica feminista das tecnologias e da

⁴³ Ver: <https://ciberfemgt.org/>

⁴⁴ Abreviação de fanzine que são crônicas, críticas, contos, análises, digressões, poe mas, charadas, piadas, citações pop e comentários produzidos por uma equipe especializada. Ver: <http://sites.uol.com.br/spamzine/oque01.htm>.

⁴⁵ Ver: <https://luchadoras.mx/>

⁴⁶ Ver: <https://www.libresenlinea.mx/>

criação de espaços de encontro que reivindiquem e valorizem o conhecimento, a força e o poder das mulheres. O segundo é uma campanha liderada por um grupo de mulheres contra o assédio virtual, fornecendo informações sobre o que é o assédio, quem está em risco, como podemos preveni-lo e como podemos responder a ele.

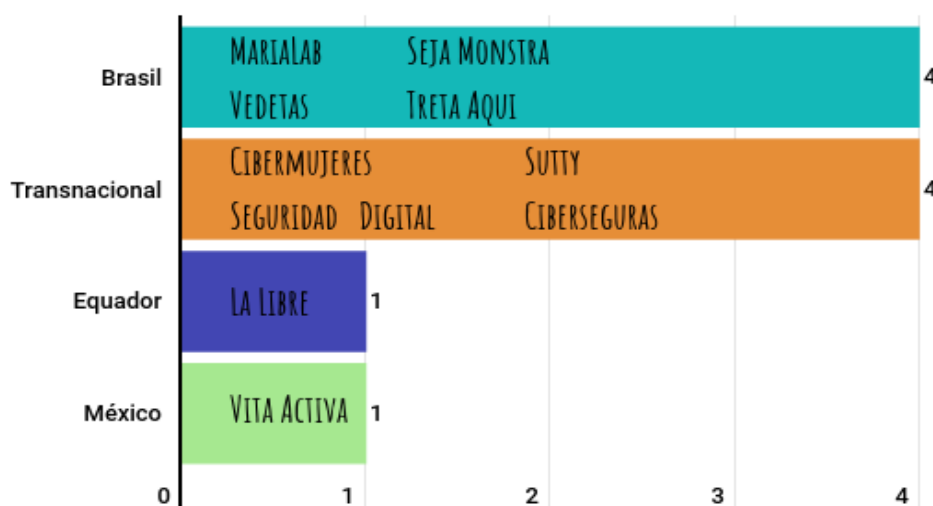
A ONG Tedic⁴⁷, no Paraguai, que desenvolve tecnologia cívica aberta e defende os direitos digitais para uma Cultura Livre na Internet, aborda a violência de gênero se baseando no caso de Belén Whittingslow. Em 2013 ela denunciou Cristian Kriskovich, professor da Universidade Católica de Assunção por assédio sexual, realizado através de meios digitais.

O caso foi arquivado e ela acabou sendo processada pela Faculdade por "produção de documento não autêntico" e com um pedido de indenização do Sr. Kriskovich por danos. Foi expedida uma resolução ordenando a prisão de Belén e cancelando sua defesa. Diante da arbitrariedade da justiça e da possibilidade de uma prisão e de sua situação indefesa, Belén está agora no Uruguai, onde tramita um pedido de status de refugiada (TEDIC, [2019?]).

Ela define a violência de gênero digital ou online como “atos de violência de gênero cometidos, instigados ou agravados, em parte ou totalmente, pelo uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), plataformas de mídia social e e-mail” que causa danos psicológicos, emocionais, econômicos, e sociais por reforçar o preconceito, prejudicar a reputação e colocar barreiras à participação na vida pública.

⁴⁷ Ver: <https://www.tedic.org/>

3.4 Segurança Digital



Uma das grandes promessas associadas à Internet é a democratização do acesso à informação. Isso aconteceu, é verdade, mas acompanhadas de desigualdades, injustiças e violência presentes no mundo offline, ou seja, o território virtual não é imune e nem separado do offline. Pelo contrário, este trabalho demonstrou que a violência de gênero ocorre no ciberespaço adotando formas antigas e novas. Estas iniciativas nos dão ferramentas para navegar de maneira mais segura; criam ou ajudam a criar espaços, mas seguros; o que podemos/devemos — ou não — fazer quando conectadas, seja em termos de quais informações fornecer nas páginas navegadas até como enviar nudes de maneira mais segura. Algumas delas fornecem cartilhas e guias para uma navegação mais segurança e consciente.

A Vedetas.org e a Treta Aqui já foram mencionadas neste trabalho. Partiremos para as demais.

O sejamonstra.net⁴⁸ montou uma zine sobre privacidade para pessoas LGBTQIA+ conseguirem estar no ambiente virtual sem sofrerem tais retaliações e vigilâncias quando assumem sua sexualidade. É uma iniciativa de noções básicas de segurança digital para ajudá-las a circular mais livremente nos ambientes digitais respeitando o direito de escolha do compartilhamento das identidades sexuais.

⁴⁸ Ver: <https://sejamonstra.net/>

A iniciativa performa também o espírito ciborgue de Donna Haraway para que essas pessoas experimentem exercer múltiplas identidades não somente como forma de defesa, mas também para criarem outras formas de estar no mundo. Se utiliza do anonimato por experimentação ou por proteção garante que elas sejam “uma, nenhuma, e cem mil. Ser outra”.

Isso evoca uma coletividade (uma identidade e um desejar coletivamente), uma conexão e sensação de multidão, que borra os contornos do indivíduo e habita um corpo expandido; além de explorar a diversidade de personalidades como um lugar de potência anticapitalista e anti-hegemônica.

O anonimato salva vidas e permite que os desejos sejam experimentados com mais liberdade. Usufruir das possibilidades de ser várias é um exercício que amplia os discursos possíveis, e nos possibilita uma abertura para ser o que queremos ser, para nos transformar por meio de “visões mantidas e realizadas coletivamente de futuros desejáveis” (ou de resistência contra o indesejável)” (JASANOFF; KIM, 2015).

A MariaLab⁴⁹, uma associação brasileira sem fins lucrativos, atua na intersecção entre política, gênero e suas tecnologias, promovendo a construção de ambientes seguros, virtuais e físicos, com recortes sociais, étnicos ou econômicos por entender que o aprendizado se constrói através da troca de saberes entre todas. Afirmam que a tecnologia é política e ambas podem ser feministas.

Seu projeto conta com mulheres e pessoas trans, “promovendo um pensamento e discussão interseccional que inclua as populações invisibilizadas no desenho de tecnologias, sejam elas digitais ou não” e propondo “reconstruções e reapropriações nos modos como desenvolvemos e interagimos com infraestruturas tecnológicas”.

Elas/es também produziram diversas cartilhas (MARIALAB, 2017) com conteúdo sobre aprendizado e construção de redes comunitárias; como melhor utilizar as ferramentas tecnológicas de mensagens e conferências para evitar/impedir ataques e invasões; segurança digital para organizações e feministas; além de ter participado da construção da cartilha sobre eleições e internet já mencionada.

Além disso, elas possuem dois projetos que se iniciaram em 2017: “Redes Autônomas” e “Servidoras Feministas”, que fazem parte do que elas chamam de

⁴⁹ Ver: <https://www.marialab.org/>

Infraestruturas Feministas, dedicado a disseminar e incentivar a troca de conhecimentos sobre servidoras, redes autônomas, hacking e tecnologia feminista por grupos de mulheres.

Vita Activa⁵⁰ É uma linha de ajuda para a qual você pode ligar, mandar e-mail, mensagem de texto ou por aplicativo de mensagens e relatar se estiver passando por algum trauma, estresse, crise, esgotamento, e/ou violência de gênero. Elas apoiam pessoas LGBTQI+, jornalistas, ativistas e defensores dos direitos de gênero, do trabalho, da Mãe Terra e da liberdade de expressão.

O Seguridad Digital⁵¹, cibermujeres⁵², Suttty⁵³ e ciberseguras atuam de forma descentralizada pelo continente latino-americano. O primeiro versa sobre segurança digital: sexting seguros, senhas mais fortes, entre outros tópicos.

Já o segundo é um curso de segurança digital feita em conjunto com várias organizações pela América Latina com uma abordagem holística e perspectiva de gênero que visa fornecer experiências de aprendizagem para defensores de direitos humanos que trabalham em ambientes de alto risco e àqueles que desejam aprender como treinar outras pessoas em sua proteção digital.

O terceiro é um servidor feminista que existe para ajudar grupos feministas nas suas atividades online e aumentar a segurança e autonomia de mulheres na internet, oferecendo hospedagem para sites de coletivos, organizações, movimentos sociais feministas e grupos ativistas baseados na América Latina. Trabalha exclusivamente oferecendo suporte e backup para criação de websites seguros, rápidos e visíveis, tornando a tecnologia acessível para coletivos expressarem suas vozes.

O último é uma iniciativa de Brasil, Guatemala, Chile, México e Bolívia que fornece informações sobre segurança digital (como proteger os dispositivos), ensina sobre tecnologia e feminismos e auxilia na promoção de encontros entre feministas, ativistas e pessoas interessadas no tema.

La Libre⁵⁴ é um projeto coletivo sem fins lucrativos do Equador iniciado em 2014 para fornecer uma infraestrutura de TI sólida e acessível para defensoras/es dos direitos humanos e

⁵⁰ Ver: <https://www.vita-activa.org>

⁵¹ Ver: <https://segudigital.org/category/navegando-juntas/>

⁵² Ver: <https://cyber-women.com/es/>

⁵³ Ver: suttty.nl

⁵⁴ Ver: <https://lalibre.net/>

da natureza (organizações e indivíduos) e movimentos sociais que lutam por justiça social e igualdade, fornecendo software e assistência a várias organizações em muitos outros países

O ciberseguras, iniciativa de Brasil, Guatemala, Chile, México e Bolívia que fornece informações sobre segurança digital (como proteger os dispositivos), ensina sobre tecnologia e feminismos e auxilia na promoção de encontros entre feministas, ativistas e pessoas interessadas no tema.

Além de um trabalho de definição sobre as violências de gênero, elas também fazem recomendações de autocuidado e autodefesa, incluindo técnicas de privacidade e segurança, recomendações em como apoiar outras pessoas e vítimas, recomendações voltadas para ações públicas e finalmente recomendações para rede comercial de plataformas sociais.

3.5 Pesquisa



Latfem⁵⁵ é uma mídia digital feminista Argentina que oferece um serviço de informação de acesso livre, focado principalmente na América Latina e no Caribe. Formada por feministas e ativistas jornalistas, comunicadores, escritoras, pesquisadoras, fotógrafas,

⁵⁵ Ver: <https://latfem.org/>

ilustradoras e designers que fundou com o apoio da Oxfam a Rede de Jornalistas Feministas da América Latina e Caribe. Fazem jornalismo a partir de uma perspectiva feminista e interseccional com foco nas desigualdades de gênero, classe e raça.

O Instituto Patrícia Galvão⁵⁶ e Gênero e Número⁵⁷ são no Brasil. A primeira é responsável pelo Dossiê Violência Sexual, um portal que organiza diversas informações reúne informações e orientações de quem lida com o problema de violência de gênero virtual — médicas, psicólogas, advogadas, promotoras, defensoras, autoridades policiais e especialistas de diferentes áreas e por isso não possui uma publicação formal. O segundo se define como “uma empresa social que produz e distribui jornalismo orientado por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade”.

Vocesfeministas⁵⁸, Internet Nuestra⁵⁹ e Chidas em Linea⁶⁰ são no México. A primeira é um portal digital que aborda temas e notícias desde uma perspectiva feminista. O segundo é uma iniciativa que busca fortalecer uma agenda de direitos humanos da América Latina em órgãos locais, regionais e internacionais de governança da Internet. O último é um projeto feminista que procura reconhecer e documentar o impacto da violência digital sobre as adolescentes mexicanas e que através da escuta ativa e do diálogo com mulheres jovens procura criar estratégias de resistência e luta para que as mulheres mexicanas possam habitar uma Internet livre da violência sexista.

La Quimera⁶¹, na Nicarágua, é uma revista digital feminista e autônoma que “visa contribuir para a construção de novos horizontes feministas e tornar visíveis os problemas cotidianos e estruturais que as mulheres jovens enfrentam no país, bem como as soluções criativas que as próprias mulheres estão desenvolvendo” (ENREDADAS, [2013a?]).

⁵⁶ Ver: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/>

⁵⁷ Ver: <https://www.generonumero.media/institucional/>

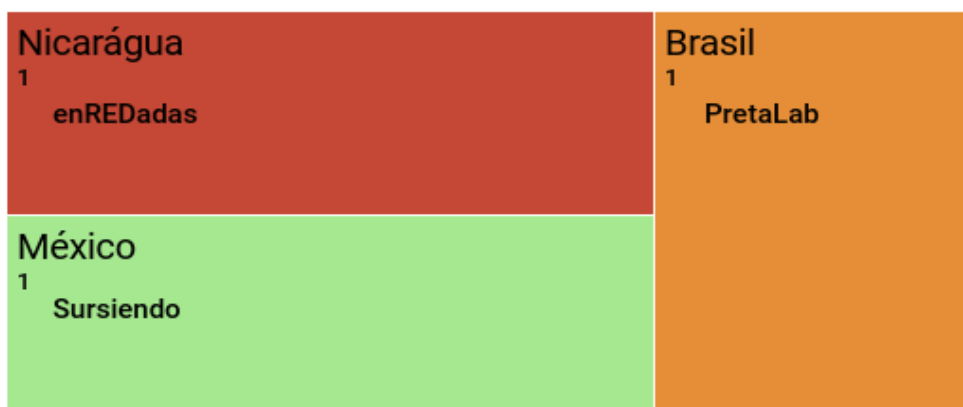
⁵⁸ Ver: vocesfeministas.mx

⁵⁹ Ver: internetnuestra.mx

⁶⁰ Ver: <https://chidasenlinea.org/sin-violencia/>

⁶¹ Ver: <https://www.laquimerafeminista.com/>

3.6 Educacional



Sursiendo⁶² no México realiza oficinas de treinamento e processos de acompanhamento de médio e longo prazo no cuidado digital coletivo, com organizações e grupos que trabalham pela justiça social, equidade e defesa do território para fortalecer os direitos digitais coletivos.

EnRedadas por el arte y la Tecnología na Nicarágua tem o compromisso de ser uma plataforma feminista que gere espaços de troca de conhecimentos, experiências e competências políticas, criativas e tecnológicas entre mulheres. Desenvolve anualmente campanhas digitais que promovem os direitos das mulheres na Nicarágua e “visam tanto o empoderamento feminista quanto a denúncia da violência sexista em todas as suas expressões” (ENREDADAS, [2013b?]). Organiza o FemHack, um hackaton feminista, que é um grande espaço de reflexão, criação e colaboração entre mulheres visando promover o empoderamento tecnológico das mulheres

A PretaLab⁶³ do Brasil é uma iniciativa do Olabi, organização social que trabalha para trazer diversidade para a tecnologia e inovação lutando por oportunidades em que possam contribuir para seu desenvolvimento e para a evolução da sociedade.

3.5 Todas

Há também aquelas que abrangem todas as categorias mencionadas, elas são Amarantas⁶⁴ no Chile, formada por mulheres de diferentes áreas das Ciências Sociais,

⁶² Ver: <https://sursiendo.org/blog/quienes-somos/>

⁶³ Ver: <https://www.pretalab.com/dados>

Humanas e ativistas que olham criticamente para os temas de Gênero, Tecnologia, Diversidades e Direitos Humanos, tendo como base o pensamento decolonial. Seu trabalho está voltado para os problemas locais das mulheres (lésbicas, bissexuais, trans, trabalhadoras, migrantes, deslocadas, assentadas, indígenas) e suas comunidades, buscando se estabelecer como um espaço de pesquisa e ação para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos humanos nas áreas de educação, saúde, cultura, tecnologias e meios de comunicação.

Se propõe, também, a ser um “um espaço de luta contra o racismo, o classismo, a misoginia, a lesbo/transfobia e todas as formas de discriminação e dominação” em meio a essa sociedade patriarcal, colonialista, heteronormativa e neoliberal. Por meio de pesquisas sociais e científicas que se utilizam de metodologias participativas baseadas no diálogo de saberes, elas buscam promover uma transformação social e cultural. Sendo, assim, um ambiente aberto e inclusivo para quem deseja abordar e discutir essas questões, independentemente de sua raça, gênero, etnia ou origem reconhecendo que para formação, pesquisa, olhar crítico e diálogo horizontal é fundamental abarcar diferentes formas de conhecimento, além do acadêmico.

A ausência de dados fez com a organização realizasse uma pesquisa quantitativa com uma perspectiva de gênero, aplicando uma ferramenta de medição (*survey*) para tornar visíveis os diferentes tipos de assédio e vulnerabilidade que as mulheres e a comunidade LGBTQI+ chilenas estão expostas, que culminou no estudo “*Violência de Género em Internet en Chile*” (AMARANTA, 2018).

São responsáveis também pelo Projeto Aurora (AMARANTA, 2020) — o nome do projeto vem do primeiro jornal chileno, La Aurora — que busca formar mulheres no território chileno (cis/tras/não-binaries) em comunicação e cidadania digital. Com uma perspectiva feminista, tem por objetivo a troca de conhecimentos em comunicação digital e a valorização da voz das mulheres na Internet, atuando em pesquisa, oficinas e campanhas comunitárias.

A CodingRights do Brasil, já mencionada, também montou uma cartilha (CODIRIGHTS, 2021) sobre compartilhamento seguro de imagens íntimas. Defendendo a ideia de que mandar nudes é um direito de decisão sobre o próprio corpo e imagem, uma prática de resistência prazerosa e um jeito de agir e se posicionar contra o machismo e a heteronormatividade.

⁶⁴ Ver: <https://amarantas.org/>

Por fim, SocialTIC⁶⁵ é uma organização sem fins lucrativos dedicada à pesquisa, treinamento, acompanhamento e promoção de tecnologia digital e informação para fins sociais. SocialTIC existe para capacitar com segurança os atores da mudança na América Latina, fortalecendo suas ações de análise, comunicação social e defesa através do uso estratégico de tecnologias e dados digitais.

País	Nome	URL
América Latina	Cibermujeres	https://cyber-women.com/es/
	Seguridad Digital	https://seguridad-digital.org/
	Sutty	sutty.nl
	Acoso Online	https://acoso.online/cl
Argentina	LatFem	https://latfem.org/
Brasil	Coding Rights	https://codingrights.org/
	Pretalab	https://www.pretalab.com/
	Treta Aqui	https://www.tretaqui.org/
	MariaLab	https://www.marialab.org/
	Vedetas	https://vedetas.org/
	Clandestina	https://www.clandestina.io/
	Seja Monstra	https://sejamonstra.net/
	Agência Patrícia Galvão	https://agenciapatriciagalvao.org.br
	Gênero e Número	http://www.generonumero.media/
Think Olga	https://thinkolga.com/quem-somos/	
Brasil, Guatemala, Chile, México e Bolívia	Ciberseguras	https://ciberseguras.org/
Chile	Amarantas	https://amarantas.org/
Colômbia	Alerta Machitroll	https://mtroll.karisma.org.co/index.php
Equador	La Libre	https://lalibre.net/
Guatemala	Ciberfeministas Guatemala	https://ciberfemgt.org/
Mexico	Luchadoras	https://luchadoras.mx/
	Sursiendo	https://sursiendo.org/blog/quienes-somos/
	Libres em línea	https://www.libresenlinea.mx/
	Vita Activa	https://vita-activa.org/
	Vocesfeministas	vocesfeministas.mx

⁶⁵ Ver: <https://socialtic.org/>

	Chidas en Línea	https://chidasenlinea.org/
	SocialTIC	https://socialtic.org/
	Internet Nuestra	https://internetesnuestra.mx/
Nicarágua	La Quimera Feminista	https://www.laquimerafeminista.com/
Paraguai	TEDIC	https://violenciadigital.tedic.org/
Peru	Hiperderecho	https://hiperderecho.org/tecnoresistencias/

CONCLUSÃO

O corpo ciborgue se encaixa na ideia de um corpo como um fenômeno físico, metafísico e cultural apresentado por Karen Barad (2007), e não apenas uma entidade biológica, mas uma construção social. Junto de Donna Haraway (2009), Karen Barad (2007, 2014) — uma das maiores referências nos estudos neomaterialistas — desenvolveu teorias que definem o humano, o não-humano, o tecnológico e o natural como agentes que constroem em conjunto os parâmetros do mundo (ALAIMO; HEKMAN, 2008).

O ciborgue opera na “trans-corporealidade” de Stacy Alaimo, o que ela chama de espaço temporal em que a corporalidade humana, em toda a sua carnalidade material, é inseparável da “natureza” ou “ambiente”. Esse contato entre corporalidade humana e natureza mais que humana proporciona possibilidades éticas e políticas cruciais (ALAIMO, 2008) porque corpos não têm significados inerentes.

Todas essas ciborgues são exemplos de imaginários sociotécnicos, ou seja, como a ciência e a tecnologia se envolvem na execução e produção de visões diversas do bem coletivo e conectadas com a realidade da América Latina, produzindo conhecimento situado e atuando de acordo com as epistemologias feministas do Sul nos apontam sobre as particularidades das mulheres e minorias de gênero da região. Ao contrário de meras ideias e modas, a imaginação sociotécnica é coletiva, durável, capaz de ser executada, temporalmente situada e culturalmente particularizada, sendo ao mesmo tempo produto e instrumentos da coprodução da ciência, da tecnologia e da sociedade na modernidade.

São “maneiras pelas quais as esperanças e desejos das pessoas para o futuro — seu senso de identidade e sua paixão por como as coisas deveriam ser — ficam ligadas às coisas difíceis de antigas realizações” (JASANOFF 2012b apud JASANOFF 2015, p.22) ou seja, apontam realizações culturais passadas e adiante para futuros promissores e alcançáveis, ou para futuros a serem evitados (JASANOFF, 2015).

Imaginários, por definição, são conquistas de grupos e não são causa nem efeito no sentido convencional, mas sim, uma consciência continuamente rearticulada da ordem na vida social que não são propriedade exclusiva dos atores estatais. Ele oferece uma entrada irrestrita nas realidades coproduzidas que temos o poder de remodelar por meio de nossa imaginação criativa e coletiva

Tais iniciativas operam não apenas como sistemas pragmáticos de produção, mas como tecnologias de justiça social, criando um hábito de justiça e responsabilidade cívica no tecido da vida cotidiana. A sociedade justa, portanto, flui não apenas das políticas e diretrizes do governo para baixo, mas também de baixo para cima, através dos comportamentos individuais e coletivos das pessoas comuns.

CAPÍTULO 4: POR UMA CIBORGUE DO TERCEIRO MUNDO

Octavia Butler em *Kindred: Laços de Sangue* (2019) diz que começou a escrever sobre poder porque era algo que ela essencialmente não possuía. A “Grande Dama da Ficção Científica” como era (é) chamada, desde muito cedo percebeu a importância dos imaginários para enfrentar as dificuldades da sua própria realidade, pois ao mesmo tempo em que eles criam possibilidades de análises sobre angústias e problemáticas antigas, ajudam a fazer mais sentido sobre o presente, abrindo portas para compreensões no/do futuro (esses escapes da realidade podem tanto fazer sentido no futuro, quanto para nossa própria formulação do que será esse futuro).

O imaginário social que constrói diariamente as visões sobre poder no ciberespaço ainda são abordagens, quando não marginalizadas, cercada de caixinhas. Como vimos ao longo desse trabalho, é imperativo um caráter multidisciplinar para sua compreensão, mas o que ainda ocorre é que muitos destes estudos não dialogam entre si e na grande maioria das vezes se dividem entre visões utópicas e distópicas dos acontecimentos — e dos seus desdobramentos.

Ou seja, ou o papel das tecnologias digitais é superenfatuado em sua condução de forças sociais, na qual processos culturais e revoluções geram expansões necessariamente positivas levando à um aumento da participação política, da sociedade civil e da democracia e alterando o equilíbrio de poder na sociedade em rede (JENKINS, 2006; SHIRKY, 2011; CASTELLS, 2008); ou, em contraste, ele é abominado como uma ameaça à democracia, profundamente enraizadas nos mecanismos de exploração, no cerne do capitalismo comunicativo da qual governos e corporações usam para manipular usuários e legitimar suas identidades (DEAN, 2005; FUCHS, 2013).

Nesse padrão binário, Marck Zuckerberg é ou o vilão que não entendia (e provavelmente não queria entender) o escopo e a escala de problemas que ajudou a desencadear na sociedade com a desinformação em sua plataforma, o Facebook, (MULLANEY, PETERS, *et al.*, 2021); ou, um dos principais responsáveis pelas esperanças da humanidade, podendo ser considerado o líder distante da revolução árabe (COHEN, 2011).

O trabalho aqui executado buscou se deslocar desses vieses encontrados na simplificação excessiva dessa lógica binária. Isso porque levar em consideração um não é excluir o outro. Esse determinismo e/ou instrumentalismo tecnológico restringem nossa compreensão da complexidade dos imaginários sociotécnicos, que existem em uma constante tensão entre suas forças conservadoras e progressistas, como já tinha nos apontado Donna

Haraway na década de 80. E mais, essa forma de análise não contempla as realidades desses corpos que habitam o território da América Latina.

As ciborgues aqui adotadas, ou seja, as iniciativas ciberfeministas que tratam sobre a violência de gênero digital no território latino-americano são entendidas como visões e propostas críticas aos imaginários sociotécnicos que disputam o ciberespaço. Cada uma delas nos fornece chaves para construir nossos próprios imaginários e avançar na busca pela superação daqueles que já existem e que não constroem parâmetros justos de sociedade.

De particular interesse é observar como cada categoria nas quais elas foram divididas se encaixam no papel instrumental e transformador de desenvolvimento de novas práticas e imaginários tecnológicos, possibilitando a transformação e geração de imaginários sociais mais amplos que coletivamente sustentam entendimentos de objetivos sociais e futuros desejáveis alcançados por meio da tecnologia.

Ao dividir em quatro as formas como essas iniciativas se apresentam, ressaltarei outro importante caráter destes imaginários que é sua capacidade de coexistir em um diálogo compartilhado (LEHTINIEMI e RUCKENSTEIN, 2019). Se há diversas agentes operando em diversas escalas olhando para diversos problemas, por mais que haja diferença no grau de assentamento destes imaginários na sociedade, eles existem em multiplicidade (JASANOFF e KIM, 2015).

Por vezes, podem se sustentar em perspectivas e valores opostos e coabitar em relações de tensão, mesmo promovendo novas práticas e empregando a tecnologia para cumprir objetivos de justiça social ou participação política. A análise da formulação da competição entre imaginários sóciotécnicos permite uma compreensão da produção de hegemonia na era digital. A partir desta perspectiva, o conhecimento não é "encontrado" utilizando procedimentos positivistas, mas é construído por e através de proposições distintas e especificáveis pelas comunidades que nela engajam. No caso das iniciativas aqui abordadas, elas se estabelecem em uma relação de dialética produtiva e suas forças têm o potencial de alterar tanto nossa visão do mundo quanto nossa própria teoria do conhecimento (LEHTINIEMI e RUCKENSTEIN, 2019).

Este estudo é crítico, também, porque esses grupos de segurança digital, pesquisa, educacional e de artifícios de resistência se localizam em uma longa tradição de movimentos feministas latino-americanos, dialogando com a vasta literatura de ativismo social, teorias feministas, e teorias sobre o Terceiro Mundo que fazem críticas às estruturas de poder

coloniais que atuam na região em termos de classe, raça, sexualidade, geografia, entre muitos outros aspectos.

Principalmente, porque tais literaturas feministas há muito partem da noção de que a tecnologia incorpora e está incorporada no social, de maneiras que as relações sociotécnicas se manifestam tanto materialmente em objetos físicos e instituições, como de maneira semiótica em símbolos, idiomas e identidades, e que tudo isso sempre esteve em coprodução com a natureza e os agentes não-humanos.

Ou seja, neste trabalho elas ocupam um território a ser explorado e cartografado para as Relações Internacionais por atuarem como estratégias de desmontagem e resistência dos dispositivos do jogo de forças, atuando de maneira diversificada, escapando territorialidades geográficas e influenciando subjetividades que atuam na transformação das disputas de poder a nível transnacional.

Se tomarmos a ideia de Jota Mombaça de que “o poder opera por ficções, que não são apenas textuais, mas estão materialmente engajadas na produção do mundo” (MOMBAÇA, 2016, p. 1), então devemos enfrentá-las no terreno delas. Toda cartografia tem algo de ficção, só depois de várias viagens pelos territórios do pensamento é que os traços cartográficos podem ser validados, melhorados ou descartados: deixo essa tarefa para a ciborgue.

“A ciborgue é uma matéria de ficção e também de experiência vivida – uma experiência que muda aquilo que conta como experiência feminina no final do século XX. Trata-se de uma luta de vida e morte, mas a fronteira entre a ficção científica e a realidade social é uma ilusão ótica” (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2009, p.36).

4.1 Derrubando as ficções

4.1.1 *Corpo virtual x corpo real*

Os movimentos feministas sempre fizeram do corpo instrumento político. Como já mostrado nesta dissertação, o corpo da mulher e das pessoas LGBTQI+ sempre foi alvo de disciplinamento e regulação estatal. O imaginário social que permeia a sexualidade e o gênero se constituiu em um binário da relação homem-mulher para manutenção da sociedade capitalista. Com o passar do tempo, outros formatos de família foram surgindo, mas Ochy Curiel (2013) nos aponta que mesmo estabelecendo uma outra composição de gênero, as relações homossexuais ainda se constituem dentro da matriz heterossexual, ou seja, em formatos de relações que perpetuam performances e papéis de gênero e que visam cumprir expectativas do modelo de relacionamentos societalmente aceitos e validados.

Sendo assim, compreendemos que as violências de gênero que ocorrem no ciberespaço visam disciplinar corpos específicos ainda dentro da lógica colonial-patriarcal que age sobre os corpos na geografia física. Como ocorre toda vez que as estruturas de poder se atualizam em determinado espaço-tempo histórico, essa violência irá adquirir características específicas tanto por se concretizar no ciberespaço, quanto a depender de onde essa ciborgue se encontra e quais as outras categorias a atravessam, como os exemplos do capítulo 2 nos mostraram.

Se antes com os jogos de Realidade Aumentada ou bem no início quando a internet wi-fi ainda não tinha sido inventada e distribuída globalmente (de maneira que a participação dos usuários se dava somente por meio de páginas estáticas), ainda se imaginava uma divisão entre sujeitos online/offline, pude demonstrar que tal ideia não se mantém atualmente com nossa experiência pós difusão da internet sem fio.

A ciborgue de Donna Haraway nunca deixou de contemplar a condição material de sua existência: “A ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto da realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica” (HARAWAY, KUNZRU e TADEU, 2009, p. 37), e, sempre esteve em uma posição de conflito na qual havia possibilidade da reprodução do poder advindo da sua natureza militar. Não é justo (e nem correto) imputá-la uma característica utópica.

E a mesma defesa eu faço de Sadie Plant. Plant nas suas análises já tinha dado indícios e se aberto à possibilidade de que essas violências ocorressem também no ciberespaço. De fato, há um otimismo em sua análise, mas não é um otimismo acrítico. Ela enxergava o ciberespaço como um espaço de “descodificação” e alinhava essa lógica ao que não era codificado, ou seja, o que não se encaixava nos termos branco hetero cis patriarcal (PLANT, 1996) — para ela, as mulheres. A realidade se concretizou de maneira diferente, é verdade, mas não ao ponto de fazer entender como se ela nem sequer tivesse visualizado essa diferença de raças, classes e sexualidade quando da expressão cibernética.

Sendo assim, a ciborgue já contempla em sua possibilidade existencial a influência e execução de forças de poder advinda da sua estrutura material — e que só se estabelecem em termos de hierarquização e subjugação porque se somam à sua característica discursiva. Desfazer a ideia de que o ciberfeminismo foi somente uma abstração de mulheres do Norte Global que situa(va)m a descorporificação como chave de atuação do futuro do movimento feminista é muito importante para que possamos engajar com imaginários sociotécnicos

condizentes com a nossa realidade e evitar reproduzir certas reflexões que limitam as condições de possibilidade dos nossos pensamentos.

O ciberfeminismo não fala sobre uma “superação” do corpo em um sentido de perda da sua dimensão material, da irrelevância de sua materialidade. Quando elas falam em “obsolescência do corpo” elas estão se referindo aos signos que se inscrevem sobre os corpos em termos de gênero e sexualidade, de maneira que o corpo entendido como corpo masculino ou feminino, tendo em vista uma definição biológica e os significados que isso carrega, é que vão se tornar obsoletos. Na realidade, elas nunca falaram em termos de *abstração* corporal, mas em *multiplicidade* e o fim da lógica que separa corpo/mente.

É justamente na compreensão de que o corpo e a mente não estão desassociados que a ciborgue nos ajuda a entender como as violências que ocorrem no ciberespaço são violências reais, porque é uma composição que não existe em separado. Se a maioria das violências retratadas aqui não atingem as mulheres diretamente em seu corpo físico, mas atuam sob sua psique e modificam sua rotina (muitas mulheres precisam se mudar, trocar seu endereço, número de telefone após sofrerem tais violações), então está demonstrado que a fronteira do real/virtual foi derrubada — se é que podemos afirmar que existiu.

Não é possível dividir o corpo eletrônico que resiste no espaço cibernético das referências que o constituem nas condições materiais do seu corpo físico, condições que são determinadas pela maneira como as questões de raça e/ou gênero foram inscritas no território latino-americano pela modernidade. Donna Haraway diz “nossos corpos são nossos eus; os corpos são mapas de poder e identidade. Os ciborgues não constituem exceção a isso” (HARAWAY, KUNZRU e TADEU, 2009, p. 96).

Essas ciborgues se constituem como agentes da construção de novos imaginários acerca da perniciosidade representada pelas violências de gênero no mundo virtual para mulheres do continente latino-americano e do perigo que representam como um todo. Não são uma escala inferior, menor ou menos preocupante de agressão. Ao mesmo tempo, são uma matriz que representam uma vasta condição de possibilidade para resistir aos dispositivos que operam neste território.

O manifesto de Donna Haraway nos fornece importantes reflexões para (re)pensar a relação do gênero com a tecnologia e, sobretudo, da apropriação da tecnologia pelos feminismos e de onde podemos partir — agora e no futuro — para modificar as vivências de quem vive sob regimes sociotécnicos desiguais e injustos. O caráter ontológico da ciborgue

nos constitui como uma possibilidade de ocupar o ciberespaço de uma maneira “(...) Não mais estruturado pela polaridade do público e do privado” (HARAWAY, KUNZRU e TADEU, 2009, p. 39) e nos coloca em conexão com a matrix, e assim, em comunicação instantânea com as demais ciborgues.

Se durante os anos 70-80 o slogan era “o pessoal é político”, hoje podemos dizer “o digital é real”. Partimos agora, para nossa próxima ficção.

4.1.2 Público x privado / global x local

A ciência e a tecnologia modificaram a localização histórica das mulheres nas sociedades industriais avançadas. Haraway aponta que se algum dia a dicotomia público x privado existiu (onde já houve uma operação dividida entre casa/trabalho, pessoal/político), agora com as mulheres no “circuito integrado” há o que ela chama de profusão “de espaços e identidades e a permeabilidade das fronteiras no corpo pessoal e no corpo político. A ideia de “rede” evoca tanto uma prática feminista quanto uma estratégia empresarial multinacional – tecer é uma atividade para ciborgues opositoristas” (HARAWAY, KUNZRU e TADEU, 2009, p. 76).

Em nenhum dos locais que a ciborgue está vai haver uma posição específica que as mulheres ocupam e todos eles possuem redes de poder e de vida social (escola, trabalho, igreja). A partir do momento que se compreende as estruturas que os compõem, seria possível construir novas alianças e coalizões e nenhuma delas partir da perspectiva de um eu unitário. Haraway ressalta que elas terão grandes consequências para as mulheres e outros grupos — consequências muito diferentes para as diferentes pessoas.

Sem saber, a forma como ela descrevia a ciborgue já estava se referindo à inserção dos movimentos de mulheres, feministas e LGBTQI+ no ciberespaço. O imaginário da ciborgue nos dá muitas ferramentas para entender como os movimentos de mulheres ativistas — as ciberativistas — se situam nesse novo espaço de interação e organização que geram maneiras autônomas, porém coletivas, de produção da identidade social.

Como mencionado no capítulo 1 desta dissertação, Habermas em 1962 desenvolveu a noção de esfera pública, entendida como domínio social das discussões em que os cidadãos privados se engajam quando reunidos em público, uma arena, portanto, distinta do Estado. O público de Habermas, no entanto, pressupõe o homem branco ocidental porque constituiu a esfera pública como espaço de cidadania, e na lógica colonial, nem todos ganham esse título

— mulheres, crianças e idosos, por exemplo, ficam de fora, como já demonstrado por autoras feministas como Saffioti (2011).

A atuação das ciberfeministas no ciberespaço dá mais força e potência ao imaginário do feminismo latino-americano como movimento transnacional e plural, que escapa às fronteiras do Estado e cuja essência é o seu caráter de um coletivo contestatório que busca modificar suas condições e se tornam participantes da produção diária de uma contra-política. Estes grupos sociais não hegemônicos utilizam o ciberespaço como local para circular contradiscursos. Julieta Paredes (2014) diz que

o feminismo latino-americano e do Caribe tem uma característica central: o encontro, a necessidade de encontrar-se, com todos os desencontros que isto implica, o que também permitiu aprofundar posições, propostas teóricas e estratégias de luta que deram forma aos feminismos nestes territórios. Encontrar-se estava também profundamente ligado à autonomia a construir-se em um espaço próprio” (PAREDES, 2014, p.45)

O ciberespaço expande o movimento ciberfeminista latino-americano e sua atuação faz com que elas disputem o imaginário sociotécnico da região. Mesmo estando lugares geograficamente distantes, ao constatarem a importância de suas conexões e da construção coletiva, elas se conectam e, concomitantemente, o movimento se atualiza e se reconfigura a cada novo ato por elas empregado em conjunto com o que se espera e se busca para o futuro do movimento.

Essas redes interconectadas podem nivelar hierarquias, ou transformá-las completamente em novos tipos de espaços onde a própria territorialidade se torna extinta. É isto que acontece com as violências de gênero que ganham caráter desterritorializado, atravessando fronteiras e desafiando políticas internas de cooperação. No entanto, as iniciativas que atuam para enfrentá-las, também. Graças às suas preocupações em entender as nuances dessas agressões, elas expõem diversos mecanismos até então não compreendidos/visualizados sobre o funcionamento do ciberespaço que afetam diversas estruturas sociais que poderiam de outra maneira não serem compreendidas no âmbito estatal.

4.1.3 “Mulher” e “gênero”

“Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – “ser” mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis” (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2009, p.47).

A ciborgue aponta para uma possibilidade de entender a relação ciência-tecnologia-cultura de modo a desvendar as relações de poder e as construções epistemológicas do conhecimento ocidental que criam e perpetuam uma diferenciação entre o ‘eu’ e o ‘Outro’ (MIGNOLO, 2002). Ela entende que por muito tempo o racismo e o colonialismo fizeram parte das construções feministas ocidentais, e por isso, não defende qualquer naturalização de uma suposta matriz identitária (HARAWAY, KUNZRU e TADEU, 2009, p. 52).

Grande parte dos escritos feministas ocidentais colonizam discursivamente as heterogeneidades materiais e históricas das vidas das mulheres no terceiro mundo. A ciborgue atua fora da “linha” divisória entre o referencial e o “não-ideal” que Mohanty (1988) aponta. Esta linha geralmente coloca a mulher de cor como vítima, de um opressor que geralmente é o homem — ou seja, a chave de análise se concentra no patriarcado — em oposição à mulher ocidental empoderada. “A inocência, bem como a consequente insistência na condição de vítima como a única base para a compreensão e a análise, já causou suficientes estragos” (HARAWAY, KUNZRU e TADEU, 2009, p. 59).

A ciborgue já tem em seu código a consciência de que conceito de mulher é escorregadio e acaba funcionando como uma desculpa para a matriz das dominações que as mulheres exercem umas sobre as outras (HARAWAY, KUNZRU e TADEU, 2009, p. 47). Dessa forma, as práticas das iniciativas trabalhadas nesta dissertação já partem de um entendimento atento ao discurso anticolonialista, compreendendo as diferentes condições materiais das mulheres e pessoas LGBTQI+, que envolvem raça, sexualidade, idade, geografia entre muitos outros fatores. Entendendo, também, que dentro destes grupos haverá diferentes posicionalidades que precisam ser tratadas em suas diferenças.

Além disso, Haraway aponta que as “mulheres de cor” é uma das possibilidades de identidade ciborgue. Em seu mito político, *a Sister outsider* de Audre Lorde (1984) “sugere a possibilidade da sobrevivência do mundo não por causa de sua inocência, mas por causa de sua habilidade de viver nas fronteiras, de escrever sem o mito fundador da inteireza original” (HARAWAY, KUNZRU e TADEU, 2009, p. 88).

À medida que o ocidentalismo é desconstruído, junto com ele também as identidades do Ocidente – incluindo as das feministas – são desestabilizadas e isso vai interferir diretamente nos imaginários sociotécnicos na região. Se considerarmos que imaginários sociais mais amplos podem ocorrer através do desenvolvimento de novas práticas e imaginários associados

em grupos ou coletivos, então o trabalho dessas iniciativas é extremamente importante para influenciarem demais empreitadas — e esta dissertação é um exemplo disso.

Judith Butler (1999) diz que “mulher” não circunscreve tudo que uma pessoa é, e que, portanto, não há base universal para o feminismo que componha uma identidade existente em diferentes culturas e nem uma noção de um patriarcado universal. Esta não é a única relação que condiciona a vida das mulheres, e, a depender do contexto, pode não ser a principal, porque também existem outras modalidades, como a raça, classe, sexualidade, entre outras.

Além de funcionar sobre um outro imaginário de raça, a ciborgue também contempla a noção de “um mundo pós-gênero: ele não tem qualquer compromisso com a bissexualidade, com a simbiose pré-edípica, com o trabalho não alienado” (HARAWAY, KUNZRU e TADEU, 2009, p. 38). O pós-gênero é um caminho de liberdade para um mundo além do gênero, não em termos de uma obsolescência das categorias de homem e mulher, mas de uma transformação radical e inserção em novas séries já não mais dicotômicas. As identidades para a ciborgue são contraditórias, parciais e estratégicas de maneira que gênero, a raça e a classe não podem mais formar a base da crença em uma unidade *essencial*.

Dessa forma, podemos entendê-la como um símbolo da teoria queer e LGBTQI+. É o que a elaboração de Jaqueline Gomes de Jesus sobre o transfeminismo nos permite relacionar. O transfeminismo, como categoria em construção do feminismo, se apresenta como resposta teórica e política ao feminismo essencialista de base biológica que não reconhece a distinção entre gênero e sexo e reforça estereótipos sobre os corpos; questionando a fixação de papéis baseados nos termos biológicos de sua sexualidade, e com isso, toda a subordinação resultante deste processo.

A ciborgue nos permite posicioná-la como um conceito que, assim como o transfeminismo

rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou emasculados; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas (GOMES, 2014, p. 243).

A ciborgue possibilita, assim, desconstruir os estereótipos femininos e masculinos estabelecidos nos usos subversivos das tecnologias digitais, das narrativas e códigos para além das relações de gênero; elaborando novas estratégias de enfrentamento e temas de

investigações feministas; desenhando uma política de presença e corporização contingente no combate aos discursos sexistas e racistas; e, englobando outros discursos, críticas e práticas de mulheres e pessoas LGBTQI+ reprimidas nos ambientes off-line e digital.

4.1.4 Subjetividade

Subjetividade: É a qualidade do que é subjetivo, indicando uma relação essencial ao sujeito. Daí a sua contraposição à objetividade. Trata-se da propriedade constitutiva do fenômeno psíquico do sujeito autoconsciente e pensante, que só pode ser experimentado por ele. Caracteriza, pois, a interioridade da pessoa, o seu caráter de individualidade irreduzível a qualquer conceito geral (MIRANDA, In: SOUZA, 2005, p.32).

A noção do sujeito que ganhou substância em Descartes e no pensamento iluminista é a de um “eu” como base de todo conhecimento e experiência do mundo (antes de ser qualquer coisa, eu sou eu), definido pelas faculdades racionais que pode usar para organizar o mundo (eu faço sentido) (MANSFIELD, 2000). Ou seja, as noções de sujeito e subjetividade foram forjadas no cartesianismo “penso, logo existo” que dominou o pensamento ocidental por séculos. Essa ideia começou a perder sua influência e dessa forma proliferaram-se as teorias e áreas que se voltam ao estudo da “crise do eu” ou “crise da subjetividade”, rejeitando justamente a ideia e “definição de um sujeito universal, estável, unificado, totalizado e totalizante, interiorizado e individualizado” (SANTAELLA, 2004).

Seja a subjetividade polifônica de Guattari que aborda agenciamentos coletivos de enunciação humana junto com devires animais, vegetais, maquínicos etc.; seja a subjetividade deleuziana da topologia da dobra e que nos permite seguir labirintos e entrelaçar coisas diferentes (SANTAELLA, 2004), seja Foucault que diz que a subjetividade não é uma expressão livre e espontânea de nossa verdade interior, mas foi inventada por sistemas dominantes para nos controlar, administrar e corrigir, para que nos policiemos e nos apresentemos da maneira correta (MANSFIELD, 2000), todos buscam escapar do velho “eu”.

A ciborgue vai entrar nesta tradição de crítica a um eu unitário e que trabalha a partir de uma perspectiva de dispersão. Argumenta que “nós” não queremos mais nenhuma matriz identitária natural, não produzindo, assim, dualismos antagônicos sem fim (ou até que o mundo tenha fim) e que nenhuma construção é uma totalidade. Ela já sabe que esse “sistema feito para nos dominar”, como disse Foucault, tem nome e se chama prática colonial: a eliminação intencional de toda diferença, por meio do artifício da não existência “essencial”. A ciborgue questiona as tradições que eliminam (mesmo que de forma involuntária) a diferença e que constituem o “outro” em contraste com o “eu” (dominante).

Hassan e Sutherland (2017), ao pensar o eu digital, afirmam que a lógica digital é "antinatural" no sentido mais literal. Segundo os autores, o "análogo" significa uma pessoa ou coisa correspondente ou equivalente à natureza, justamente o que representa os humanos, pois fazemos parte da natureza. Sendo assim, até o surgimento da lógica digital (já mencionada), as ferramentas desenvolvimentos refletiam a natureza nosso ambiente imediato.

Na medida em que vamos em direção a uma lógica de um mundo virtual, que não tem analogia nas complexas ecologias de organismos que compõem a vida na Terra — e dos quais os humanos são uma parte componente —, isso representa consequências potencialmente catastróficas para nossa própria subjetividade. Principalmente porque a subjetividade humana está sendo subjugada à uma nova forma de disciplina de tempo via internet que substitui o relógio por uma tecnologia que é um "tempo de rede" (HASSAN e SUTHERLAND, 2017).

A ciborgue, no entanto, não consegue sequer identificar o que é análogo e o que digital, já que o dualismo homem/natureza já foi desfeito. A cultura da tecnologia contesta esses dualismos e já não consegue identificar quem faz e quem é feito na relação entre mente/corpo/máquina. A cada dia mais nos tornamos mais ciborgues, híbridas, mosaicos, quimeras.

Hassan & Sutherland (2017) vão ter uma visão bem diferente de Donna Haraway (2009). Há de se ter em vista que os escritos foram realizados em contextos e períodos diferentes, mas, enquanto para eles, investir na "magia" do digital é obscurecer a antiga relação com as tecnologias analógicas, que proporcionavam agências que o mundo digital nos extrai — nos tornando dependentes de uma realidade feita por computador em vez de criá-la nós mesmos —, Haraway aponta que a ciborgue nos sugere uma gama de possibilidades, de novas ações e elementos a serem explorados como um trabalho político — é apenas de onde estamos agora, em um mundo tecnologizado, que nossa política pode começar.

4.1.5 Linguagem

Desde o princípio, as ciberfeministas vão trabalhar com uma série de analogias e metáforas buscando estabelecer um discurso e um vocabulário que escapem da construção masculina da ciência e da tecnologia. Mais, suas expressões são tentativas de criar formas de encarar a realidade que incluam, desde aquele momento, aspectos que para elas são fundamentais para pavimentar o caminho que elas buscavam: um caminho fora dos binários de gênero, principalmente.

Quando o coletivo VNS Matrix escreve seu Manifesto Ciberfeminista para o século 21 (1991), elas dizem “nós somos a boceta do futuro”⁶⁶ e o “clitóris é uma linha direta para a matriz”, justamente partindo de uma concepção das relações com a tecnologia ressaltando a importância de outras formas de imaginação mais conectadas com o feminino, mas sem reificar o essencialismo biológico da diferença homem/mulher.

Ainda buscando criar seus próprios símbolos, códigos, linguagens e significados, Sadie Plant (1996) vai resgatar uma das personagens que hoje é das mais importantes para o movimento feminista, Ada Lovelace. Ela ficou conhecida como a primeira programadora de computadores da história quando em 1833 desbravou a Máquina Diferencial. Esta máquina era um sistema de cálculo e por meio dela deu seus primeiros passos na programação investigando o sistema que permitiu especificar as operações; um projeto que representou antecipar quase um século nas bases de programação dos computadores.

Além de Ada Lovelace, Plant (1996) também vai utilizar da relação das mulheres com os teares para criar uma conexão com o funcionamento da Internet como rede. Segundo ela, as mulheres tecelãs seriam programadoras (de maneira metafórica), pois estariam adaptadas às habilidades da informática moderna, e que as máquinas de tecer funcionariam como redes e as mulheres como “tecelãs da informação” (CASTAÑO, 2015, p. 52).

Se os filósofos tradicionais, os pensadores iluministas, a Igreja Católica e diversos outros atores ao longo da história conceberam, estabeleceram e atualizaram os imaginários sobre sexo, gênero, sexualidade, cidadão e *homem* (como representação de ser humano), então as ciberfeministas foram as responsáveis por estabelecer o imaginário sobre *a ciborgue*, essa sujeita que vive e não respeita regras engessadas de tempo-espço e nem em outros termos relativos a sua subjetividade humana.

Para falar de subjetividade, de robôs, de ficção científica, de humano/não-humano ou humano-natureza-máquina, é preciso passar pelas noções construídas por Sadie Plant e Donna Haraway. Ou seja, qualquer análise que queira discutir mais a fundo aspectos relativos à existência digital, maquínica e/ou além do humano, vai precisar levar em conta uma reflexão consideravelmente mais profunda sobre gênero, e este é um passo importantíssimo (e ímpar) na constituição de epistemologias e ontologias científicas.

⁶⁶ VNS MATRIX, disponível em: <https://br.geocities.com/worgtal/2004/vns.htm>. Acessado em 10 de jun. de 2021.

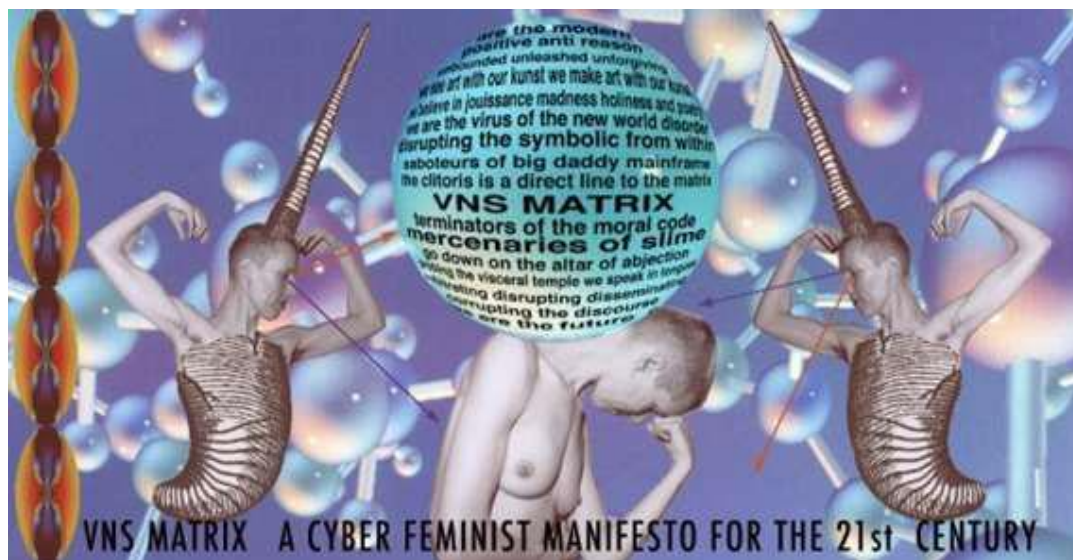


Figura 8: Manifesto Ciberfeminista VNS Matrix

Fonte: <http://www.sterneck.net/cyber/vns-matrix/index.php>

Há várias abordagens do ciberfeminismo e o que todas elas compartilham é a crença de que as mulheres e a população LGBTQI+ devem tomar o controle e se apropriar do uso de tecnologias cibernéticas na tentativa de se libertarem dos que as aprisionam e na busca de formas mais genuínas e fluidas de existirem. As ciberfeministas desde o início do funcionamento do ciberespaço e das redes interconectadas procuram usar as tecnologias para criar espaços online de ativismo, pesquisa, assembleia, discussão, criação, propagação de ideias, etc.

Elas são produtoras de conteúdo, criadoras de códigos, analistas de dados, administradoras ou moderadoras de grupos, eventos e páginas, líderes de iniciativas em prol de softwares livres e de autonomia digital, designers, programadoras, entre muitas outras atividades. No geral, são mulheres e pessoas LGBTQI+ que se envolvem ativamente em todos os tipos de atividades que o ciberespaço lhes permite usufruir, buscando agir sobre todas as crenças coletivas das nossas teorias sociais que já foram estabelecidos com um certo grau de segurança sobre como a sociedade funciona (ou deve funcionar) que estão intrinsecamente relacionados à tecnologia.

As iniciativas feministas trabalhadas nesta dissertação evocam uma coletividade (uma identidade e um desejo coletivamente), uma conexão e sensação de multidão, que borra os contornos do indivíduo e habita um corpo expandido; além de explorar a diversidade de personalidades como um lugar de potência anticapitalista e anti-hegemônica. Performam o espírito ciborgue de Donna Haraway trabalhando para que elas e as demais minorias de

gênero experimentem exercer múltiplas identidades não somente como forma de defesa, mas também para criarem outras formas criativas de estar no mundo e estabelecer novas matrizes de possibilidades

Enfatizando que, indo além do que pode ou não ser alcançado, é sobre como a vida deve ou não deve ser vivida. Por isso, suas interações são entre as imaginações positivas e negativas, utopia e distopia. Elas versam sobre as violências que esses corpos experimentam, de que maneiras, mas também sobre o que fazer para enfrentá-los e como avançar nas propostas de uma sociedade melhor e isso envolve, por exemplo, a defesa do anonimato.

O anonimato, seja por experimentação ou por proteção, garante que elas sejam “uma, nenhuma, e cem mil. Ser outra”. O anonimato salva vidas e permite que os desejos sejam experimentados com mais liberdade. Usufruir das possibilidades de ser várias é um exercício que amplia os discursos possíveis, e nos possibilita uma abertura para ser o que queremos ser, para nos transformar, e assim, elas expressam de maneira compartilhada quais são os futuros (e passados) desejáveis ou indesejáveis relacionados aos avanços na ciência e tecnologia (JASANOFF e KIM, 2015, p. 19).

Assumir nossa ontologia ciborgue pode abrir portas para novos discursos e estratégias e, com isso, se aproximar do chamado feito por Chandra Talpade Mohanty (1988) por uma política feminista inclusiva, descolonizadora e anticapitalista que permite uma solidariedade e consciência coletiva, engajando criticamente com outras percepções além das agendas hegemônicas. O feminismo é um movimento que já trabalha com uma longa história de desenvolvimento e potencialização de estratégias, teorias, métodos e metas ao logo do tempo e do espaço, e que contará com a virtualidade e as tecnologias da informação e da comunicação para mais um acumulado de considerações sobre seus rumos.

A ciborgue é uma política para um tempo em que a luta pela emancipação não passa pela afirmação de uma identidade oprimida, pois talvez esteja mais claro que nenhuma política de identidade pura é possível, seja as mulheres puras, as trabalhadoras puras, pessoas de cor, LGBTQI+, povos indígenas, ecoativistas e atores não humanos. A ciborgue é aliança e é tensão, uma relação entre agentes responsáveis e conectadas. Gênero é uma relação, não uma categoria pré-formada de seres ou uma posse que se possa ter.

A luta da ciborgue é contra o código único, contra toda significação e tradução perfeita. É o fim do ou/ou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi traçada no e a partir do plano da experiência da cartógrafa-pesquisadora: averiguando as atualizações tanto do que por vezes deixou-se escapar sobre as maneiras como se captura e anula esses corpos, quanto das linhas de fuga que agem na atualidade digital como um antídoto a essas práticas; distinguindo as singularidades que atuam nesse processo de assujeitamento em termos de raça, classe, sexualidade e gênero em especial na América Latina, fundamentalmente atravessada pela questão colonial-patriarcal-capitalista; quais são as forças e os discursos em disputa no ciberespaço; estabelecendo categorias para os grupos pesquisados sobre violência de gênero virtual; relatando o desdobramento destes acontecimentos para as práticas internas e externas de países; das alterações dos entendimentos acerca de conceitos como violência, fronteira, soberania, liberdade, território, segurança, direitos, sociedade, comunidade, política, público, privado, entre muitos outros aspectos da vida moderna.

Se a cartografia não se propõe a construir mapas, mas a investigar relações, reveses, intervalos e entrelaçamentos presentes em cada investigação, se é uma desterritorialização que permite romper com um sistema já estabelecido, então, explorar as relações de força que estão atuando no ciberespaço quando das violências de gênero faz emergir uma perspectiva do universal que se conecta às singularidades, com as diferenças e com o atual.

Voltar-me à trajetória dos movimentos latino-americanos que denunciam, destringem, enfrentam, informam e alertam sobre as violências de gênero no virtual busca desestabilizar o campo das Relações Internacionais ao fazer o que Huysmans e Nogueira (2020) chamam de pensar como esses processos localizados remodelam os espaços em ambientes específicos, mas são inseridos em um todo, que a partir do momento que já incluem essa reformulação, se tornam um novo todo, não mais o que era antes.

Coexistindo com outros tantos imaginários, elas desenham, articulam e criam visões sobre como pensar, agir e viver no mundo, tornando visível como novas práticas de governança surgem por meio das conexões entre as múltiplas escalas que estruturam a ordem mundial e enfatizando como as tensões entre o macro e o micro são criadas (HUYSMANS e NOGUEIRA, 2020).

Cartografar as fontes que se dedicam a pensar as dimensões tecnológicas nos termos de violência de gênero é distinguir o que somos, o que não seremos mais, aquilo que somos no acontecimento e imaginar futuros possíveis onde a vida poderia ser vivida de forma diferente. É parte da história, parte do atual e do porvir, que tenta compreender a situação

contemporânea e os meios pelos quais se pode engajar coletivamente na luta de resistência para transformar nossa realidade atual.

Por isso, de acordo com Kastrup, “a rede deve ser entendida com base numa lógica das conexões, e não numa lógica das superfícies”, isso quer dizer que não há um contorno definido e uma superfície determinada, o que existe é um “todo aberto, sempre capaz de crescer, através de seus nós, por todos os lados e em todas as direções” (KASTRUP In FONSECA e KIRST, 2003, p. 53).

Peguei emprestado uma das proposições de Edward Said (2011) em *Cultura e Imperialismo* para dizer que a cultura de resistência ao reivindicar, (re)nomear e (re)abitar territórios, traz consigo uma série de outras afirmações, recuperações e identificações, enraizadas nessa base poeticamente projetada. A cartografia é justamente este esforço de localizar, identificar essas posições de pensamento que buscam explicar teoria e prática dessas outras violências que por ocorrerem no ciberespaço ganham contornos específicos.

O mapa resultante dos pontos que tornam cada uma dessas iniciativas singulares, mas interrelacionadas é, por conseguinte, uma construção provisória, a contribuição única de uma cartógrafa social para compreender tais diferenças. Com elas, agências alternativas negadas pela modernidade se tornam visíveis e "fazer mundos" se torna uma possibilidade, e assim, modificar ou produzir novas línguas de modo a encontrar palavras para fenômenos novos (JASANOFF, 2004, p. 39-41) unindo ciência social e tecnologia.

O estudo de imaginários sociotécnicos pode, portanto, nos ajudar a ler corretamente certas formas de ação coletiva e a considerar as formas materiais que atores da sociedade civil levam uma mensagem de reforma através da sociedade. Esses esforços evocam uma coalizão por uma resistência política popular em um mundo hegemonicamente colonizado por ideologias brancas ocidentais e heterossexuais, tratando como primordial não reinventar tais hierarquias em nossos estudos e retirar do estado o monopólio sobre a produção, coleta e até mesmo interceptação de dados, que sustenta projetos políticos específicos.

O cruzamento de fronteiras, por meio da internet, favorece a construção de redes online e offline de feministas, o que permite a congregação para reivindicação de direitos, articulações, exposição das violências e problemáticas enfrentadas pelas minorias de gênero. “As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p.497).

Além disso o pensamento ciberfeminista ainda é um espaço de disputa e em construção na América Latina. O que significa que essas iniciativas têm se constituído extremamente conectadas com as diversas realidades dos muitos tipos de pessoas que estão enfrentando situações de violência online, principalmente mulheres e LGBTQI+, pensando e ajudando a construir formas de enfrentar tais agressões, e se propondo a estabelecer o vocabulário adequado para tratar delas na nossa região.

Há quem argumente que as ciberfeministas não possuem uma definição, nem um posicionamento político claro dentro do feminismo, e que por vezes parecem não se integrar ao movimento histórico das feministas que vieram antes dele (WILDING; FERNANDEZ, 2002). Entretanto, na realidade, não é que elas não têm conhecimento da história feminista, mas é que elas abraçam a ambiguidade ao invés da certeza, assumem várias posições e se esforçam para superar as contradições que experimentam em suas próprias vidas.

O ciberfeminismo na América Latina não está simplesmente importando ideias e conceitos pré-elaborados de um feminismo ocidental colonial, mas está se adaptando às realidades das pessoas do nosso território, aplicando nossas epistemologias, atentas aos eixos do poder que atuam sobre as ciborgues nos nossos termos e assim, produzindo conhecimento e formas de ação condizentes com as nossas necessidades. É um feminismo coletivo, baseado na comunhão de ideias e conjunção de corpos-ciborgue ativistas, ligando nossa teoria e prática às nossas condições materiais-discursivas.

Sua preocupação está em adaptar-se às vozes e realidades das ciborgues nas suas diversidades neste Terceiro Mundo e a partir disso, construir nossas condições de possibilidade baseadas nas imbricações e complexidades dos embaralhamentos das fronteiras. Nossa imaginação está diretamente relacionada à nossa realidade conjuntural e isso é relevante pois nos garante nosso protagonismo ao falarmos dos nossos temas relacionados à ciência e tecnologia. Rejeitamos o tropo colonialista de introjeção e sujeição, assim como os conceitos das metrópoles culturais.

É um movimento que se propõe aberto à multiplicidade, à diferença e ao seu desenvolvimento, sem jamais perder de vista todas as complexidades, diferenças e dificuldades que envolvem o “ser ciborgue”. Sua proposta é exatamente essa: o que implica ser ciborgue no continente latino-americano?

Jota Mombaça (2016) pensa o corpo em si como um monstro, um produto dos discursos e construções sociais que está sempre se transformando e desafiando as definições

que tentam classificá-lo. A monstra, aqui, ciborgue, é um chamado a “abraçar a multiplicidade de identidades que existem em nós e ir além disso, sabendo que identificação e transgressão nunca acontecem separadas” (JASANOFF; KIM, 2015). Assumir a identidade ciborgue de Terceiro Mundo pode abrir portas para novos discursos e estratégias, transgressoras e subversivas frente ao status quo, denunciando e superando as formas de dominação que têm como alvo aqueles que fogem do “normal” e resituando as bordas da estrutura hegemônica.

Isso amplia as possibilidades de nossas práticas, discursos e imagem no mundo digital e gera conexões com outras ciborgues que também estão explorando novas possibilidades de emancipação coletiva, expondo o fato de que a normalidade é o verdadeiro monstro que existe apenas na imaginação.

Qual ficção você vai escolher?

REFERÊNCIAS

#GabinetedaPepa, ataques à Joice têm gordofobia e violência de gênero. De Universa, **UOL**, São Paulo, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/28/joice-hasselmann.htm>. Acesso em: 02 jun. 2020.

ACOSO. Guía rápida sobre violencia de género online para activistas – Base introdutória de la discusión en las Naciones Unidas. Santiago: Prensa Acoso Online, 2020. Disponível em: <https://acoso.online/wp-content/uploads/2020/10/pp-guia-activistas.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

ACKERLY, B.; STERN, M.; TRUE, J. **Feminist Methodologies for International Relations**. New York: Cambridge University Press, 2006.

ADVÍNCULA, R. **Sociedade civil no espaço de atuação com a juventude: cartografia social**. 2006. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

AGIER, M. *Borderlands: Towards an Anthropology of the Cosmopolitan Condition*. Polity Press, Malden, 2016.

AMARANTA, Ong. Violencia de Género em Internet em Chile: Estudio sobre las conductas más comunes de violencia de género em línea em Chile y la intervención del derecho penal. Amaranta Ong, [s.l], out. 2018. Disponível em: <https://amarantaong.files.wordpress.com/2018/12/Violencia-de-ge%CC%81nero-en-Internet-en-Chile.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

AMARANTA, Ong. Proyecto Aurora. Amaranta Ong, [s.l], abr. 2020. Disponível em: <https://amarantas.org/programa-aurora/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ARQUILLA, J; RONDFELDT, D. *Swarming and the Future of Conflict*. **RAND**: National Defense Research Institute, 2005.

ATAQUES de internautas a Thammy Miranda são ignorados pelo mercado e ações da Natura sobem na semana. **G1**, [s. l.], 30 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2020/07/30/ataques-de-internautas-a-thammy-sao-ignorados-pelo-mercado-e-acoes-da-natura-sobem-na-semana.ghtml>. Acesso em: 03 ago. 2020.

BARAD, K. **Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter**. Signs: Journal of Women in Culture and Society, v. 28, 2007.

BARBOZA, J. O discurso filosófico sobre as mulheres e o amor Kant, Schopenhauer e Nietzsche. **Nat. hum.**, São Paulo, v. 11, p. 59-74, jun 2009.

BARRERA, L. **La violencia em línea contra las mujeres em México**. Cidade: Luchadoras, 2017.

BEAUVOIR, S. D. **O segundo Sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEIGUELMAN, G. Curadoria de informação. Encontros com o Futuro, ECA-USP, jun. 2011. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/gbeiguelman/curadoria-informacao> . Acesso em: 06 abr. 2021.

BIGO, D; ISIN, E; RUPPERT, E (Eds.). **Data Politics: Worlds, Subjects, Rights**. London/New York: Routledge, 2019.

BOLSONARO insulta repórter da Folha: “Ela queria dar o furo”. **UOL**, São Paulo, 2020. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=3xvnaonc0u8. Acesso em: 02 jun. 2020.

BUTLER, J. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1999.

BUTLER, J. Vulnerabilidad corporal, coalición y la política de la calle. **Nómadas**, p. 13-29, 2017.

BUTLER, O. E. **Kindred: Laços de Sangue**. São Paulo: Editora Morro Branco, 2019.

CARVALHO, M. Friedrich Ratzel (1844-1904): "O insípido está sempre incorreto". **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 12, 2010.

CASTAÑO, C. **Las mujeres y las tecnologías de la informaciónla trama de nuestra vida**. Madrid: Alianza Editorial, 2015.

CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society. The Information Age: Economy, Society and Culture**. Oxford: Blackwell, 1996.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1999.

CASTELLS, M. The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. **American Academy of Political and Social Science**, n. 616, p. 78-93, march 2008.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. **Atlas da Violência 2020**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 17 jul. 2020.

CIBERFEMGT. Mini-guia de cuidados digitais durante la cuarentena. CIBERFEMGT, [s.l], 02 abr. 2020. Disponível em: <https://ciberfemgt.org/mini-guia-de-cuidados-digitales-durante-la-cuarentena/> . Acesso em: 03 mar. 2021.

CIBERFEMGT. Zines: privacidad, violencia en línea.... CIBERFEMGT, [s.l], 06 set. 2018. Disponível em: <https://ciberfemgt.org/fanzines/> . Acesso em: 03 mar. 2021.

CIBERFEMGT. Lo digital: bien común y espacio en disputa. CIBERFEMGT, [s.l.], 06 jun. 2016. Disponível em: <https://ciberfemgt.org/84-2/> . Acesso em: 03 mar. 2021.

CHANDLER, D.; FUCHS, C. (Eds.). **Digital Objects, Digital Subjects: Interdisciplinary Perspectives on Capitalism, Labour and Politics in the Age of Big Data**. London: University of Westminster Press, 2019.

CHAUÍ, M. **Sobre a violência**. 1. ed. [S.l.]: Autêntica Editora, v. 5, 2018.

CHOUCRI, N. **Cyberpolitics in International Relations**. Cambridge: MIT Press, 2012.

CHOUDHURY, N. World Wide Web and Its Journey from Web 1.0 to Web 4.0. **International Journal of Computer Science and Information Technologies**, v. 5, n. 6, p. 8096-8100, 2014.

CLEMENT, J. Global digital population as of July 2020. **Statista**, [s. l.], 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/617136/digital-population-worldwide/>. Acesso em 05 jun. 2020.

Coded Bias: linguagem acessível para entender vieses em algoritmos **MIT Tech Review**, [s. l.], 30 abr. 2021. Disponível em: <https://mittechreview.com.br/coded-bias-linguagem-acessivel-para-entender-vieses-em-algoritmos/>. Acesso em: 07 mai. 2021

CODINRIGHTS; INTERNETLAB. **Violências contra mulher na internet: diagnóstico, soluções e desafios**. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo, p. 1-52. 2017.

CODIRIGHTS. Nosso Guia Sensual de Segurança Digital. Medium, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://medium.com/codingrights/safer-nudes-b59b57d1021d> . Acesso em: 07 nov. 2020.

COHEN, S. **Folk devils and moral panics**. New York: Routledge, 2011.

CORMODE, ; KRISHNAMURTHY, B. Key differences between Web 1.0 and Web 2.0. **First Monday**, v. 13, 2 jun 2008. Disponível em: <https://journals.uic.edu/ojs/index.php/fm/article/download/2125/1972> . Acesso em: 18 out. 2020

CURIEL, O. La Nación Heterosexual. Análisis del discurso jurídico y régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá, D.C: Brecha lésbica y en la frontera, 2013.

CURIEL, O. Género, raza, sexualidad: debates contemporáneos. Universidad del Rosario, 2014.

CYPRESTE, J. Twitter mantém ofensas sexuais na rede social no caso Patrícia Campos Mello. **UOL**, São Paulo, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/12/patricia-campos-mello-ataques-twitter.htm?>. Acesso em 02 jun. 2020.

D'IGNAZIO, C; KLEIN, F. **Data Feminism**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2020.

DA SILVEIRA, S.; BRAGA, S.; PENTEADO, C. **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

DANIELS, J. Rethinking Cyberfeminism(s): Race, Gender, and Embodiment. **Women's Studies Quarterly**, v. 37, n. 1/2, p. 101-124, 2009.

DE ALCÂNTARA, L. M. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. São Paulo: **Aurora. Revista de arte, mídia e política**, v. 8, n. 23, p. 73-97, jun.-set., 2015.

DEAN, J. Communicative Capitalism: Circulation and the Foreclosure of Politics. **Cultural Politics**, n. 1, p. 51-74, 2005.

DE FRANÇA, I. et al. Eu, Eu mesmo e os Outros: notas sobre o descentramento e as encenações do self no Orkut *In* VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em cultura – ENECULT, 2010, Salvador, 2010.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 2004.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil platôs**. Rio de Janeiro: Editora 34, v. 1, 1995.

DELEUZE, G.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

DIAS, M. Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 373-382, jan 1994.

DHAMOON, R. K. A Feminist Approach to Decolonizing Anti-Racism: Re-thinking Transnationalism, Intersectionality, and Settler Colonialism. Toronto: **Feral Feminisms**, 4^a ed, p. 20-37, 2015.

ELUND, J. Subversion, Sexuality and the Virtual Self. London, United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2015.

ENREDADAS. La Quimera. Enredadas [s.l], [2013a?]. Disponível em: <https://enredadas.org/la-quimera/> . Acesso em: 25 jan. 2021.

ENREDADAS. Campañas. Enredadas [s.l], [2013b?]. Disponível em: <https://enredadas.org/campanas/> . Acesso em: 25 jan. 2021.

FAUSTO, M.; AFFONSO, J. Alexandre Frota é condenado por ligar Jean Wyllys a frase sobre pedofilia. **Exame**, São Paulo, 18 dez. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/alexandre-frota-e-condenado-por-ligar-jean-wyllys-a-frase-sobre-pedofilia/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FILHO, K.; TETI, M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, p. 45-59, jan./jun 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade do saber**. Tradução de M. Albuquerque e J. Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhet. 20ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FRANKLIN, M. Reading Walter Benjamin and Donna Haraway in the age of digital reproduction. **Information, Communication & Society**, v. 5, n. 4, p. 591-624, 2002.

FUCHS, C. **Social media: A critical introduction**. London: Sage, 2013.

GAJJALA, R. **Cyberculture and the Subaltern: weavings of the Virtual and Real**. [s.l.]: Lexington Books, 2013.

GALLEGO, C. A. M. et al. Social Determinants of Health: Construction of knowledge through social cartography. **Signos Fônicos**, v. 1, n. 3, 2015.

GALVÃO, INSTITUTO PATRÍCIA. Dossiê Violência Sexual. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/o-dossie/>. Acesso em 10 jun. 2020.

GÊNERO E NÚMERO. **Mapa da Violência de Gênero**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GING, D.; SIAPERÁ, . **Gender Hate Online: Understanding the New Anti-Feminism**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019.

GOLDSMITH, J.; WU, T. **Who Controls the Internet? Illusions of a Borderless World**. New York: Oxford University Press, 2006.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, **Anpocs**, pp. 223-244, 1984.

GRAHAM, M. Geography/internet: ethereal alternate dimensions of cyberspace or grounded augmented realities? **The Geographical Journal**, Oxford, v. 179, p. 177-182, june 2013.

GRAHAM, S. The end of geography or the explosion of place? Conceptualizing space, place and information technology. **Progress in Human Geography**, Newcastle, p. 165-185, april 1998.

GROSGUÉL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, janeiro/abril 2016.

GUEDES, E. Reconhecimento facial e suas intersecções com diversidade de gênero, raça e território. Medium, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://medium.com/codingrights/from-devices-to-bodies-reconhecimento-facial-e-suas-intersec%C3%A7%C3%B5es-com-a-diversidade-de-g%C3%AAnero-ra%C3%A7a-3b7d9b89805b> Acesso em: 05 abr. 2021.

HARAWAY, D. **Simians, cyborgs, and women. The reinvention of nature**. New York: Routledge, 1991.

HARAWAY, D. The promises of monsters: A regenerative politics for inappropriate/d others. In: GROSSBERG, L.; NELSON, C.; TREICHLER, P. A. **Cultural studies**. New York: Routledge, 1992. p. 295–337.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, D. *Modest_Witness@Second_Millennium: FemaleMan_Meets_OncoMouse. Feminism and Technoscience*, New York, 1997.

HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARDING, S. **The Instability of the Analytical Categories of Feminist Theory**. Chigano: University of Chicago Press, p. 283-302, 1987.

HARDING, S. Feminism, Science, and the Anti-Enlightenment Critiques. *In: NICHOLSON, L. Feminism/Postmodernism*. [S.l.]: [s.n.], 1990. p. 83-106.

HASSAN, R.; SUTHERLAND, T. **Philosophy of Media: A Short History of Ideas and Innovations from Socrates to Social Media**. 1st. ed. New York: Routledge, 2017.

HAWTHORNE , S.; KLEIN, R. (Eds.). **CyberFeminism: Connectivity, Critique and Creativity**. 1. ed. North Melbourne: Spinifex Press, 1999.

HILL-COLLINS, P. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

hooks, b. **Ain't I a Woman: Black Women and Feminism**. Boston: South End Press, 1981

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 7ª ed., 2019.

hooks, b. **Talking back: thinking feminist, thinking black**. New York: Routledge, 2015.

hooks, b. **Theory as a liberatory practice**. *Yale Journal of Law & Feminism*, v. 4, 1ª ed, 1991.

HUYSMANS, J.; NOGUEIRA, J. P. International Political Sociology as a Mode of Critique: Fracturing Totalities. **International Political Sociology**, v. 15, n. 1, p. 2-21, 16 september 2020.

JASANOFF, S; KIM, S.-H. (Eds.). **Dreamscapes of Modernity: Sociotechnical Imaginaries and the Fabrication of Power**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2015.

JASANOFF, S. **States of Knowledge: The Co-Production of Science and Social Order**. Londres: Routledge, 2004.

JENKINS, H. **Convergence culture: where old and new media collide**. New York: New York University Press, 2006.

JESUS, J. G. D. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo1. **universitas humanística**, Bogotá, p. 241-257, julio-diciembre 2014.

JOHNSON, D.; POST, D. The Rise of Law on the Global Network. *In*: KAHIN, B.; NESSON, C. **Borders in Cyberspace: Information Policy and the Global Information-Infrastructure**. Cambridge: MIT Press, 1997.

JOICE chora ao detalhar ataques virtuais e ganha apoio até da oposição. **UOL**, São Paulo, 05 nov. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/05/joice-chora-e-diz-que-sua-familia-tem-sido-atacada-o-coracao-nao-aguenta.htm>. Acesso em: 02 jun. 2020.

MOMBAÇA, J. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da diferença**. Incerteza Viva, 2016.

KARISMA, Fundación. Alerta Machitroll. Fundación Karisma, [s.l.], [2020a?]. Disponível em: <https://mtroll.karisma.org.co/> . Acesso em:

KARISMA, Fundación. Machitrómetro. Fundación Karisma, [s.l.], [2020b?]. Disponível em: <https://mtroll.karisma.org.co/machitrometro.php> . Acesso em:

KASTRUP, V. A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. In: PARENTE, A. *Tramas da Rede. Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: CASTRO, L.; BESSE, V. **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2008.

KEMP, S. Digital 2019: Global Internet Use Accelerates. We are Social and Hootsuite, **We Are Social**, [s.l.], 30 jan. 2019. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>. Acesso em: 05 jun. 2020.

KIM, A. Critical cartography 2.0: From “participatory mapping” to authored visualizations of power and people. **Landscape and Urban Planning**, v. 142, p. 215-225, October 2015.

KREMER, J.-F.; MÜLLER, B. (Eds.). **Cyberspace and International Relations: Theory, Prospects and Challenges**. Berlin: Springer-Verlag, 2014.

KRIZ, K.; CARTWRIGHT, W.; HURNI, L. **Mapping Different Geographies**. [s.l.]: Springer, 2010.

KROEF, R.; GAVILLON, P.; RAMM, L. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 464-480, 2020.

LAGESES, V. A Cyberfeminism Utopia?: Perceptions of Gender and Computer Science Among Malaysian Women Computer Science Students and Faculty. **Science Technology Humans Values**, v. 33, n. Sage Publications, p. 5-27, jan 2008.

LATFEM. Kit de cuidados digitais para periodistas feministas. LatFem, [s. l.], 06 jun. 2020a. Disponível em: <https://latfem.org/kit-de-cuidados-digitales-para-periodistas-feministas/> Acesso em: 30 jan. 2021.

LATFEM. Cuidados digitais em cápsulas radiales. LatFem, [s. l.], 01 ago. 2020b. Disponível em: https://archive.org/details/phishing_202008 . Acesso em: 30 jan. 2021.

LAVADO, T. Uso da internet no Brasil cresce e 70% da população está conectada. **G1**, [s.l.], 28 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2020.

LEHTINIEMI, T.; RUCKENSTEIN, M. The social imaginaries of data activism. **Big Data and Society**, jan-jun, p. 1-12, 2019.

LEI contra 'stalking' é sancionada; perseguição, digital ou física, pode levar a 3 anos de prisão. **G1**, [s.l.], 01 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/04/01/lei-contra-stalking-e-sancionada-perseguiacao-digital-ou-fisica-pode-levar-a-3-anos-de-prisao.ghtml> . Acesso em:

LUCHADORAS. Inicio. Luchadoras, [s.l.], [2020?]. Disponível em: <https://luchadoras.mx/> Acesso em: 02 jun. 2021.

LEINER, B. et al. A brief history of the internet. **ACM SIGCOMM Computer Communication Review**, v. 39, n. 5, p. 22-31, October 2009.

LIEBMAN, M.; PAULSTON, R. Social Cartography: a new methodology for comparative studies. **Compare: A Journal of Comparative and International Education**, v. 24, n. 3, p. 233-245, 1994.

LÉVY, P. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIONÇO, T. A despatologização das identidades trans: questões e desafios na atualidade. **Rev. Epos [online]**, v. 7, n. 2, p. 147-156, 2016.

LORDE, A. **Sister Outsider: Essays and Speeches**. New York: Crossing Press, 1984.

LUGONES, M. Heterosexualism in the Colonial/modern Gender system. **Hypatia**, v. 22, n. 1, 2007.

LUGONES, M. The Coloniality of Gender'. **Worlds & Knowledges Otherwise 2**, 2008.

MALDONADO-TORRES, N. On the Coloniality of Being: Contributions to the Development of a Concept. **Cultural Studies**, v.21, n. 2-3, p. 240-273, 2007.

MANSFIELD, N. **Subjectivity: Theories of the Self from Freud to Haraway**. Sydney: Allen & Unwin, 2000.

MARIALAB. Cartilhas de infraestruturas feministas. MariaLab, [s.l], 2017. Disponível em: <https://www.marialab.org/infraestruturas-feministas> . Acesso em: 06 fev. 2021.

MCLAREN, M. A. **Decolonizing Feminism: Transnational Feminism and Globalization**. London: Rowman & Littlefield International Ltd, 2017.

MELLO, P. Depoimento: No Brasil, ser mulher nos transforma em alvo de ataques. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/depoimento-no-brasil-ser-mulher-nos-transforma-em-alvo-de-ataques.shtml>. Acesso em: 02 jun. 2020.

MENDONÇA, Jeniffer. Benny Briolly cobra escolta e diz que não se sente segura com ronda da PM. Ponte, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://ponte.org/benny-briolly-cobra-escolta-e-diz-que-nao-se-sente-segura-com-ronda-da-pm/> Acesso em:

MENEZES, O. Aristóteles, Machista. **SITIENIBUS**, Bahia: Feira de Santana, n. 3, p. 117-120, jan/jun 1986.

MESQUITA, L. Denúncias de discurso de ódio online dispararam no 2º turno das eleições, diz ONG. BBC, 9 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46146756>. Acesso em:

MICROSOFT coloca data center dentro de mar para tentar economizar energia. **Época Negócios**, São Paulo, 06 jun. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2018/06/microsoft-coloca-data-center-dentro-de-mar-para-tentar-economizar-energia.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MIGNOLO, W. Delinking: The Rhetoric of Modernity, Logic of Coloniality and the Grammar of De-Coloniality. **Cultural Studies** 21(2-3), special issue 'Globalization and De-Colonial Thinking', 2007.

MIGNOLO, W. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference'. **South Atlantic Quarterly** 101(1), pp.57-96, 2002.

MILAN, S. Coding and encoding rights in internet. Policy Review, Netherlands, v. 6, n. 1, 2017.

MIÑOSO, Y. E. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: Complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. **Revista Venezolana de estudios de la mujer**, v. 14, p. 37-54, julio/diciembre 2009.

MIRANDA, L. Subjetividade: a (des)construção de um conceito. In: SOUZA, S. JSubjetividade em Questão: a infância como crítica da cultura. 2ª. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

MOHANTY, C. T. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Feminist Review**, n. 30, p. 61-88, 1988.

MORATO, T.; ANDRADE, Â.; SCHMIDT, M. Pesquisa Interventiva em Instituição: etnografia, cartografia e genealogia. *In*: RODRIGUES, M.; MENANDRO, P. **Lógicas metodológicas: trajetos de pesquisa em psicologia**. 1. ed. Vitória: Editora GM, v. 1, 2007. p. 193-206.

MULHER organizadora de grupo contra Bolsonaro no facebook é agredida no Rio. **Época Conteúdo**, [s. l.], 25 set. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/09/mulher-organizadora-de-grupo-contra-bolsonaro-no-facebook-e-agredida-no-rio.html>. Acesso em: 15 abril 2020.

MULLANEY, T. et al. (Eds.). **Your computer is on fire**. London: Massachusetts Institute of Technology, 2021.

NAGLE, A. **Kill All Normies: The online culture wars from Tumblr and 4chan to the alt-right and Trump**. Winchester: Zero Books, 2017.

NATANSOHN, G. **Internet em código feminino: teorias e práticas**. 1ª. ed. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2013.

NATANSOHN, G.; ROVETTO, F. **Internet e Feminismos: olhares sobre violências sexistas desde América Latina**. Salvador: EDUFBA, 2019.

NEGROPONTE, N. **Being Social**. London: Hodder & Stoughton, 1995.

NUSSMAN, M. C. Education for Citizenship in an Era of Global Connection. *Studies in Philosophy and Education*, p. 289–303, 2002.

ORTNER, S. Is Female to Male as Nature Is to Culture? **Woman, culture, and society**, Standford, CA, p. 68-87, 1974.

PAASONEN, S. Revisiting cyberfeminism. **Communications**, v. 36, p. 335-352, 2011.

PALMEIRA, C. Streamer vítima de stalking relata descaso com o crime. Tecmundo, 10 maio 2021. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/217024-relato-streamer-caso-stalking-viraliza-twitter.htm>. Acesso em:

PAREDES, J; GUZMÁN, A. **El tejido de la rebeldía: que es el feminismo comunitário?**. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2014.

PARENTE, A. Rede e subjetividade na filosofia francesa contemporânea. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 101-105, jan.-jun 2007.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PLANT, S. On the Matrix: Cyberfeminist Simulations. *In*: SHIELS, R. **Cultures of Internet**. London: Sage, 1996. p. 325-336.

PLATÃO. O banquete ou do amor. Tradução e notas J. Cavalcante de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

POLAND, B. **Haters: Harassment, Abuse, and Violence Online**. Nebraska: Potomac Books, 2016.

PONTES, M. **Resistir e (Re)Existir: o coletivo feminista como instrumento de reflexão e mobilização social no contexto acadêmico**. 2020. – Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (UFRN). Santa Cruz, 2020.

POWELL, A; HENRY, N. **Sexual Violence in a Digital Age**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017.

PUENTE, S. From cyberfeminism to technofeminism: From an essentialist perspective to social cyberfeminism in certain feminist practices in Spain. **Women's Studies International Forum**, Madrid, v. 31, n. 6, p. 434-440, November–December 2008.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em: LANDER, E. (org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas, Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.

QUINTARELLI, S. **Instruções para um futuro imaterial**. Primeira Edição. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

RAMOS, R. Violência contra mulher na internet cresce na quarentena: saiba como identificar e se defender. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 maio 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/violencia-contra-mulher-na-internet-cresce-na-quarentena-saiba-como-identificar-se-defender-1-24438989>. Acesso em: 10 set. 2020

REARDON, R.; CHOUCRI,. **The Role of Cyberspace in International Relations: A View of the Literature**. ISA Annual Convention. San Diego, CA: [s.n.]. 2012.

REDAÇÃO. "É uma quadrúpede", diz Bolsonaro ao se referir à apresentadora da CNN. Istoé, [s. l.], 02, jun. 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/e-uma-quadrupede-diz-bolsonaro-ao-se-referir-a-apresentadora-da-cnn/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

REPO, J. Reproduction. In: GIBBONS, M. **The Encyclopedia of Political Thought**. Chichester, West Sussex, UK; Malden, MA, US: John Wiley & Sons, Ltd, v. 1, 2015. p. 1-5.

RIBEIRO, G. Geografia, fronteira do mundo: ensaio sobre política, epistemologia e história da geografia. **GEOgraphia**, 2015.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. **Periódicos UFRN**, Natal, 2012

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental. Transformações Contemporâneas do Desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

ROVIRA, G. El Zapatismo y la Red Transnacional. Estado de México: **Razón y Palabra**, n. 47, octubre-noviembre, 2005.

RUBIN, G. **Políticas do sexo**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SACONI, J.; PIVA, J. Jean Wyllys processa Carlos e Eduardo Bolsonaro por fake news em 'caso Adélio'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mai. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/jean-wyllys-processa-carlos-eduardo-bolsonaro-por-fake-news-em-caso-adelio-24450384>. Acesso em: 11 jun. 2020.

SAFERNET. Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos. Safernet, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://indicadores.safernet.org.br/>. Acesso em 15 jun. 2020.

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 1ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANCHO, G. R. **Activismo en red y multitudes conectadas. Comunicación y acción en la era de Internet**. Barcelona: Icaria-UAM-X, 2017.

SANCHO, G. R. La solidaridad en la era de las redes digitales: del zapatismo al otro mundo posible. **Sociedad y Discurso**, n. 25, p. 33-56, 2014.

SANTAELLA, L. Sujeito, subjetividade e identidade no ciberespaço. *In*: LEÃO, L. **Dervias: cartografias do ciberespaço**. São Paulo: Annablume, 2004. p. 45-54.

SANTOS, B.; AVRITZER, L. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia. In: SANTOS, B. D. S. **Para ampliar o cânone democrático**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SARAIVA, B. Violência de gênero na América Latina cresce em meio à covid-19. **AUN-USP**, São Paulo, 19 mar. 2021. Disponível em: <http://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2021/03/19/violencia-de-genero-na-america-latina-cresce-em-meio-a-covid-19/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SHILLIAM, R. **The Black Pacific: Anti-Colonial Struggles and Oceanic Connections**. London: Bloomsbury, 2015.

SHIRKY, C. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, T. **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRua, 2ª ed., 2021.

SILVA, V. Em pesquisa sobre violência contra LGBTs+ no contexto político-eleitoral, mais de 50% dizem ter sofrido pelo menos uma agressão. *Gênero e Número*, [s. l.], [2020?]. Disponível em: <http://violencialgbt.com.br/em-pesquisa-sobre-violencia-contra-lgbt-no-contexto-politico-eleitoral-mais-de-50-dizem-ter-sofrido-pelo-menos-uma-agressao/>. Acesso em: 08 nov. 2020.

SILVEIRA, S. As políticas da sociedade informacional, propriedade imaterial e cultura digital. **Comunicação & Sociedade**, p. 59-78, jan./jun. 2012.

SILVEIRA, S. Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. **democracia digital**. ed. São Paulo: Edições SESC SP, 2019.

SIQUEIRA, I.; LACERDA, A. **Metodologia e relações internacionais**: debates contemporâneos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, v. 3, 2021.

SOJA, E. **geografias pós-modernas**: A reafirmação no espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, L.; VARON, J. Eleições e Internet: guia para proteção de direitos nas campanhas eleitorais. Coalização Direitos na Rede, 2020. Disponível em: <https://www.codingrights.org/docs/eleicoes&internet.pdf> . Acesso em: 27 out. 2020.

SOUZA, T. O método da cartografia: conhecer e cuidar de processos singulares. **Facultad Nacional de Salud Pública**, Universidad de Antioquia, v. 3, n. 33, p. 575-583, setembro 2015.

TEDIC. Caso Belén: Acoso digital y falta de acceso a la justicia. *Violencia Digital*, [s.l.], [2019?]. Disponível em: <https://violenciadigital.tedic.org/belen/> . Acesso em: 03 mar. 2021.

TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. **Gênero**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, v. Parentalidade & Psicanálise, 2020.

THINK OLGA. FQA: violência virtual. Think Olga, [s. l.], [2020?]. Disponível em: <https://thinkolga.com/ferramentas/faq-violencia-virtual/> . Acesso em: 15 set. 2020.

TICKNER, J. A. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press, 1992.

TOMAZ, K. Vítimas de 'nude selfie' e 'sexting' na internet dobram no Brasil, diz ONG. G1, São Paulo, 14 abr. 2014. Disponível em:

<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/04/vitimas-de-nude-selfie-e-sexting-na-internet-dobram-no-brasil-diz-ong.html>. Acesso em 15 jun. 2020.

TRERÉ, E. **Hybrid Media Activism: Ecologies, Imaginaries, Algorithms**. New York: Routledge, 2019.

UCHOA, T. Uso da web, direito ao corpo e alegria são marcas do feminismo moderno. **O Dia**, Rio de Janeiro, 07 mar. 2015. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-07/uso-da-web-direito-ao-corpo-e-alegria-sao-marcas-do-feminismo-moderno.html>. Acesso em: 15 fev. 2021.

UGARTE, D. **O poder das redes**. Porto Alegre: EdiPucrs, 2007.

UNESCO. Violencia em línea contra las mujeres periodistas: instantánea mundial de la incidencia y las repercusiones. Unesco, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375136_spa. Acesso em: 05 jun. 2021

UNODC. **Global Study On Homicide: Gender-related killing of women and girls**. Vienna, nov. 2018. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/GSH2018/GSH18_Gender-related_killing_of_women_and_girls.pdf. Acesso em 17 jul. 2020.

UNWOMEN. **Facts and figures: Ending violence against women**. Nov. 2019. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures>. Acesso em: 17 jul. 2020.

VITALE, D.; NAGAMINE, R. **Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção**. Salvador: EDUFBA, 2018.

WAJCMAN, J. **Feminism Confronts Technology**. Cambridge: Polity Press, 1991.

WAJCMAN, J. **Technofeminism**. London: Polity Press., 2004.

WAJCMAN, J. Feminist theories of technology. **Cambridge Journal of Economics**, v. 34, n. 1, p. 143–152, January 2010.

WALKER, R. Social Movements/World Politics. **Millennium: Journal of International Politics**, v. 23, n. 3, p. 669-700, March 1994.

WARF, B. **Global Geographies of the Internet**. Lawrence, KS: Springer, 2013.

WILDING, F. Writings. **OBN Org**, [s.l], 1998. Disponível em: https://www.obn.org/reading_room/writings/html/where.html. Acesso em: 10 jul. 2020.

WILDING, F.; FERNANDEZ, M. Situating Cyberfeminism. *In*: WILDING, F.; FERNANDEZ, M.; WRIGHT, M. **Domain Errors: Cyberfeminist Practices!** Brooklyn, NY: Autonomedia, 2002. p. 17-28.

WINNER, L. Do artifacts have politics? *In*: PREECE; MCLOUGHLIN; DAWSO. **Technology, Organizations and Innovation**. [S.l.]: [s.n.], v. 2, 2000.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. [s.l.]: Boitempo, 2016.

YAMAMOTO, Y.; MCCLURE, M. How Can Social Cartography Help Policy Researchers? *In*: WEIDMAN, J.; JACOB, W. **Beyond comparative: Advancing theory and its application to practice**. [S.l.]: Sense Publishers, v. 1, 2011. p. 153-170.

YUSOF, R. et al. The Cyber Space and Information, Communication and Technology: A Tool for Westernization or Orientalism or Both. **Journal of Computer Science**, v. 12, n. 7, p. 1784-1792, 2011.

YUVAL-DAVIS, N. Intersectionality and Feminist Politics. **European Journal of Women's Studies**, v. 13, n. 3, p. 193-209, 2006.